

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE (PPGPACS)

**“SEU LUGAR É NO MUSEU!” A ATUAÇÃO DO MUSEU VIVO DO SÃO
BENTO NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O PATRIMÔNIO DA
BAIXADA FLUMINENSE**

TATIANE OLIVEIRA DE ASSUMPCÃO CORDEIRO

NOVA IGUAÇU
2019

TATIANE OLIVEIRA DE ASSUMPCÃO CORDEIRO

“SEU LUGAR É NO MUSEU!” A ATUAÇÃO DO MUSEU VIVO DO SÃO BENTO
NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O PATRIMÔNIO DA BAIXADA
FLUMINENSE

Dissertação apresentada no âmbito do
Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
em Patrimônio, Cultura e Sociedade da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Mestre. Linha de
pesquisa: Patrimônio Cultural: Memória
e Sociedade

Orientadora: Prof^a Dr^a Raquel Alvitos Pereira

Nova Iguaçu
2019

708.98153

C794s

T

Cordeiro, Tatiane Oliveira de Assumpção, 1993-
"Seu lugar é no museu!" : a atuação do Museu Vivo
do São Bento na construção de sentidos sobre o
patrimônio da Baixada Fluminense / Tatiane Oliveira
de Assumpção Cordeiro. - 2019.
124 f.

Orientador: Raquel Alvitos Pereira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio, Cultura e Sociedade.
Bibliografia: f. 85 - 91.

1. Museus ao ar livre - Aspectos sociais - Baixada
Fluminense(RJ) - Teses. 2. Patrimônio cultural -
Baixada Fluminense(RJ) - Teses. I. Pereira, Raquel
Alvitos. II. Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio,
Cultura e Sociedade. III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

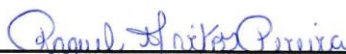
"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE**

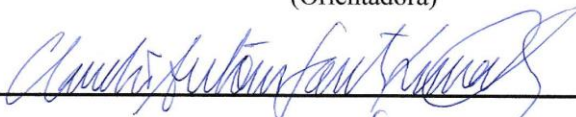
TATIANE OLIVEIRA DE ASSUMPTÃO CORDEIRO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no Curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, área de Concentração Multidisciplinar.

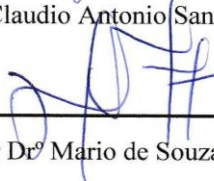
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/02/2019



Professora DR^a Raquel Alvitos Pereira – UFRRJ
(Orientadora)



Professor Dr^o Claudio Antonio Santos Lima Carlos - UFRRJ



Professor Dr^o Mario de Souza Chagas - UNIRIO



Professor Doutor Uhelinton Fonseca Viana - UFRRJ

**“Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com
balanças nem com barômetros etc. Que a importância de uma coisa há de
ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.”
(Manoel de Barros)**

AGRADECIMENTOS

“Um passo de cada vez.” Esse trabalho é fruto de muitos longos passos, mas é importante registrar que todos esses passos sempre foram acompanhados de muitos outros pés, mãos e corpos. E, são a esses outros que me acompanharam e me acompanham que gostaria de deixar registrada a minha gratidão.

Primeiro, a UFRRJ, ao PPGPACS por possibilitar vivenciar essa rica experiência e também a CAPES pelo apoio financeiro.

Agora, deixando a institucionalidade de lado, agradeço as pessoas que tanto me ajudaram e me inspiraram. Aos professores, aos amigos e aos familiares: a professora Raquel, minha orientadora que me acompanha desde a graduação, obrigada por tantas reuniões que me ajudaram não só academicamente, mas, principalmente que me fizeram crescer enquanto ser humano. Meu eterno respeito, admiração e gratidão!

Aos professores Claudio Antonio, Mario Chagas e Uhelinton Viana, sem demagogias, é uma honra ter pessoas que tanto admiro e me inspiro compondo a banca examinadora desse trabalho.

Aos colegas de turma do PPGPACS, em especial, a Cintia, a Daniele, a Vanessa, ao Marcelo e ao Eriknatan. A Simone e a Luise, irmãs que meu coração acolheu, muito obrigada por tantas histórias compartilhadas, pela força, pela amizade e pelo companheirismo, estamos juntas nessa e em tantas outras!

Ao Museu Vivo do São Bento, quero agradecer ao seu corpo, as pessoas que fazem desse ser um museu vivo. Agradeço aos jovens por me emocionarem e por me lembrarem da importância do afeto e das coisas simples da vida. A Risonete, por tanto amor, carinho e respeito ao outro. A Marlucia e o Antonio Augusto pela força, amor e dedicação em tudo que fazem. Poderia mencionar todos que lutam para que o Museu Vivo do São Bento permaneça vivo, mas os escolhi por serem os responsáveis por me fazerem (re)acreditar na importância da luta pela educação, pela museologia e pelo patrimônio. Todo meu amor, respeito e admiração por vocês!

Também agradeço aqueles que juntos fortalecem a REMUS! A todos os museus sociais, periféricos, como diz a Marlucia, a todos “museus de pobres” por ousarem, por ocuparem espaços, por resistirem e por existirem. Por sempre lembrarem que “memória não se remove”, não se queima, não se destrói e que vidas importam! Por lutarem contra a homofobia, contra o

racismo, contra o machismo, contra a intolerância religiosa, e tantas outras formas de exclusão e violência. Por lutarem em prol de políticas públicas que respeitem os direitos humanos. Vocês não estão sozinhos.

Agora agradeço aqueles que são meus pilares: Vinicius Torres, Simone Oliveira, Taís Oliveira e Ricardo Cordeiro. Minha família, aqueles com quem eu aprendo diariamente o valor e a importância do amor!

Agradeço a Deus e toda espiritualidade que me mantem de pé, me dão força, fé e amor para seguir!

A todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram nesse meu caminho. Se cheguei até aqui foi porque nunca estive sozinha e, nos outros muitos percursos da vida, espero continuar tendo companhias tão inspiradoras.

Esse, é, portanto, um trabalho coletivo e inspirado no coletivo. Não foi fácil, não será fácil. Para os próximos longos quatro anos e todos outros que sucederem ninguém soltará a mão de ninguém. A força vem do coletivo, a museologia social continuará a nos inspirar e a resistir. Sigamos.

RESUMO

CORDEIRO, Tatiane Oliveira de Assumpção. **“Seu lugar é no museu!” A atuação do Museu Vivo do São Bento na construção de sentidos sobre o patrimônio da Baixada Fluminense.** 2019. 124p. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2019.

Essa pesquisa, no âmbito de um mestrado interdisciplinar em patrimônio, cultura e sociedade, optou por estudar uma instituição expoente na Baixada Fluminense que versa sobre questões pertinentes a ampliação do campo patrimonial: o Museu Vivo do São Bento. Tal escolha se deu pela necessidade e importância de valorizar e potencializar iniciativas que têm como foco o patrimônio, a memória e a história da Baixada Fluminense, questões tão caras para a região. Para tanto, a pesquisa compreende o Museu Vivo do São Bento como um espaço de luta e resistência desde a sua criação e, ainda, investe na percepção e caracterização do sentido das múltiplas atividades desenvolvidas no âmbito da instituição. Toma, assim, a museologia social, da qual o Museu Vivo do São Bento tem por práxis, como importante referencial, que demonstra a partir das frentes de ações e sentidos do museu, quais são os usos e apropriações que são feitos dos saberes e fazeres locais e que contribuem para a construção de sentimentos de pertencimento e de coletividade, além de incentivar a experimentação da perspectiva dos campos do patrimônio cultural, da educação patrimonial e da museologia social. Esse trabalho, portanto, anuncia esses campos como ferramentas inclusivas e democráticas a serem utilizadas e apropriadas à serviço da justiça social e da dignidade humana.

Palavras-chaves: Museu Vivo do São Bento; Museologia Social; Patrimônio Cultural; Memória; Educação Patrimonial

ABSTRACT

CORDEIRO, Tatiane Oliveira de Assumpção. **“Seu lugar é no museu!” A atuação do Museu Vivo do São Bento na construção de sentidos sobre o patrimônio da Baixada Fluminense.** 2019. 124p. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2019.

This research, within the scope of an interdisciplinary masters, in heritage, culture, and society, has chosen to study an institution that is outstanding in the Baixada Fluminense that deals with issues related to the expansion of the patrimonial field: the "Museu Vivo de São Bento". This choice was due to the need and importance of valuing and strengthening initiatives that focus on the heritage, memory, and history of the Baixada Fluminense, issues which are so expensive for the region. To do so, the research includes the "Museu Vivo de São Bento" as a space of struggle and resistance since its creation and also invests in the perception and characterization of the meaning of the multiple activities developed within the institution. It thus takes the social museology, of which the "Museu Vivo de São Bento" has praxis, as an important reference, which demonstrates from the fronts of actions and senses of the museum, what are the uses and appropriations knowledge and practices that contribute to the construction of feelings of belonging and of collectivity, as well as encouraging experimentation from the perspective of the fields of cultural heritage, patrimonial education and social museology. This work, therefore, announces these fields as inclusive and democratic tools to be used and appropriated in the service of social justice and human dignity.

Keywords: Museu Vivo do São Bento; Social Museology; Cultural Heritage; Memory; Patrimonial Education.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – Um Museu de Percurso na Baixada Fluminense	8
1.1. O Museu Vivo do São Bento: lugar de resistência na Baixada Fluminense.....	8
1.2. Referência sociocultural da Baixada Fluminense: o Museu Vivo do São Bento como “lugar de memória”.....	20
Capítulo 2 – A função social do Museu Vivo do São Bento: usos e apropriações dos saberes e fazeres locais	30
2.1. Museologia social: em rede, em movimento, em coletivo.....	31
2.2. Novos olhares e novas vozes ao patrimônio cultural: a experiência do Museu Vivo do São Bento.....	47
Capítulo 3 – As dimensões da construção social do patrimônio no Museu Vivo do São Bento	64
3.1. Construção de sentidos no Museu Vivo do São Bento: educação, patrimônio e afeto	65
3.2. Museologia, memória e pertencimento: vida pulsante no Museu Vivo do São Bento.....	75
Conclusão	82
Referências Bibliográficas	85
Anexos	92

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa volta-se para o estudo do Museu Vivo do São Bento entendendo que o mesmo se constitui como importante lugar de (re)significação e (re)inscrição de “lugares de memória”¹ da Baixada Fluminense que se vinculam às singularidades e especificidades locais. Além disso, também se pretende analisar como, através do estudo de caso do Museu Vivo do São Bento, a museologia social estabelece um diálogo, via a educação patrimonial, com os “lugares de memória”.

Diante do processo de aceleração da história, a necessidade de criação dos “lugares de memória” se dá como uma forma de preservar a memória residual, já que as sociedades contemporâneas já não estabelecem uma relação profunda com a memória e, por isso, é inevitável à constituição de lugares cujo vínculos com a memória são estreitos, pois de acordo com Nora (1993) há “lugares de memória” porque não há mais meios de memória.

Entende-se, dessa forma, que o Museu Vivo do São Bento é “lugar de memória” porque ele é capaz de restituir e valorar diversos “lugares de memória” da Baixada Fluminense, para muito além de seu sentido material. Trata-se também de tomar esses “lugares de memória” no sentido de um elo vivido no presente com relações sociais e identitárias mais profundas que se propagam em virtude de um eco de memória que permeia o imaginário das gerações mais velhas. O Museu Vivo do São Bento é um “lugar de memória” porque se constitui como um espaço que revitaliza e reafirma múltiplas memórias. Como demonstra Suely Pinto

Os lugares de memória se fazem pela experiência, pelos restos, resíduos daqueles que vivem o lugar e pela preocupação em perpetuar uma memória que é viva, mas crê-se no seu desaparecimento, daí a necessidade de um espaço que reviva essa memória (PINTO, 2013, p. 90).

No bojo dessa perspectiva, há que se destacar também que, no viés da museologia social, os museus devem ser compreendidos enquanto “lugares de memória”, pois são permeados por subjetividades e singularidades, a partir das quais a memória é construída e constituída de

¹ Trata-se de um conceito cunhado pelo autor Pierre Nora que define a memória como um território importante para constituição das identidades. Importa destacar que tal conceito permite, segundo o próprio autor, uma aproximação com as memórias sociais afetivas mais profundas em tempos nos quais não há memória dada a aceleração do próprio mundo contemporâneo. Por fim, cabe salientar que há uma apropriação desse conceito para a pesquisa ora em curso e que os ditos ‘lugares de memória’, revitalizados pela noção de patrimônio cultural, tem incitado o sentimento de pertencimento e identificação da sociedade e, dessa forma, os mesmos têm se constituído, como um espaço de (re)significações das memórias e de consolidação de elementos identitários.

maneira inter-relacional entre o território, o patrimônio e a população. Atentar para as subjetividades e singularidades que permeiam a própria vida e atravessam o complexo jogo das relações sociais é interessante para se colocar em perspectiva a ideia dos museus como microcosmos, como sugere o pesquisador Mario Chagas.

passai a compreender os museus como microcosmos sociais e, a partir daí, passai a entender que identificá-los apenas como “lugar de memória” é reduzi-los a uma expressão que está longe de abarcar as suas complexidades. Era preciso, no mínimo, considerá-los a um só tempo como palcos de subjetividades e lugares de memória, de poder, de esquecimento, de resistência, de falação e de silêncio. (CHAGAS, 2003, p. 22).

Essa reflexão de Chagas nos mostra o quanto é importante avançarmos para além da referência dos museus como ‘lugares de memória’. Não se pretende perder essa perspectiva de vista e a mesma se constituirá como horizonte dessa pesquisa ora em curso. “Lugar de memória” é, em essência, um *locus* cujo potencial de construção e (re)construção identitária não pode ser desprezado. Ele é um tênue indício de relações sociais mais subterrâneas que para além de desvelar traços dos processos históricos, incita a (re)descoberta e a (re)significação de valores, heranças, crenças, saberes e fazeres. Há que ressaltar também, a importância desses “lugares de memória” para o caso da Baixada Fluminense cuja memória social coletiva, de maneira geral, ainda não está consolidada, por isso, não há como negar o expressivo papel do Museu Vivo do São Bento em sua dimensão de “lugar de memória” e de produtor e resgate de “lugares de memória”.

Não se pode negar que museus, e, em especial, o Museu Vivo do São Bento, são “lugares de memória”, mas se é “lugar de memória” é também lugar de esquecimento, silêncio e poder. Museu também é lugar de vivências, de experiências, de sentimentos, de afetividade, de luta, de resistência, de inclusão. Museu também é lugar de fala, lugar de história e de identidade, lugar do presente e do futuro e por que não dizer que também é lugar da liberdade. Museu é lugar para ser ocupado pelos mais variados grupos sociais. Esse trabalho espera contribuir, em alguma maneira, para que esses lugares sejam ocupados e para que percebamos que o lugar de todos é, sim, no museu.

Outro ponto importante a ser comentado é a afirmativa “Seu lugar é no museu!” presente no título desse trabalho. Essa frase foi retirada do personagem/campeão Ezreal, do jogo de RPG online League of Legends (LOL). Ezreal é um explorador e estudioso de arqueologia e uma das

falas do campeão ao longo da partida de LOL “seu lugar é no museu” é interpretada como uma provocação ao campeão inimigo por acreditar que o mesmo está ultrapassado e antigo no jogo. Esta frase faz alusão aos museus como lugares de coisas antigas, mortas. Trata-se de um uso pejorativo para se referir aos museus. Com o intuito de (re)significar e valorar o próprio sentido que os museus podem ter hoje, retomo a frase e a inscrevo em uma perspectiva mais positiva, propositiva e provocativa. Uso a afirmativa “Seu lugar é no museu!”, portanto, buscando recuperar o sentido dinâmico que os museus podem ter já que os mesmos abrigam experiências e cultura viva.

Diante do exposto, é possível mencionar que o Museu Vivo do São Bento, se estabelece como “lugar de memória” dinâmico porque é capaz de reconstituir os muitos “lugares de memória” da Baixada Fluminense ao se constituir enquanto um lugar de ideias, de crítica, de ação e reação. Compreender que o Museu Vivo do São Bento é um lugar para se apropriar do patrimônio cultural para incentivar o desenvolvimento local, e estimular as identidades culturais é reconhecer que o nosso lugar é no museu.

Atuar, enquanto sujeitos sociais, em um espaço de criticidade e resistência, é importante para pensarmos que tipo de museu queremos, porque também nos indagaremos sobre que tipo de sociedade queremos viver, haja vista que museus não estão isolados na sociedade, existem e refletem a sociedade na qual se encontram inseridos. Por isso, uma concepção de museu preocupada com a inclusão social, com o desenvolvimento local, com o patrimônio cultural e com a vida em sociedade é fundamental para a prática democrática.

A perspectiva do patrimônio cultural vivenciada no âmbito das ações e experiências do Museu Vivo do São Bento pode ser tomada como um mecanismo de continuidade e construção da cidadania ao reinscrever no cotidiano dos moradores da Baixada Fluminense laços de pertencimento e de reconhecimento com elementos da localidade que resultam em uma rica experiência de formação identitária.

Convém destacar que a oficialização da criação do Museu Vivo do São Bento se deu em 2008² através da reivindicação dos profissionais da área da educação do município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro e, atualmente, o mesmo encontra-se vinculado ao Centro de

² A oficialização da criação do Museu Vivo do São Bento se deu em 2008, a partir da Lei Nº 2224, que o cria no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias.

Referência Patrimonial e Histórico do município. Os atores sociais do Museu, a partir da nova perspectiva museológica, buscam que o mesmo tenha ampla inserção entre os diferentes grupos sociais da Baixada Fluminense e, através da utilização da perspectiva da educação patrimonial, inscrevem um processo importante de experimentação da própria perspectiva do patrimônio cultural. Essa experimentação é apreendida através das atividades, projetos/programas, além da sua própria inserção enquanto agente social, político, educacional e cultural.

Cabe aqui comentar que o Museu Vivo do São Bento também é conhecido por ser um Ecomuseu que pensa o espaço da sua localidade, a partir de suas singularidades como fundamental para a construção de cidadania e pertencimento, respeitando o meio ambiente. Também é um Museu de Percurso, já que para conhecê-lo é preciso percorrer o espaço, que agrega em sua materialidade a História da Baixada Fluminense em diferentes temporalidades, que incluem, ao mesmo tempo, por exemplo, o sítio arqueológico dos sambaquis e o antigo Casarão Beneditino da fazenda São Bento. Para os gestores do Museu Vivo do São Bento,

O território é concebido aqui essencialmente como um lugar de vivência humana, sendo fundamental o esforço de torná-lo documento a ser investigado para fins de análise dos diferentes usos que os homens fizeram dele. O território, portanto, guarda o feito dos homens, tornando-se lugar de referências, de significados. Ao conhecê-lo, explora-se novas vias de interpretação da realidade, constrói-se outros significados, visita-se as heranças, compreende-se melhor o presente e inventa-se a vontade da preservação do descoberto³. (MVSb, [entre 2008 e 2016], p. 4).

Um dos intuitos do Museu é fazer com que a população conheça e vivencie a noção de patrimônio cultural, pois a mesma contribui para (re)significar o processo de formação identitária e o grau de pertencimento do indivíduo. Pertencimento que se liga às singularidades locais e resguarda a memória e a história bem como sua importância para o passado, o presente e o futuro. Ao preservar a história e a memória da Baixada Fluminense é possível revitalizar e potencializar “lugares de memória” e também traços e elementos constitutivos do patrimônio cultural da região da Baixada Fluminense.

Observa-se, a partir da experiência do Museu, que a utilização da noção de patrimônio cultural, a partir da difusão da educação patrimonial, contribui para o conhecimento e conseqüentemente para a valorização e (re)significação da identidade da Baixada Fluminense

³ Trecho retirado do documento “Um OLHAR para o Museu VIVO do São Bento: novos caminhos para a cidade de Duque de Caxias.” Disponível no acervo do Museu Vivo do São Bento

com vistas à desconstrução de estereótipos e a (re)inscrição de memórias coletivas constitutivas da comunidade local.

Os agentes sociais do Museu Vivo do São Bento dialogam com a museologia social⁴, que atribui ao museu o papel de agente com função social a partir de práticas que respeitem a diversidade cultural e integram, de fato, a comunidade local. Por isso, especialmente, os seus gestores e colaboradores mais atuantes bem como parte do público que o Museu atende, acreditam que o Museu é um agente transformador social com potência política, cultural e pedagógica, que ao transformar o meio transforma a todos. Essa ideia é perceptível desde o nome do Museu, já que no interior de suas ações o patrimônio é tomado como algo vivo e, que se encontra na pluralidade cultural e nas experiências pessoais. O próprio nome Museu Vivo já traz em si tal ideia, já que (re)afirma que ele se constitui por pessoas e que essas são fundamentais na conservação do patrimônio.

Cumprе considerar que o Museu Vivo do São Bento atua na valorização das identidades e memórias que compõem o patrimônio cultural da Baixada Fluminense e, para além do seu percurso, que é incitado a ser descoberto a partir de sua dimensão material e imaterial, o Museu atua na conservação dos bens, saberes e práticas culturais da região que se materializam em seus projetos/programas, como “Mulheres Artesãs” e “Jovens Agentes do Patrimônio”. O Museu, integra, portanto, através de um diálogo com a museologia, cultura e educação uma perspectiva de (re)conhecimento, apropriação, conservação e valorização do patrimônio cultural, haja vista que, considera a comunidade protagonista no processo de identificação, apropriação e preservação do patrimônio cultural local.

O trabalho de pesquisa aqui desenvolvido, inspirado pela própria experiência do Museu Vivo do São Bento, toma, assim, as noções de patrimônio cultural, museologia social e educação patrimonial como importantes ferramentas de intervenção e mobilização social e também como mecanismos expressivos de apropriação para o desenvolvimento local. Toma-se, ainda, esses elementos como importantes referenciais teóricos-metodológicos, que dialogam com os conceitos

⁴ No campo internacional da museologia a partir dos anos 1960/70/80 iniciou-se uma série de debates em torno dos tradicionais modelos museográficos. De acordo com Mario Chagas, “o desenvolvimento silencioso de experiências orientadas por novas perspectivas museológicas eclodiu com vigor e algum barulho no primeiro ateliê internacional realizado em 1984, no Quebec (Canadá), ocasião em que foram retomadas explicitamente as resoluções da Mesa Redonda de Santiago do Chile e foram lançadas as bases do que se convencionou chamar de Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM).” (CHAGAS, 2003, p. 270).

de memória, História e “lugar de memória” para melhor apreensão do papel social que o Museu Vivo do São Bento firma com as perspectivas patrimoniais. Importante acrescentar que para apreender como tais perspectivas são apropriadas pelo Museu Vivo do São Bento fez-se uso da História Oral em sua dimensão metodológica.

Passo, agora, a descrever, em linhas gerais, o percurso desse trabalho de pesquisa. O primeiro capítulo intitulado *Um Museu de Percurso na Baixada Fluminense* caracteriza o Museu Vivo do São Bento e sua consolidação na Baixada Fluminense, entendendo-o como um lugar de resistência e de referência sociocultural da região. Para tanto, dialoga com a perspectiva da museologia social da qual o Museu tem por práxis. Aponta, ainda, para a perspectiva de que a museologia integrada com a sociedade dá continuidade aos processos de construção da memória, da identidade social, da história, da cultura e do patrimônio.

O capítulo também aborda a importância da constituição do Museu Vivo do São Bento como importante lugar de (re)significação e reinscrição de memórias que colaboram para a constituição de identidades, corroborando para diluir estereótipos e preconceitos associados à região da Baixada Fluminense ao assegurar o direito à História dando vozes às muitas memórias antes silenciadas.

O segundo capítulo cujo título é *A função social do Museu Vivo do São Bento: usos e apropriações dos saberes e fazeres locais* salienta, especialmente, a função social do Museu Vivo do São Bento que se preocupa e dialoga com a população, com o patrimônio e com o território no qual está inserido. Dessa forma, o espaço do museu passa a ser ocupado pela população como meio de mobilização e intervenção da realidade sociocultural. Tendo-se em vista a construção da dimensão social dos museus, e, tomando como referencial o próprio Museu Vivo do São Bento, o capítulo também apresenta os caminhos percorridos para a consolidação dos movimentos de renovação da museologia, sob a ótica da museologia social e a importância dos coletivos para o fortalecimento e democratização dos museus.

Ao longo desse mesmo capítulo é possível observar os usos e apropriações dos saberes e fazeres locais, nos projetos e programas do Museu que contribuem para a construção de sentimentos de pertencimento e de coletividade, além de incentivarem a experimentação da perspectiva da noção do patrimônio cultural. Esse capítulo volta-se, portanto, para o entendimento de que o Museu e o patrimônio estão a serviço da comunidade o que colabora para

a construção inclusiva e participativa da museologia e do patrimônio cultural.

O terceiro capítulo como revela o título *As dimensões da construção social do patrimônio no Museu Vivo do São Bento* dedica-se a analisar as dimensões da construção social do patrimônio no âmbito do Museu Vivo do São Bento. Dimensões essas, que se dão a partir e através dos pilares educação, patrimônio, afeto, museologia, memória e pertencimento. Para tanto, pretende-se através de um conjunto de depoimentos feitos a partir de entrevistas com diretores, coordenadores e participantes dos projetos/programas do Museu, compreender como no cotidiano do Museu esses pilares se relacionam no coletivo.

É possível observar, ao longo desse capítulo, como no interior das relações sociais, o Museu Vivo do São Bento constrói sentidos através das redes de solidariedade e laços de pertencimento que se estabelecem na comunidade e viabiliza a criação de vínculos de integração, sendo, portanto, um espaço de variadas possibilidades para quem o vivencia.

Todo trabalho apresenta limites que devem ser reconhecidos por nós pesquisadores como horizontes a serem explorados em pesquisas futuras. Esse trabalho não escapa, portanto, sobretudo dos limites de pesquisa que o próprio tempo de uma dissertação impõe. Há, ainda, essa dimensão interdisciplinar do campo do patrimônio que se abre a muitas perspectivas e diálogos que ainda se encontram em consolidação. Talvez seja essa uma das dimensões mais fascinantes do campo do patrimônio no âmbito do qual o Museu Vivo do São Bento se insere.

Capítulo 1: Um museu de percurso na Baixada Fluminense

“Invento narrativas do tempo. Elaboro possibilidades de leituras nas pegadas deixadas pelos homens para reconhecer os nascimentos que carrego, as heranças que me constituem...Quando tropeço nos vestígios deixados pelo homem nas cercanias da Guanabara, penso nas marcas que sonho imprimir no presente, e assim, fabrico o meu próprio tempo, sou sujeito...” (Marlúcia Souza)

1.1. Museu Vivo do São Bento: lugar de resistência na Baixada Fluminense

Baixada Fluminense: lugar de muitas memórias, histórias, identidades e patrimônios. Lugar também do silêncio, do esquecimento, da invisibilidade, e, ainda assim, ou por causa disso, lugar de luta, de resistência, de mobilização. Com todas essas circunstâncias, a necessidade de constituir um “lugar de memória”, um lugar no qual a preocupação central fosse à construção do lugar de fala dos seus moradores, um lugar de (re)conhecimento e de (re)descoberta da Baixada Fluminense fez brotar a semente do Museu Vivo do São Bento.

Diante das inquietações, lutas, mobilizações e reivindicações a semente germinou e os frutos são colhidos todos os dias, ao resistir às intempéries para continuar existindo como um Museu Vivo. A ideia de difusão do conhecimento e da valorização sobre a História da Baixada Fluminense em associação também com a preocupação a respeito da questão da preservação patrimonial, a partir da articulação de professores, fomentou a criação do APPH-CLIO⁵. Com a demanda da Associação foi possível dar prosseguimento ao processo de consolidação do Museu Vivo do São Bento, um lugar que possibilita, aos próprios moradores, (re)conhecer e (re)descobrir uma Baixada Fluminense carregada de História e que a partir das atividades realizadas no Museu passam a perceber seu território como um expoente “lugar de memória” a ser explorado e experimentado. Nessa perspectiva,

⁵ A APPH-CLIO é a Associação de Professores e Pesquisadores da História, formada por professores da rede pública e sindicato e os professores do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias. Os mesmos articularam-se, nos anos 90, para iniciar pesquisa sobre a história local, e assim, difundir a História da Baixada Fluminense, na luta pelo direito à memória, à história e ao patrimônio.

O senso de coletividade construído por esses diversos atores foi fundamental para fomentar a solidariedade, a fome de conhecimento, de resgate da identidade, de conhecer a memória silenciada e a história desconhecida e de preservar o patrimônio encontrado. Esta campanha também conseguiu sensibilizar o poder público Municipal que passou a respeitar e conhecer mais esta luta de resgate da própria cidadania⁶ (MVSb, [entre 2008 e 2017], p.5).

Desmitificar a região da Baixada Fluminense, colocar em pauta a perspectiva patrimonial com outras e novas formas de ver e dar a ver o patrimônio cultural da região, foi um movimento fundamental para a própria consolidação do trabalho do Museu Vivo do São Bento em torno da difusão de elementos identitários que são capazes de (re)inscrever às questões referente à cidadania nessa região tantas vezes marginalizada. As atividades propostas pelos membros APPH-CLIO não só revelaram ricas vivências e experiências como acabaram contribuindo para difundir a perspectiva de que o patrimônio deve ser tomado como uma ferramenta de intervenção social e, ainda, como um importante mecanismo de construção de novas redes de solidariedade, de fraternidade, de identidade e de pertencimento. A história da criação do Museu Vivo do São Bento é, portanto, marcada por lutas, mobilizações e resistências advindas dos professores do município de Duque de Caxias, já que,

tornou-se imprescindível para consolidar e ampliar o trabalho de inclusão da História Local e das ações de preservação do patrimônio da Baixada Fluminense, avançar na conquista de políticas públicas para que se realizasse de forma mais permanente e com maior alcance. Assim, em 2005, após a reivindicação de professores através da negociação no período Data-Base com o governo municipal conquistou-se a criação do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense⁷ (MVSb, [entre 2008 e 2017], p.5).

O Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias (CRPH), em suas ações, busca a afirmação de políticas públicas em defesa do patrimônio do Município. Para tanto, estimula a participação dos professores e da sociedade civil num todo, na construção de ações educativas e culturais, a partir do conhecimento da História Local e dos lugares de história e de memória. Estabelece, dessa forma, um diálogo com o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias (CEPEMHED) que promove e

⁶ Trecho retirado do dossiê da “Campanha cidadã pelo direito a memória, a história e a preservação patrimonial: do SOS Sambaqui do São Bento à construção do eco-museu no município de Duque de Caxias.” Trata-se de Dossiê escrito por Marisa Gonzaga da Silva e MarluCIA Santos de Souza. Ambas, juntamente com outros membros, foram idealizadoras e diretoras do Museu. Atualmente os diretores do Museu são MarluCIA Santos de Souza e Antônio Augusto Brás que é também membro da APPH-CLIO.

⁷ Ibidem

preserva as memórias e as histórias da educação do município em consonância com a educação patrimonial.

Com a criação do Centro de Referência o percurso visitado para o Sítio Arqueológico dos Sambaquis do São Bento⁸ passou a ser chamado de Museu Vivo do São Bento. Esse sítio arqueológico é de fundamental relevância não apenas como um lugar que resguarda a presença humana em diferentes temporalidades na região, mas também para a consolidação do primeiro museu de percurso da Baixada Fluminense. Cabe aqui comentar que o terreno no qual se encontra o sítio arqueológico era - e, ainda é - uma área de disputa de terras e ocupação irregular do solo, situação que agrava ainda mais o estado de preservação do sítio.

Diante dessa situação foram necessárias mais mobilizações. Assim, o CRPH e o CEPEMHed iniciaram a campanha SOS SAMBAQUI DO SÃO BENTO “a ameaça imposta provocou um movimento popular de reconhecimento da importância histórica da área e de defesa do patrimônio⁹.” (MVSb, [entre 2008 e 2017], p.4). A campanha, com incentivo ao conhecimento e preservação da história, ganhou força e foi possível arrecadar verbas para compra do terreno. Segundo Gomes,

sem dúvida, o maior legado dessa mobilização não foi a quantia arrecadada por meio de doações – cerca de 11 mil reais – que permitiu a aquisição simbólica do terreno ameaçado, mas o senso de coletividade que se construiu e que, além de evitar a destruição do sambaqui, fomentou na comunidade a solidariedade, a tomada de consciência do direito a conhecer e a socialização da função de preservação deste e de outros patrimônios existentes na localidade (GOMES, 2016, p. 17)

A mobilização, a luta e engajamento dos mais variados grupos “motivou a criação de um eco-museu, um museu territorial¹⁰.” (MVSb, [entre 2008 e 2017], p.5). Pode-se dizer que o Museu foi concebido ainda nos anos 90, a partir da criação da APPH-CLIO, contudo, sua concretização se deu quando foi realmente oficializado como Museu Vivo do São Bento, apenas em 2008, pelo poder Executivo Municipal e, por isso, pode-se afirmar que,

este museu nasce da luta dos educadores, do consentimento dos moradores que

⁸ O sítio arqueológico foi encontrado em 2002 por Marcele Mandarino, estudante do curso de História da FEUDUC e estagiária do departamento de Antropologia do Museu Nacional. Identificado e comprovado pela professora e arqueóloga Jeanne Cordeiro, o Sambaqui do São Bento tornou-se espaço de visitação de percurso do território do São Bento.

⁹ OP.CIT., p. 4.

¹⁰ OP CIT., p. 5.

lançaram seu grito de amor à cidade, nasce do desejo de tirar do silêncio e do esquecimento a História Local e os seus atores sociais, homens e mulheres comuns, assim como as suas vivências e lutas pela sobrevivência. Nasce do desejo de afirmar as memórias compartilhadas e as artes de fazer no cotidiano, nasce acolhido pela Secretaria Municipal de Educação¹¹ (MVSB, [entre 2008 e 2017], p. 6).

A sensibilização em defesa do patrimônio propiciou o diálogo da comunidade local com o seu território e com o (re)conhecimento dos muitos “lugares de memória” presentes no cotidiano da Baixada Fluminense. Possibilitou, ainda, a essa população, por vezes excluída da dita História Oficial, experimentarem e vivenciarem a História através do patrimônio como meio de reflexão, mediação e intervenção social. Essa sensibilização contribui, então, para que

o patrimônio do território torna-se um pretexto para refletir seriamente sobre o presente e sobre o futuro. E para se perguntar o que é possível fazer para avançar todos juntos, graças a esse laço que o patrimônio constitui para cada um. (VARINE, 2013, p. 187).

O Museu Vivo do São Bento constitui-se, portanto, como uma ferramenta de luta por direitos, tendo em vista a valorização da vida, das relações sociais, das redes de pertencimento e da transformação social. Nesse sentido, busca incentivar as potencialidades do território, pois

Se o museu tradicional delimita e elabora uma seleção de produções do homem, com o objetivo de fazer um recorte da realidade e encená-lo em um espaço definido, o museu de território procura a potencialidade do espaço, com o fim de trabalhar de forma integral a memória e a produção do patrimônio de forma dinâmica em sua complexidade. Esta forma de museu não estaria ligada ao passado, como coisa acabada, pois o museu pode ser tudo (VIANA, 2009, p. 18).

O Museu Vivo do São Bento busca desde sua constituição essa potencialidade do espaço que se desdobra na própria percepção dinâmica que se pode ter do Museu em diálogo com outros elementos que se projetam no jogo das relações sociais como a memória e o patrimônio. Diante, portanto, dos ideais envolvidos desde a criação do Museu Vivo do São Bento, esse não poderia e não deveria ser apenas mais um museu dito tradicional, por isso ele foi,

concebido a partir dos princípios da nova museologia, articula a defesa do patrimônio local, a intervenção/alteração na realidade social e o envolvimento das comunidades locais, afirmando, portanto o sentimento de pertencimento e de sujeitos construtores do seu tempo¹² (MVSB, [entre 2008 e 2017], p. 3).

O Museu Vivo do São Bento nasce de um profundo diálogo com a Nova Museologia, haja

¹¹ Idem, [entre 2008 e 2017], p. 6.

¹² Trecho retirado do documento “Museu Vivo do São Bento – Histórico do Projeto” - Instituto Rio Carioca – Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias – CRPH – CEMEPHEd. Disponível no acervo do Museu.

vista que o mesmo se constitui para além da museificação da História isolada da vida contemporânea, o Museu Vivo do São Bento tem por princípio integrar as relações contextuais, as relações e interações humanas. Novos museus, com novos diálogos, são construções diárias, é a museologia integrada com a sociedade que dá continuidade aos processos de construção da memória, da identidade social, da história, da cultura e do patrimônio. Nesse sentido,

Ecomuseus, etnomuseus, museus locais, museus de bairro e de vizinhança, museus comunitários, museus de sociedade e museus de território são algumas das múltiplas expressões que passaram a habitar as páginas da literatura especializada, ao lado de outras mais consagradas como, museus históricos, museus artísticos, museus científicos e museus ecléticos. Os novos tipos de museus romperam fronteiras e limites, quebraram regras e disciplinas, esgarçaram o tecido endurecido do patrimônio histórico e artístico nacional e estilhaçaram-se na sociedade. As suas práticas de mediação atualizaram a potência de uma imaginação que deixou de ser prerrogativa de alguns grupos sociais. Não se tratava mais, tão-somente, de abrir os museus para todos, mas de admitir a hipótese e de desenvolver práticas em que o próprio museu, concebido como um instrumento ou um objeto, poderia ser utilizado, inventado e reinventado com liberdade pelos mais diferentes atores sociais. Por essa estrada, o próprio museu passou a ser patrimônio cultural e o patrimônio cultural uma das partes constitutivas da nova configuração museal (CHAGAS, 2003, p. 52;53).

Essas nomenclaturas tão variadas mostram as novas percepções acerca do papel e dos sentidos dos museus. Sentidos esses que integram a *práxis* do Museu Vivo do São Bento já que essa instituição se preocupa, em constituir vivências que incluam a região, para que a sociedade local exerça o seu direito à cidadania, na participação coletiva dos espaços/lugares de sociabilidade. É, no bojo desse movimento de renovação da museologia que o Museu Vivo do São Bento insere-se experimentando as perspectivas da nova museologia. Pois, de acordo com o que sublinha, Hugues de Varine

pode-se dizer que a “nova museologia”, que toma formas diferentes de acordo com o país e com os contextos, é essencialmente um movimento de museólogos que procuram adaptar melhor o museu a seu tempo e às necessidades das populações. Aliás, ela não reúne apenas museólogos ou profissionais de museus em geral, mas igualmente professores e educadores, agentes de desenvolvimento, filósofos, sociólogos, pessoas que, de boa-fé, pensam que o patrimônio é um recurso essencial e que a cultura é uma dimensão primordial do desenvolvimento e que, portanto, temos necessidade de instrumentos para conhecer e utilizar esse patrimônio, não para o prazer de alguns, mas no interesse de todos (VARINE, 2013, p. 181;182).

Esse movimento de renovação tem como uma de suas pautas a construção de novos diálogos e experiências, mostra que o campo da museologia está em constante processo de

transformação. Essa perspectiva museológica tem espírito colaborativo e defende um museu que faz com que a comunidade conheça seu passado, transforme o presente e construa novos horizontes de futuro. Cabe destacar, ainda, para melhor compreensão do próprio campo da Nova Museologia, a *Declaração de Santiago do Chile*, de 1972, que afirma,

que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando suas actividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (MESA REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE, 1972, não paginado).

Essa *Declaração* é, sem dúvida, um marco para o campo da museologia, que pensa trabalhar de forma articulada museu, patrimônio e sociedade e, dessa forma, traz novas ideias e novos olhares ao pensamento e a prática museológica, tendo em vista a necessidade de desnaturalizar o eurocentrismo e o tradicionalismo dos museus. Nesse sentido,

Essa reunião previa a continuidade de muitos dos padrões da *nova museologia*, com ênfase em grandes desafios a serem superados para promover a noção de um museu integral e integrado. *Integral* porque aborda aspectos além dos tradicionais, de modo a melhor atender às necessidades das pessoas e promover uma vitalidade cultural das sociedades às quais os museus pertencem. Para isso, seria necessário cruzar fronteiras e enfrentar resistências conservadoras. As funções técnicas de proteger, conservar, documentar, pesquisar e comunicar assumiram outro sentido e claramente já não eram suficientes para satisfazer as expectativas emergentes. Por outro lado, o museu *integrado* é visto como um elemento integral e orgânico de uma estrutura social e cultural maior, como um elo de uma corrente e não mais como uma fortaleza ou ilha com acesso restrito a um grupo pequeno de privilegiados (TRAMPE, 1972, p. 103).

Nessa dinâmica de transformação e construção é importante frisar que museus são instituições sempre em movimento e, além disso, são espaço de relações, interações, criações e representações. É importante assegurar que o museu seja um espaço ocupado por todos, por isso, no bojo desse movimento, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia¹³ (MINOM) busca estimular que as comunidades se apropriem dos museus, criem e recriem seus museus, seus patrimônios e seus territórios, portanto,

¹³ É importante comentar que o MINOM foi criado em 1985 em Portugal e, desde então, “vem se afirmando como um espaço propício para o intercâmbio e o desenvolvimento de teorias e reflexões inovadoras no campo da Museologia Social, vem estimulando e apoiando as experimentações e os processos museais inovadores.” (CHAGAS; ASSUNÇÃO; GLAS, 2013, p. 430).

Ao longo das últimas três décadas o MINOM, valorizando o trabalho coletivo e participativo, vem compreendendo o museu como um dispositivo estratégico para a defesa da dignidade social, da cidadania e do direito à criatividade e à memória. Nesse sentido, o museu não tem valor em si, mas o valor que lhe é atribuído pela sociedade e pela comunidade da qual surgiu e para a qual trabalha. O seu acervo é constituído pelas demandas sociais e, por isso mesmo, está comprometido com a melhoria da qualidade de vida e com a geração de benefícios para a comunidade local (CHAGAS; ASSUNÇÃO; GLAS, 2013, p. 430).

O Museu Vivo do São Bento tendo por base os princípios da museologia social e ao se configurar como um museu de percurso acaba contribuindo, dessa forma, para o conhecimento do território na dimensão dos seus “lugares de memória” e, propicia também, olhar com maior criticidade as transformações ocorridas no território, entendendo que ainda que seja uma região empobrecida, histórica e culturalmente é uma região riquíssima. Dessa forma, um Museu de percurso na região da Baixada Fluminense é essencial para que a população reconheça, nos “lugares de memória”, as muitas memórias e histórias da região, sendo uma importante estratégia para a construção do sentimento de pertencimento. Por isso,

o território é um lugar de vivência humana. Precisamos torná-lo documento a ser investigado. É necessário analisar os diferentes usos que os homens fizeram dele. O território, portanto, guarda o feito dos homens, tornando-se lugar de memória, de referência, de significados. Ao conhecê-lo, explora-se novas vias de interpretação da realidade, constrói-se outros significados, visita-se as heranças, compreende-se melhor o presente e inventa-se a vontade da preservação do descoberto¹⁴ (MVSB, [entre 2008 e 2017], p.1).

Por ser um museu de território, a relação que o Museu Vivo do São Bento estabelece com as comunidades presentes no território torna-se traço característico e fundamental para o funcionamento dessa instituição museológica, haja vista que,

o museu-território não pode realmente desempenhar seu papel no desenvolvimento sem levar em conta a comunidade ou as comunidades presentes e vivas nesse território. Já que este não é um deserto e está sendo constantemente modificado pelos que o habitam, que o visitam, que nele investem, que o administram. Essa comunidade não é um objeto do museu, seus membros não são simples visitantes, um público como outro qualquer, do mesmo tipo, por exemplo, que os turistas ou os grupos escolares vindos de ônibus, eles são sujeitos do museu e são atores (VARINE, 2013, p. 186).

É interessante observar que no Museu Vivo do São Bento, espaços importantes e ricos da história da Baixada Fluminense de temporalidades distintas foram (re)descobertos,

¹⁴ Trecho retirado do documento Museu Vivo do São Bento – Introdução – Instituto Rio Carioca – Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias – CRPH – CEMEPHEd. Disponível no acervo do Museu.

(re)significados e, então, apropriados para a constituição do percurso do Museu. Hoje, o percurso principal do Museu Vivo do São Bento abrange a Casa do Administrador, a Tulha, a Farmácia, a Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor, o Casarão de Vivenda da Fazenda Iguaçu de São Bento, o Telegrafo, a Sede Administrativa do Museu Vivo do São Bento, a Casa do Colono, o Esporte Clube São Bento e o Sítio Arqueológico Sambaqui do São Bento, Ocupação Novo São Bento, Casarão do Centro Pan-americano de Febre Aftosa e o Morro da Escadaria ou do Marinha. Interessante é, ainda, observar que

esses patrimônios representam diferentes temporalidades que vão desde a ocupação pré-cabralina da região às ocupações mais recentes, e suas histórias e memórias são reveladas através do percurso do Museu. [...] são inúmeras as possibilidades de conhecimento do território e os roteiros são elaborados conforme os interesses de quem procura o museu. Entretanto, existe um percurso sugerido, formado por edificações e por outros vestígios materiais que testificam a presença do homem naquela região em distintas épocas. Este percurso pode ser ampliado com a inclusão de outros bens culturais da região, dependendo do interesse do visitante (GOMES, 2016, p. 30).

Quando instituída a criação do “complexo museológico” no território do Grande São Bento, foi declarado e efetivado o tombamento dos “lugares de memória” e das edificações patrimoniais do percurso:

- I – Portal Inicial do percurso do Museu Vivo do São Bento – prédio colonial existente nas dependências da FEUDUC adaptado como Casa do Administrador do Núcleo Colonial São Bento;
- II – Igreja Nossa Senhora do Rosário e Casarão Beneditino – sede da antiga Fazenda São Bento, tombados como Patrimônio Nacional pelo IPHAN;
- III – Antiga Tulha da Fazenda São Bento e do Núcleo Colonial – edificação destinada para instalação do Espaço Cultural de Agregação Popular;
- IV – Prédio da Fazenda São Bento, adaptado como Tulha, Posto Médico do Núcleo Colonial e Abrigo para Menores – recentemente destinado a abrigar um espaço museal da História e da Educação da Cidade de Duque de Caxias;
- V – Prédio da Fazenda São Bento adaptado como Escola Agrícola Nísia Vilela, escola do Núcleo Colonial – destinado como sendo do Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, e como Arquivo Público Municipal;
- VI – Casa do Colono – casa de colono do núcleo que guarda os modos viventes do trabalhador rural no pós-30, destinada à instalação de um espaço museológico que restitui o ambiente interno da vida cotidiana do colono;
- VII – Sambaqui do São Bento – sítio arqueológico que guarda os vestígios das ocupações humanas pré-cabralinas nas cercanias da Guanabara, destinado à instalação do Museu dos Povos das Conchas;
- VIII – Casarão do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa instituído no território do Grande São Bento na segunda Era Vargas;
- IX - Elevação conhecida como Morro da Escadaria ou da Marinha – destinada

como mirante do Grande São Bento e como espaço de reserva ambiental;
X - Novo São Bento – ocupação organizada pelo movimento social no início dos anos 90, espaço privilegiado para as ações de educação patrimonial e cultural¹⁵.

Esses locais compreendidos enquanto “lugares de memória”, presentes ao longo do percurso, possibilitam conhecer a história nas suas diferentes temporalidades, oferecendo uma leitura crítica do passado e da trajetória humana, sendo assim, a própria perspectiva museológica do Museu Vivo do São Bento reabilita os “lugares de memória” em memória social coletiva de fato,

o Museu Vivo do São Bento, retrata o território como um eco-museu, um museu de percurso que guarda vestígios da presença humana em diferentes tempos, nos permitindo, portanto, trilhar pelas pegadas deixadas por esses diversos agrupamentos sociais¹⁶ (MVSB, [entre 2008 e 2017], p.10-11).

É possível, então, conhecer memórias e histórias, que tecem laços de pertencimento com elementos identitários mais profundos e, dessa forma, permitem que diferentes grupos sociais experimentem dimensões múltiplas da perspectiva de patrimonialização. Assim como o patrimônio, os museus também são práticas sociais e culturais, e, por isso, devem ser concebidos a partir das relações e interações humanas que envolvem construções, modificações, tensões, conflitos, memória, esquecimento, dinamicidade e poder. Com isso,

O campo museal, como se costuma dizer, está em movimento, tanto quanto o domínio patrimonial. Esses dois terrenos que ora se casam, ora se divorciam, ora se interpenetram, ora se desconectam, constituem corpos em movimento. E como corpos eles também são instrumentos de mediação, espaços de negociação de sentidos, portas (ou portais) que ligam e desligam mundos, indivíduos e tempos diferentes. O que está em jogo nos museus e também no domínio do patrimônio cultural é memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação. E por tudo isso interessa compreendê-los em sua dinâmica social e interessa compreender o que se pode fazer com eles e a partir deles (CHAGAS, 2003, p. 58-59).

O Museu Vivo do São Bento está sempre em movimento, assim como as pessoas que ele abraça; haja vista que ele está em diálogo constante e efetivo com a dinâmica das relações sociais. É fundamental incitar no bojo dessas novas instituições museológicas o estabelecimento de laços afetivos e redes de trocas e cooperação de experiências singulares. É, por isso, que o Museu Vivo do São Bento integra a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (REMUS-

¹⁵ Trecho retirado da Lei Municipal de Duque de Caxias nº 2224, de 7 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.museuvivodosaobento.com.br/arquivos/lei-de-criacao-museu-vivo.pdf> (Último acesso: 09 de janeiro de 2019)

¹⁶ Ibidem. p. 10-11.

RJ)¹⁷ juntamente com outras pessoas e instituições que se constituem como atores que trabalham em prol da cultura, da diversidade, da memória, das comunidades e dos patrimônios:

A REMUS-RJ é formada por museus, ecomuseus, pontos de memória, pontos de cultura, organizações não governamentais, instituições de ensino, profissionais, estudantes e pesquisadores cujas práticas se compreendem no âmbito da denominada museologia social e que através de seus modos singulares desempenham um papel fundamental na educação, na resistência e no empoderamento de suas comunidades (CHAGAS; LARDOSA; CALIXTO, [2015?], não paginado.)

Nessa dinâmica que assume a REMUS, é necessário pensar os museus como importantes espaços de conexões em constante transformação que acompanham e estimulam o desenvolvimento da sociedade no qual se inserem. Dessa forma, as experiências dos museus que compõem a REMUS visam incluir as comunidades detentoras dos seus patrimônios, dos saberes e fazeres a partir dos seus próprios contextos locais, portanto,

[...] ficou firme a intenção de criar condições para a cooperação, a troca de saber e fazer e a ação compartilhada entre nós. [...] afirma-se o desejo de (re)construção crítica da história, da memória e a salvaguarda das expressões culturais de povos, comunidades, grupos e movimentos sociais do estado do Rio de Janeiro. (SILVA; JANUÁRIO, 2014, p. 416).

Além do Museu Vivo do São Bento, o Museu Sankofa da Rocinha, o Museu da Maré, o Ecomuseu de Santa Cruz, são alguns dos museus que integram a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro e compartilham experiências e vivências. Essas experiências preocupam-se em pensar o patrimônio e sua relação com o cotidiano, visando à inclusão social, cultural, política e educacional. Haja vista que, elementos e referências patrimoniais podem não ser considerados como tais pela comunidade, devido ao fato de não (re)conhecerem os signos e significados que o patrimônio cultural denota, por isso, torna-se imprescindível pensar o patrimônio e a museologia não apenas para a sociedade e, sim com a sociedade. Nesse sentido,

o coletivo tem compreendido que para atuar horizontalmente, fortalecer o outro é fundamental para se ver fortalecido. [...] a Rede se constitui fundamentalmente do mesmo sentimento que impulsiona vivamente cada um dos seus participantes: o desejo de que a memória, o patrimônio e os museus não sejam espaços de reprodução da exclusão, mas sim, da representação da diversidade (SILVA; JANUÁRIO, 2014, p. 418).

¹⁷ É no bojo da efervescência dos debates em torno da Nova Museologia que surge a REMUS-RJ. Trata-se de uma rica e ampla rede de Museologia Social, criada em 2013, “numa reunião chamada por e para atores sociais, instituições e experiências singulares e criativas.” (CHAGAS; LARDOSA; CALIXTO [2015?], não paginado). Interessante sublinhar, ainda, que essa rede buscava, nesse movimento de aproximação e troca, retomar e fazer dialogar projetos que vinham, desde 2008, sendo idealizados e empreendidos.

A museologia social tem como propósito viabilizar estratégias que permitam que os museus assumam um novo papel no que tange ao aspecto museológico: lidar não apenas com seu acervo, com objetos e exposições, mas sim, com o aspecto humano, isto é, lidar com as pessoas, com o território, com o desenvolvimento local, com o patrimônio, com a memória. Enfim, essa nova museologia assume o papel de lidar e lutar pela vida, pois, “o museu era – ou antes, deveria ser – um instrumento a serviço do desenvolvimento.” (VARINE, 2013, p. 171). Nesse viés, essa perspectiva museológica proporciona englobar grupos, comunidades, lugares, patrimônios, memórias, antes não vistos, não ouvidos e não lembrados, rompendo barreiras e quebrando paradigmas, e, por isso, busca superar as fraquezas/falhas/lacunas deixadas pela museologia tradicional. Como sublinha Hugues de Varine,

de qualquer modo que o vejamos, o museu, no sentido clássico do termo, tende a esterilizar o patrimônio para estudá-lo, protegê-lo e manipulá-lo com a finalidade de pedagogia ou de consumo cultural. O objeto “musealizado” é retirado de circulação definitivamente. [...] Esse museu é uma instituição aristocrática, herdeira dos gabinetes de curiosidade dos príncipes e dos tesouros das catedrais e dos mosteiros. Sua abertura para o mundo corresponde a uma ideologia de democratização cultural, segundo a qual os bens e valores pertencentes à cultura da elite ou reconhecidos por esta devem ser impostos (o que se dissimula sob a expressão “acessibilidade”) a todos, para fornecer ao povo modelos e normas. [...] essa multiplicação de museus não é um sinal de saúde cultural, mas antes o sintoma de uma inquietude, de um medo do presente e do futuro, que levam ao apego aos objetos do passado, dos quais cada vez mais raramente se compreende os verdadeiros valores ou mesmo sua significação (VARINE, 2013, p. 174-175).

Dessa forma, faz-se necessário compreender que museus não são, ou pelo menos não deveriam ser, torres de marfim¹⁸, museus devem ser agentes atuantes. A sociedade é marcada por tensões e conflitos sociais, os museus devem ser (vistos) não mais como um lugar de reafirmação dessas tensões e de segregação, mas, sim como um lugar de inclusão, de reafirmação e valorização das diversidades culturais e sociais, um lugar de integração e desenvolvimento social. Os museus que têm por base os princípios da museologia social são lugares de democratização, de acesso, de conhecimento e de cidadania, (re)conhecendo-os como um espaço de vivências e experiências, dessa forma,

[...] desarmando a crítica rasa e ligeira que diz que toda museologia é social e

¹⁸ A ideia de torre de marfim, de acordo com Monica Pimenta Velloso (1987), faz alusão aos intelectuais/cientistas que se refugiam ao mundo das ideias, distantes das arenas políticas e sociais, desvinculados das preocupações cotidianas da sociedade. Essa ideia aplica-se aos museus na medida em que os mesmos existem em sociedade e com a sociedade.

que, portanto, não faz sentido falar em Museologia Social, o MINOM sustenta o entendimento de que a Museologia Social é uma práxis de combate às práticas preconceituosas, racistas, moralistas, autoritárias, aristocráticas, hierarquizantes, homofóbicas e xenofóbicas assumidas por determinados museus e orientações museológicas, a partir de seus ideólogos e operadores (CHAGAS; ASSUNÇÃO; GLAS, 2013, p. 433).

A museologia social também compreende que o patrimônio é mutável e está sempre em movimento em suas mais variadas dimensões e possibilidades. Há de se considerar que nessa perspectiva, os atores sociais do Museu Vivo do São Bento ao longo de sua trajetória acabam por ser tornar autores. Autores da vida e da esperança. Autores do movimento em luta pela comunidade na qual estão inseridos, pois, “os museus também provocam sonhos, neles estão em pauta memórias e esquecimentos, poderes e resistências, luzes e sombras, vivos e mortos, vozes e silêncios.” (CHAGAS, 2003, p. 81). E, assim, junto com a comunidade escrevem e tecem histórias, relações, identidades e pertencimento.

Convém destacar, então, que museus e patrimônios abrigam inúmeras possibilidades. Da mesma maneira em que é preciso fazer viver o patrimônio também é preciso viver o museu, pois ambos transmitem e estão permeados por subjetividades e relações, neles nada é fixo, são construídos constantemente, possibilitando inúmeras interpretações e sensações. Diante do exposto, o Museu Vivo do São Bento se configura na região da Baixada Fluminense como um lugar de resistência, torna-se palco de um instigante e promissor espetáculo cultural e social: a vida. Ao entender que o espaço museal não se restringe apenas ao edifício ou a sua estrutura, mas também que envolve a sua inserção social, cultural, político e pedagógica, o Museu Vivo do São Bento dialoga com os saberes e fazeres populares e compartilha conhecimento e experiências, e, assim, se constitui como um lugar que só por existir já carrega consigo a marca do resistir.

1.2. Referência sociocultural da Baixada Fluminense: o Museu Vivo do São Bento como “lugar de memória”

Observa-se que o trabalho que o Museu Vivo do São Bento desenvolve revitaliza e potencializa os “lugares de memória” da região da Baixada Fluminense e também dos patrimônios culturais ao promover o conhecimento e preservação da sua história. Para tanto, o mesmo integra a educação patrimonial como um princípio e uma ferramenta política e a toma como um processo que se dá no interior das relações sociais, já que “nasce como práxis, na medida em que se toma possibilidade de educar no viés do direito a memória, a história e ao patrimônio. Oportuniza a afirmação da identidade individual, que é, ao mesmo tempo, coletiva¹⁹.” (MVSB, [entre 2008 e 2016], p.3).

Além disso, por dialogar com os princípios da museologia social, refunda a ideia de patrimônio “para além da pedra e cal”²⁰, e, por meio da educação patrimonial difunde a conservação do patrimônio cultural. Ao utilizar-se da interdisciplinaridade entre cultura e educação promove a integração entre o seu espaço museal, a comunidade, a história, a memória, e as identidades locais. A inscrição do patrimônio cultural, presente na proposta do Museu Vivo do São Bento, com vistas a consolidar a memória também contribui para o processo de formação identitária, já que, memória e identidade possuem, como salienta Michael Pollak, uma relação de complementaridade,

quando a memória e identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearranjos, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual (POLLAK, 1992, p. 207).

Contudo, essa relação de complementaridade não é observada de maneira evidente, no caso da Baixada Fluminense, haja vista que, a identidade e a memória sobre a região, em alguma medida, não estão, de fato, constituídas e instituídas e, por isso, não se relacionam. Cumpre considerar que, diante dessa perspectiva, a construção de identidade(s) para a região da Baixada deve ser entendida como um processo. Processo, esse que não é homogêneo, assim como não o é

¹⁹ MVSB, loc. cit.

²⁰ Trata-se de uma expressão cunhada pela autora Maria Cecília Londres da Fonseca que remete a ampliação da concepção de patrimônio cultural. Cf. FONSECA, 2003.

a sua própria população. Não é pertinente, portanto, pensar, para essa localidade, uma única perspectiva de memória nem de identidade. Tal perspectiva demonstra o que em alguma medida ainda se expressa, em especial no senso comum, que é a constituição de uma natureza generalizadora desses campos, assim como também do próprio conceito de “Baixada Fluminense” que não leva em conta a pluralidade a eles subjacente.

Nesse viés, pode-se dizer ainda que, sua história e imagem foram, de certa maneira, silenciadas e, até mesmo esquecidas, devido ao fato de que, ao longo dos anos, foi associada aos municípios da região uma imagem preconceituosa, marcada por traços profundos de marginalização, vinculados sobretudo à violência. Tal fato é perceptível a partir das reflexões de Enne (2004), em especial, quando a autora analisa a grande imprensa carioca, da década de 50 até o ano 2000, e mostra, como era retratada e representada a Baixada Fluminense na mídia imprensa. Para Enne

a exploração da violência como recurso para garantir a vendagem é uma estratégia facilmente perceptível ao analisarmos estes jornais [...] a “Baixada Fluminense” ocupará papel de destaque, não só pelas ocorrências reais de casos de violência, como pela criação de um imaginário acerca da região onde somente esse ângulo deveria ser destacado. Aspectos ligados à vida urbana (como saneamento, condições de habitação, saúde, educação, trânsito, entre outros) praticamente não eram explorados. [...] Matérias de cunho político, como projetos de lei, ações do poder municipal, campanhas ou atividades públicas, por exemplo, raramente eram produzidas. Da mesma forma, praticamente se ignoravam matérias que relacionassem a Baixada a atividades culturais ou “pautas” de comportamento (ENNE, 2004, p. 3).

O atributo da violência associado à região é um elemento constante na grande mídia quando pautas e temas mais diversificados acerca da Baixada Fluminense não eram explorados. Diante do exposto, é possível considerar que a construção da identidade social passa, muitas vezes, por meio da imagem que lugares, pessoas e mesmo instituições adquirem ao longo do tempo. Faz-se, portanto, necessário compreender que identidade e memória são manipuláveis, já que envolvem relações de poder e são construções sociais. No bojo desse processo de constituição de identidades, fatores e atores externos têm muita influência, fazendo com que os próprios moradores silenciem suas histórias e memórias e inclusive que se utilizem de uma identidade construída por outros, fazendo com que a formação identitária seja imprecisa. Como demonstra a autora Alessandra Siqueira Barreto,

O uso de adjetivos como nordestino, trabalhador, sofrido, valente parece figurar entre as representações mais comuns sobre sua população. [...] se uma origem nordestina é acionada muitas vezes para explicar ou conferir tal identidade (muitas vezes por um “discurso de fora”), há outros fatores que corroboram com sua constituição [...] em um “discurso-para-fora”, uma identificação com a Baixada enfatizaria a dimensão de comunidade, de uma suposta origem comum, da produção e diversidades culturais; enquanto isso, no “discurso-para-dentro”, ou seja, para os pares, haveria também o sentimento de abandono, rejeição e preconceito (BARRETO, 2004, p.47).

Os municípios da Baixada Fluminense durante muito tempo foram vistos (e, ainda são, ainda que de forma não tão explícita) a partir de uma óptica reducionista, que pode ser observada na mídia quando as notícias associadas à região relacionam-se à criminalidade, pobreza e violência. As notícias e informações veiculadas com esse cunho pejorativo colaboram para reforçar pré-conceitos, preconceitos e estigmas sociais que são feitos, em algumas vezes, por falta de conhecimento e distanciamento – não apenas geográfico, mas também social – com a região e que acabam por reforçar o discurso midiático²¹. Como demonstra Ana Lúcia Silva Enne:

A mídia impressa do Rio de Janeiro durante muito tempo reforçou e mesmo ensejou um *sensu comum* sobre a Baixada Fluminense, onde ela aparece relacionada com o abandono por parte do poder público, violência urbana e péssimas condições de vida (falta de saneamento básico, baixa escolaridade, transportes deficitários, ausências de opções de lazer, ineficiência no campo da saúde etc.). Este enfoque dado pela grande imprensa acabou se refletindo na formação de uma opinião generalizada sobre a região, onde esta aparece associada a *estigmas* que marcam de maneira decisiva a vida de seus moradores, especialmente aqueles que trabalham ou mantêm contatos regulares com a cidade do Rio de Janeiro. De alguns anos para cá, algumas reportagens buscam quebrar esse *sensu comum*, “revelando” pontos positivos sobre a Baixada. No entanto, mesmo quando procuram indicar tais aspectos positivos sobre a vida da Baixada, os grandes jornais muitas vezes acabam por reforçar os preconceitos rotineiros, pois a qualidade apontada é tratada como “novidade” ou “exceção” (ENNE, 2003, p. 42).

Essa situação dificulta a instituição do sentimento de pertencimento e colabora para que os sentimentos em relação à Baixada acabem se tornando ambíguos entre os próprios moradores,

²¹ O distanciamento e desconhecimento sobre a região da Baixada Fluminense pode ser observado no documentário “Nunca fui, mas me disseram...” (2007) que aborda a visão de alguns moradores da zona sul do Rio de Janeiro têm a respeito da Baixada. Nesse documentário é perceptível a existência de barreiras invisíveis que separam uma região da outra, mas que a partir da fala dos entrevistados mostram-se cada vez mais visíveis, o que faz com que tais barreiras sejam amplamente difundidas no *sensu comum*. Esse documentário foi produzido com o apoio institucional do IFRJ – Nilópolis e se encontra disponível no site: <<https://www.youtube.com/watch?v=E8sUcveY6XA>> último acesso em 24 jan de 2019.

como pode ser observado num trecho do texto “Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores” no qual a autora traz algumas entrevistas que demonstram tal dubiedade,

“Não saio daqui de jeito nenhum. Cresci aqui, minha família veio de fora, mas eu conheço todo mundo. Se precisar de alguma coisa, sei que o pessoal me ajuda. Não fico preocupada. Não vou pra um lugar onde ninguém nem sabe o nome do vizinho. Todo mundo aqui é igual.” (Sra. I., moradora de Nova Iguaçu, em entrevista realizada em agosto de 2004). “Aqui a gente só pode esperar o pior. Quando chove, a gente tem que amarrar saco plástico no(s) pé(s) pra não chegar no trabalho sujo de lama.” (Sr. J., morador de Duque de Caxias, em entrevista realizada em março de 2004) (BARRETO, 2004, p. 47).

Há de acrescentar ainda que apesar da mídia durante muito tempo ter enfatizado um olhar reducionista sobre a região, nos últimos anos, uma nova imagem vindo sendo construída e consumida a respeito da região, buscando mostrar o seu potencial econômico, cultural, turístico e social. Essa situação demonstra que a construção de identidade(s) da Baixada é um processo inacabado, dada a dinâmica das relações e interações sociais. Além disso, ao construir uma nova imagem sobre a região, os municípios da Baixada Fluminense buscam (re)afirmar sua importância, como salienta Magalhães,

Nas últimas décadas, a região tem experimentado modificações sensíveis em sua dinâmica econômica: o fortalecimento de centros comerciais como Nova Iguaçu e Duque de Caxias; a dinamização do setor industrial e a condução de uma nova geografia da indústria na região; a expansão do mercado imobiliário; o surgimento de novos serviços especializados. [...] essas novas dinâmicas redesenham uma representação para a Baixada – outrora caracterizada pela pobreza, miséria e índices alarmantes de violência – que, agora, se traveste numa face de progresso, crescimento econômico e desenvolvimento social (MAGALHÃES, et al., 2013, p. 34).

É preciso inserir nessa perspectiva, também, os “lugares de memória” da Baixada Fluminense que se vinculam às singularidades e especificidades locais, e, em especial, o papel do Museu Vivo do São Bento no resgate e valoração desses elos de aproximação dos grupos dessa região com sua “memória esfacelada²²”. O Museu Vivo do São Bento é, na contemporaneidade da Baixada Fluminense, lugar expressivo de (re)significação e reinscrição da(s) muitas memórias

²²A ideia de “memória esfacelada” está presente em Nora (1993). Para o pesquisador na contemporaneidade a memória, de fato, não mais existe, o que se tem são apenas resquícios da memória, lembrados, muitas vezes, devido à existência dos “lugares de memória”.

individuais e coletivas da região da Baixada e, que favorece também as “reflexões acerca da cidade que temos e daquela que desejamos e, sobretudo, tornaram transparentes as exigências dos atores sociais subalternizados e/ou populares, desejosos de sair da invisibilidade²³.” (MVSB, [entre 2008 e 2016], p. 1).

Através da articulação entre cultura e educação, o Museu Vivo do São Bento promove a experimentação e, assim, a difusão da noção do patrimônio cultural associada ao campo da educação patrimonial. Essa articulação ajuda a construir um referencial de valorização/conservação do patrimônio e, também de formação identitária que colaboram para diluir tais representações negativas e estereotipadas. É interessante perceber e sublinhar que os gestores e colaboradores do Museu Vivo do São Bento pensam uma perspectiva integradora do patrimônio cultural, já que tende a se afirmar gradativamente como um museu de percurso “na medida em que as visitas se realizavam, os lugares de memória eram afirmados como patrimônio a ser preservado, tornando-se prática educativa²⁴.” (MVSB, [entre 2008 e 2016], p.4). Nesse contexto, o patrimônio, em articulação com as premissas da museologia social, aproxima-se da perspectiva de memória viva e dinâmica, posto que, ao criar vínculos e elos com a história, supera o fenômeno de “memória esfacelada” e, assim, contribui para a constituição de elementos identitários.

O Museu Vivo do São Bento busca atuar com processos educativos que possibilitem a sociedade ter acesso e conhecimento ao patrimônio, com práticas efetivas e afetivas que a relacionem e a integrem, haja vista que investir na cultura e educação é fomentar a construção de lugares de sentido e de pertencimento, e, ao mesmo tempo, estimular o fortalecimento da identidade e o acesso à cidadania. O Museu, portanto, compartilha a ideia do IPHAN de que:

as políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras de referências culturais. (CEDUC/IPHAN, 2014, p. 20).

É fundamental conceber as práticas educativas em sua dimensão política. E observar que o Museu Vivo do São Bento reafirma sua função política e social enquanto museu desde sua

²³ Idem, [entre 2008 e 2016], p. 1.

²⁴ Idibem p. 4

criação até as atividades que atualmente desenvolve, já que o mesmo se preocupa também com as questões sociais, pois

ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia atual, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projetos de futuro (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1984, p.223).

O Museu Vivo do São Bento valoriza o conjunto das práticas culturais que permeiam o cotidiano social ao entender que o conceito de patrimônio cultural não deve ser constituído apenas com base nas disputas políticas e sociais, mas a partir da construção coletiva que consolida o sentimento de pertencimento e reconhecimento identitário. Portanto, a experimentação da perspectiva do patrimônio cultural empreendida pelo Museu se constitui como importante por possibilitar novos sentidos ao patrimônio com maior sensibilidade, não se restringindo, dessa forma, a uma lista oficial definidora, do IPHAN, por exemplo.

Por sua inserção e atuação o Museu Vivo do São Bento acaba por assegurar o direito à História ao dar vozes às muitas memórias antes silenciadas, ao se estabelecer como um “lugar de memória” da Baixada Fluminense. Dessa forma, a memória é elemento fundamental, pois, “a memória é um tipo de justiça. Em outras palavras, a memória lembra e a História esquece. Hoje em dia, a História deve proporcionar o conhecimento, mas a memória dá o significado.” (NORA, 2000, p.9).

E, portanto, na medida em que estimula, recupera e (re)inscreve elementos das singularidades e especificidades locais nas diferentes modalidades vinculadas à produção artística regional, ao artesanato, à tradição oral e festividades que integram a identidade local, fortalecem as memórias e, ainda, fomentam a valorização dos bens e das práticas culturais.

Esse processo de reinscrição das singularidades e especificidades locais que carregam muito das memórias afetivas dos moradores da Baixada Fluminense esbarra ainda no amplo processo de globalização²⁵ em curso que marca a nossa sociedade, que, em alguma medida, contribui para engendrar mecanismos de homogeneização cultural. Contudo, na medida em que a

²⁵ Stuart Hall discute ideias a respeito da globalização e acredita que “à medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural.” (HALL, 2004, p. 74). É interessante observar também que, por outro lado, o autor acredita que a globalização não destrói identidades nacionais. Essa promove, como salienta Hall, a homogeneização cultural já que “ao invés de pensar no global como “substituindo” o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o global” e “o local”.” (HALL, 2004, p. 76).

globalização se fortalece e avança “mundo adentro” acaba por incentivar, ainda que de forma subjetiva, o reconhecimento da identidade, como ressalta Euler Siqueira

É interessante notar que a inflação patrimonial ganha fôlego na mesma medida em que a globalização avança a lugares os mais recônditos do planeta desencadeando reações como as que implicam em reconhecimento de novas identidades (SIQUEIRA, 2016, p. 29/30).

A globalização, como sugere o autor, impulsiona, dessa forma, o processo de formação identitária e, também o sentimento de pertencimento que, através do reconhecimento do patrimônio cultural, dá vozes a lugares e atores sociais, antes silenciados e/ou esquecidos. A tensão entre o local e o global também é observada em museus, principalmente nos museus de base comunitária, criados sob a ótica da nova museologia, em que há um conflito imposto pelo capital, do qual a região e a sociedade local são tidas, muitas vezes, como desprovidos de memória e História, ou portadores de uma História de pouca expressão. Tal perspectiva faz com que seja necessário resistir para existir, por isso,

Nos chamados museus locais e regionais espalhados um pouco por todo o mundo, e que procuram realizar grandes ou pequenas sínteses das regiões e localidades onde estão inseridos, há uma tensão permanente entre o local e o regional, entre o regional e o nacional, entre o local e o global. Esse não é um problema específico dos museus clássicos - baseados no trinômio: edifício, coleção e público -, ele também está presente nos ecomuseus ou nos museus comunitários - ancorados no ternário: região (ou território), patrimônio cultural e comunidade (ou sociedade local). Diga-se, de passagem, que os ecomuseus têm nos museus regionais um ancestral próximo (CHAGAS, 2003, p. 182).

Nesse viés, a valorização do patrimônio estimulada no âmbito das ações do Museu Vivo do São Bento viabiliza novos mecanismos de construção identitária, de fomento e fortalecimento dos “lugares de memória”. É interessante perceber que, mesmo diante do processo de globalização, no âmbito das singularidades locais, as identidades se constituem (re)significando a memória, já que:

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Cabe mencionar que há também a interação entre fatores econômicos e culturais que, de alguma forma, estabelecem quais patrimônios devem ser preservados e valorados. Em virtude do padrão global, o patrimônio local, a exemplo da Baixada Fluminense acaba não sendo valorado/reconhecido. É, por isso que, em alguma medida, o processo de construção identitária

pode se tornar algo imposto socialmente, ainda que a absorção desse padrão seja de forma inconsciente, dado o grau de naturalização e interação que estabelecemos com certos objetos e/ou fenômenos. Por isso, torna-se cada vez mais necessário, força e engajamento para que os indivíduos se reconheçam enquanto agentes políticos e sociais, que têm vozes e que precisam ser ouvidas. O patrimônio pode e deve, portanto, vir a ser uma ferramenta em defesa da vida, haja vista que,

o interesse no patrimônio não se justifica apenas pelo seu vínculo com o passado seja ele qual for, mas pela sua conexão com os problemas fragmentados da atualidade, com a vida dos seres em relação com outros seres, coisas, palavras, sentimentos e ideias (CHAGAS, 2003, p. 58).

De acordo com a autora Márcia Chuva “na atualidade, a área do patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social” (CHUVA, 2012, p. 152), portanto, faz-se necessário salvaguardar as especificidades que permeiam os choques culturais e engendram processos de (re)significação das práticas culturais, assim como, reintegrar os elementos associados à memória local.

No bojo desse processo, o Museu Vivo do São Bento se estabelece como um lugar para a constituição e consolidação dessas memórias que existem, ainda em algum grau de forma dispersa, mas que se encontram nas relações de pertencimento nos diferentes grupos e indivíduos da Baixada Fluminense. É por isso que a memória atua como um mecanismo de resistência para os moradores da Baixada, pois,

ela consiste no poderoso movimento de libertação e emancipação dos povos, grupos étnicos e mesmo indivíduos que têm um impacto sobre o mundo contemporâneo; dito de forma sucinta, temos testemunhado a rápida emergência de todas as formas de memória no caso de minorias, para as quais a recuperação de seu passado é parte integral da afirmação de sua identidade (NORA, 2000, p. 8).

Através da atuação político-pedagógico-social do Museu Vivo do São Bento, identidade e memória, ao mesmo tempo em que são individuais, tornam-se cada vez mais coletivas e (re)encontram sua relação de complementaridade já que, “como a memória e pelas mesmas razões, a afirmação da identidade tem tido uma força positiva e libertadora. A autenticidade da identidade tem reforçado a veracidade da memória.” (NORA, 2000, p. 10).

Nesse contexto, o Museu Vivo do São Bento desempenha papel fundamental na reafirmação da memória da região, que concebe a sua identidade mais singular e específica, além

de incentivar o desenvolvimento dos aspectos positivos da região. Dessa forma, acaba contribuindo para mostrar a Baixada a partir da perspectiva da própria Baixada Fluminense e, desconstruir, ainda que numa escala pequena, a ideia de que o positivo é novidade ou exceção, mostrando que a região é também um lugar de produção de sentidos e culturas. No Museu Vivo do São Bento,

a noção de patrimônio tem um componente discursivo que lhe dá sentido e do qual não se liberta. A vivência de um museu de percurso espalhado pelo território, um museu pelo qual se pode caminhar, ao ar livre, de dia e de noite, contribui para a construção de um conceito de patrimônio que nos envolve por todos os lados, afeta todos os nossos sentidos e cuja construção é afetada por valores e princípios que regem a vida social, em suas dimensões individual e coletiva (CHAGAS, 2016, p. 12).

O Museu Vivo do São Bento tem, pois, protagonismo importante no âmbito da valorização e difusão de uma memória social coletiva que ajuda a romper com os próprios estigmas construídos em torno da representação da Baixada Fluminense, caracterizando-se, portanto, como agente social. Ressalta-se ainda que, contribui para pensar o patrimônio além da teoria, pensá-lo e colocá-lo em prática, deixando para a sociedade uma significação e reconhecimento, cria e recria o patrimônio cultural, seus significados e valores, haja vista que permanece aquilo que significa e representa algo. De acordo com o autor Mário Chagas

desde a sua criação até a atualidade o Museu vem desenvolvendo ações de mapeamento, identificação, pesquisa e proteção do patrimonial cultural de Duque de Caxias e, por esse caminho, vem produzindo impactos notáveis para o melhor conhecimento da história local e para a preservação do patrimônio cultural (CHAGAS, 2016, p. 5).

Por se inserir dentro da perspectiva da museologia social, o Museu Vivo do São Bento se compromete com a sociedade local e seu desenvolvimento ao se preocupar com a inserção política e cultural da população. Para além dos processos de musealização e patrimonialização, se preocupa com a redução das desigualdades e injustiças sociais, já que,

o que dá sentido a museologia social não é o fato dela existir em sociedade, mas sim, os compromissos sociais que assume e com os quais se vincula. Toda museologia e todo museu existe em sociedade, mas quando falamos em museu social e museologia social, estamos nos referindo a compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas, estamos afirmando, radicalmente, a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.17).

Portanto, cabe aqui considerar que, o Museu luta contra a invisibilidade social e também contra a invisibilidade dentro do campo do patrimônio, com práticas que fomentem na sociedade a apropriação do mesmo, fazendo do Museu Vivo do São Bento um espaço de resistência e cidadania, e que por isso,

quando se observa com atenção, percebe-se que nos museus os objetos falam e exalam múltiplos sentidos e muitas vezes são sujeitos com vozes e vida social intensa, à revelia daqueles que gostariam de silenciá-los. (CHAGAS; JUNIOR, 2009, p. 4).

Ao se apropriar do patrimônio e das práticas culturais, o Museu Vivo do São Bento contribui para que exista a vontade de memória, elemento fundamental para evitar mais silenciamentos acerca da historicidade da Baixada Fluminense, torna-se, assim, uma referência sociocultural para a região, especialmente e principalmente para Duque de Caxias ao se constituir como um espaço que agrega memória, história, educação, cidadania, cultura, inclusão e relações sociais.

Capítulo 2: A função social do Museu Vivo do São Bento: usos e apropriações dos saberes e fazeres locais

“As quintas no Museu Vivo do São Bento têm cheiro de casa, de bolos de aniversários e de milho para o café da tarde com a Simone e a Tatiane.

Tem mãos talentosas das mulheres artesãs, sonoridade do movimento da máquina de costura da Márcia e as Refazendas do Boi Gentileza.

Tem bandeirinhas, cachorro quente e canjica na festa junina caseira.

Tem grupos de pesquisas e parcerias combinadas. Higienização e catalogação de acervo feitos pela Débora e pela Rosenilda sendo interrompidas para partilhar espaço quando a casa está acolhendo muitos grupos.

Tem energia dos jovens com promessa de futuro a nos guiar para o bom e para o justo.

Tem as águas da chuva inundando o Poema Bar, as goteiras no balde e o cafezinho delicioso feito pelas mãos generosas da Débora.

Tem a voz da Flávia perguntando quem vai almoçar para encomendar as quentinhas do Douglas. De repente chega uma escola para nos visitar. Rodas de conversas com os jovens, mulheres artesãs, grupos culturais, pesquisadores...

Tem a resistência corajosa e amorosa dos moradores e militantes ambientalistas que atuam na APA São Bento. A apresentação do Projeto de Cidade do IPPUR com a Ocupação Solano Trindade a nos fazer pensar a cidade que temos e a que queremos. Chegam os Catadores de Memórias do Lote XV, os pesquisadores do Inventário participativo, a Anny para propor a pintura do muro com Mais Alto e o clic fotográfico do Filipo.

Energias que se tocam no fazer e no refazer de uma quinta no museu.²⁶”

²⁶ Esse é o texto *Toda quinta no Museu* e está presente no DVD de Prestação de Contas 2017 do CRPH e do Museu Vivo do São Bento.

2.1 Museologia Social: em rede, em movimento, em coletivo

A defesa do direito à história, à memória, à identidade e ao patrimônio culmina no processo do direito à museologia. Ao adotar as teorias e práticas da nova museologia, e, por conseguinte, da museologia social, o Museu Vivo do São Bento aposta na intervenção da realidade social, ao entender que o patrimônio é uma prática social e, por isso, deve ter uma função social, que se traduz a partir das vivências e das relações sociais que se constituem como “lugares de memória” que fomentam identidade e, assim, geram resistência e pertencimento.

Os processos de patrimonialização também resultam, hoje, das variadas vivências e experiências que o patrimônio cultural suscita na sociedade civil. Além disso, há diversos usos e apropriações que podem ser feitos, através da revivificação da(s) memória(s), como àquelas difundidas pelo Museu Vivo do São Bento que ao recuperar elementos da História, das identidades e da diversidade cultural colaboram para que o patrimônio tenha sentido, significado e relevância para a sociedade. Dessa forma,

na atualidade, a temática do patrimônio cultural continua relacionada à questão das identidades, mas com novos recortes, sem perder completamente a referência ao pertencimento nacional. A predominância das ideias fundadoras acerca da unidade nacional deu lugar à diversidade cultural como a fala legítima na atualidade, fruto de longos processos de construção democrática, por meio de novas redes, dos movimentos sociais de redirecionamentos das tensões globais (CHUVA, 2012, p. 73).

Percebe-se, portanto, que há, na contemporaneidade, no campo do patrimônio uma profunda renovação e ampliação do conceito, como também salienta, em suas reflexões, a pesquisadora Regina Abreu (2009). A área do patrimônio cultural no Brasil está vivendo um momento fértil, com a mobilização de diferentes grupos sociais, detentores de saberes tradicionais e locais, possibilitando, a partir das diversidades culturais, reconhecer o outro e a si mesmo a partir das mais variadas manifestações. Nesse sentido, é interessante atentar para a aprovação do Decreto-lei 3.551 de 4 de agosto de 2000 que instituiu o inventário e o registro do patrimônio cultural imaterial ou intangível. Trata-se de medida interessante para a constituição da percepção de que há dimensões do preservacionismo que se encontram para além da “pedra e do cal” e que enriquecem a própria noção e apropriação da noção de patrimônio.

A perspectiva do patrimônio cultural imaterial torna-se, dessa forma, cada vez mais importante, pois, possibilita que saberes e práticas populares, tradicionais, culturais e religiosas,

bem como grupos sociais, que durante muito tempo foram colocadas em segundo plano, e mesmo silenciados, no campo patrimonial, também assumam o papel que lhes cabe e passem a ser reconhecidos como integrantes da cultura, identidade e diversidade do país. Essa perspectiva contribui para compreender que a cultura é viva e, ainda, colabora com a ampliação do conceito de patrimônio cultural que ao integrar cultura, memória, história, museologia, educação, sociedade e território permite a constituição de mecanismos de apropriação do patrimônio. Nesse sentido,

a cultura viva é, assim, essencialmente criadora: cada nova impressão, situação, agressão, provocação vinda de fora é um fator de construção cultural, sob a forma de resposta adaptada, de filosofia, de técnica. Ela vive em simbiose com o patrimônio do qual ela se nutre e que ela transforma por sua vez, antes de transmitir o resultado à geração seguinte, consciente ou inconscientemente (VARINE, 2013, p. 114).

Cumprir considerar que assim como o campo do patrimônio encontra-se num momento de renovação e ampliação, o campo da museologia, em diálogo com o patrimônio, também se abre a novas experiências, renovação e ampliação. Tal ideia integrou as discussões da *Declaração de Quebec*, em 1984, na qual os princípios de base de uma Nova Museologia²⁷ afirmam a função social do museu. Nesse viés, o “novo museu” deve ter a preocupação com o seu território, o patrimônio e, inclusive com a população, pois, assim, “tem por objetivo servir à comunidade e ao seu desenvolvimento.” (VARINE, 2014, p. 25).

O Museu Vivo do São Bento tem como base uma sociomuseologia ativa e interativa e, por isso, integra a sociedade local, de forma efetiva no Museu e contribui para a mudança e desenvolvimento social e cultural, haja vista que,

o desenvolvimento local, em seu verdadeiro sentido, não acontece se a população não estiver estreitamente associada com o processo de tomada de decisões, com a identificação e a administração dos recursos locais, com a mobilização de todos os ativos do território, sendo que o primeiro e principal destes se encontra dentro da própria comunidade. É nesse ponto que entra o museu. No assunto do desenvolvimento, necessitamos de ferramentas culturais específicas para mobilizar a comunidade, para revelar os recursos, para ilustrar os objetivos, para demonstrar estratégias e procedimentos de desenvolvimento etc. Isso nem sempre pode ser feito por meio da mídia ou de discursos públicos; precisa ser comunicado através da linguagem da “coisa real”, por experiência

²⁷ De acordo com a *Declaração de Quebec*, enquadram-se no termo “nova museologia” todas as outras formas de museologia ativa, ecomuseologia, museologia comunitária, dentre muitas outras.

direta (VARINE, 2014, p. 27).

É dessa forma que o Museu Vivo do São Bento se estabelece na região na qual está inserido²⁸, buscando acompanhar as demandas e mudanças culturais da sociedade, ao incorporar elementos da tradição e cultura local, além de dar voz à comunidade, que por vezes foi silenciada, através do direito à memória, à identidade e à cultura. O Museu possibilita a autonomia dos atores sociais, numa construção coletiva do patrimônio cultural ao pensar as potencialidades e possibilidades do território e da comunidade, buscando a valorização dos indivíduos. Sendo assim,

o Museu Vivo do São Bento, através dos seus percursos e de suas exposições, revela a natureza material e imaterial do patrimônio cultural da comunidade onde está inserido, pois nele se podem ver materializadas as vivências e os saberes acumulados ao longo do tempo nos objetos reunidos por moradores, nas edificações, nos monumentos, nos sítios arqueológicos existentes na região – marcas da presença humana que transforma o ambiente onde vive para o bem e para o mal; mas também através das tradições, das manifestações religiosas, das lutas pela sobrevivência e da arte de inventar, do jeito de morar e de fazer da população local, que o museu se propõem a preservar e divulgar. A identidade cultural de uma região se constrói a partir do seu patrimônio e se expressa a partir de sua população (GOMES, 2016, p. 62).

Percebe-se que o Museu Vivo do São Bento ao adotar premissas mais integradoras em torno da perspectiva do patrimônio, engendra uma nova prática social em torno da experimentação do próprio patrimônio, entendendo-o e tomando-o como uma ferramenta democrática e de mobilização social. Prática social que se encontra profundamente vinculada à museologia social em suas dimensões de rede, de coletivo e em permanente movimento.

Pensar numa perspectiva museológica mais social é fundamental para a valorização da dignidade humana. Longe de presumir que museus são instituições que, simplesmente, por se inserirem em sociedade já carregam consigo sua função social e, sim, perto de compreender que museus são instituições que assumem sua função social quando partem da premissa que “uma museologia que não serve para a vida, não serve para nada²⁹”. É o resultado da proximidade com esse pensamento que revela um caminhar em redes que se entrelaçam e tecem memórias que constroem as histórias de novos museus que respeitam e valorizam a vida, a diversidade cultural

²⁸ É interessante destacar que o Museu Vivo do São Bento, abarca, especialmente, a região do Grande São Bento, em Duque de Caxias. Mas, sua perspectiva museológica acaba por contribuir para a região da Baixada Fluminense, num todo, já que amplia e estabelece diálogos, experiências e vivências.

²⁹ Conferir: <http://www.minom-icom.net/files/minom_2017_-_declaracion_de_cordoba_-_esp-port-fr-ing_1.pdf> Último acesso em: 10 de fev. de 2019

e o patrimônio cultural.

Tendo como horizonte o trilhar desse caminho é importante fazer um histórico do próprio papel e sentido social em torno do qual a museologia social foi (e, é) sendo vivenciada, experimentada e consolidada. Para tanto é necessário recuperar, não só diretrizes políticas nacionais e internacionais em torno do campo patrimonial e museológico, mas também a incorporação das mesmas pelos movimentos sociais e seus desdobramentos nos usos e apropriações da própria perspectiva museológica, para se consolidar uma construção democrática e inclusiva dos museus e dos patrimônios.

As discussões a respeito da função social dos museus estão presentes na pauta dos debates internacionais e nacionais das instituições e dos Estados há tempo. Essa movimentação demonstra a importância e necessidade de entender os museus enquanto espaços vitais para o desenvolvimento, coesão social e também como espaços representativos da diversidade cultural. Assim, “afirmar a função social do museu significa dizer que a instituição museu devia estar a serviço da sociedade e que, fazendo parte dela, devia contribuir para a formação de sua consciência e cidadania.” (VEIGA, 2017, p. 30).

Dito isto, os museus devem ser compreendidos enquanto espaços de inclusão, respeito, valorização e transmissão dos patrimônios culturais, do conhecimento e da vida em sociedade. Tal como se afirma na Recomendação Referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e Papel na Sociedade (UNESCO, 2015),

Museus são espaços públicos vitais que devem abordar o conjunto da sociedade e podem, portanto, desempenhar um importante papel no desenvolvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e reflexão sobre identidades coletivas. (UNESCO, 2015, p.6)

A compreensão de que museus podem assumir, de fato, funções sociais nos leva a construção de um campo de possibilidades das quais os museus podem ser experimentados e vivenciados pelos mais variados grupos sociais. Nesse cenário que se consolida, a memória é considerada um elo que reafirma as histórias, as mobilizações e o engajamento de diversos grupos da sociedade civil para construção de novos museus que têm como eixo de reflexão e inserção a preocupação com a comunidade, com o patrimônio e com o território.

Essa percepção já em voga na Mesa Redonda de Santiago no Chile em 1972 afirma a necessidade de estreitar os laços entre o museu e comunidade, entendendo que este deve

contribuir e estar a serviço do desenvolvimento do local ao qual se insere. Observa-se, portanto, que “esta ocasião legou a Carta de Santiago do Chile, que propõe que os museus passem a estar integrados ao contexto social em que vivem; cientes dos problemas sociais que os cercam.” (GOUVEIA; PEREIRA, 2016, p.730).

Conforme destaca o documento mencionado anteriormente, a preocupação com a função social dos museus já estava, desde 1972, no cerne das discussões internacionais. Após 43 anos da *Declaração de Santiago do Chile*, documento essencial para os debates no que concerne às discussões e bases de museus integrais, a UNESCO (2015) reafirma o papel dos museus enquanto instituição que desempenha papel social que promove a diversidade e inclusão social,

Os museus devem ser lugares abertos a todos e comprometidos com o acesso físico e o acesso à cultura para todos, incluindo grupos vulneráveis. Eles podem constituir espaços para reflexão e o debate sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus também devem promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero. (UNESCO, 2015, p.6).

A difusão da museologia social no Brasil foi, e continua sendo, construída gradativamente, a partir da inserção dos grupos sociais. Grupos esses imbuídos pelo desejo e vontade de memória, de história, de patrimônio, de cultura, de educação, de vivências. Esses ideais contribuem e disseminam, na atualidade, a construção de museus que têm como horizonte a redução das desigualdades, dos preconceitos, das discriminações, das intolerâncias. São, portanto, museus que se inserem no âmbito de uma nova prática museológica, tendo em vista que,

o elemento definidor que nomina essa museologia é a centralidade que as questões sociais têm na vida objetiva das instituições. Elaboram suas narrativas em comunidades tratadas como periféricas e abordam os temas desse cotidiano, debatendo preconceitos, evidenciando lutas, conquistas e valorizando as expressões locais que tem historicamente pouca ressonância nos museus. (GOUVEIA;PEREIRA, 2016, p.731).

A mobilização dos mais variados grupos sociais confere legitimidade as orientações e discussões internacionais, no sentido de que, incorporada ao campo da museologia social, a preocupação com a construção social do patrimônio e da própria museologia já se institui como uma demanda social. Essa demanda é observada nos movimentos sociais espontâneos que se organizam e experimentam, no bojo das necessidades da sociedade civil, as funções sociais dos museus.

Museus são mais que instituições que têm compromissos culturais e políticos. A museologia social tem ideias e ideais e, por isso, não tem uma definição única e fechada. Definir-la seria limitá-la. A museologia social busca reafirmar a urgência de compreender que museus assumam o compromisso com a vida, sua atuação, portanto, além de política e cultural, deve ser social e educacional, a favor da valorização da dignidade e da justiça social.

Nesse sentido, faz-se cada vez mais necessário a adoção de políticas públicas que garantam o direito à cultura e à memória. Medida fundamental para trilhar o caminho da democratização do acesso e produção das manifestações culturais. Entendendo a cultura como um direito social, o Estado é um agente crucial para a constituição e implementação das mesmas, garantindo, assim, inclusive para a população seu uso e acesso.

No campo museológico brasileiro essa discussão entrou em voga, sobretudo, a partir da publicação da Política Nacional de Museus (PNM) em 2003, com Gilberto Gil Moreira no Ministério da Cultura (MinC), foi possível estabelecer diálogos e ampliar as redes de construção inclusiva e participativa das políticas públicas. Entendendo que os museus instituições que garantem o acesso à cultura, a memória, a educação e a cidadania, o ministro afirma que,

Há, como se sabe, museus de diversos tipos, todos igualmente significativos. O importante é que estejam vivos, que pulsem, consagrando o jogo de tradição e invenção que dialeticamente marca a construção da cultura brasileira. (MINISTÉRIO DA CULTURA-BRASIL, 2007, p.9)

De acordo com o texto da PNM, os museus devem estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, além de propiciarem a ampliação acerca da percepção da realidade cultural brasileira, promovendo a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural, pois, como se sabe,

(...) numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o papel dos museus, no âmbito de políticas públicas de caráter mais amplo, é de fundamental importância para a valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos. (BRASIL, 2003, p. 8)

Mais que um documento, a Política Nacional de Museus tem caráter de movimento social, haja vista que incentiva e viabiliza a efetiva participação da sociedade civil, atuando em conjunto com o MinC. É uma política democrática, participativa e cidadã.

O Estado passou então a incluir a sociedade civil na elaboração das políticas

públicas da cultura, deixando de compreender-se enquanto uma estrutura monopolizadora e centralizadora e envolvendo setores populares, movimentos e organizações na transformação, criação e implementação de políticas públicas de cultura. (CASTRO; SOARES, 2018, p. 32).

É, nesse sentido que se dá a importância de políticas públicas museais e patrimoniais que veja através e a partir do coletivo a construção social e democrática de (novos) museus e (novos) patrimônios. Com pés no presente e olhos no futuro, museus têm potência transformadora. Potência essa reafirmada na Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que institui o Estatuto de museus e dá outras providências, reiterando o compromisso dos museus com a luta social:

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional. (BRASIL, 2009)

Conforme se observa na lei, museus têm em sua construção uma dimensão social e política que pode ser usada enquanto ferramenta de intervenção da realidade social imposta pelo capital, pelo Estado, e, etc., por isso, a urgência de se compreender a museologia com potência libertadora e transformadora. Na Lei nº 11.904,

(...) a base fundamental dos princípios do museu ideal é o cidadão, sua dignidade humana e a capacidade de viver em uma sociedade diversa culturalmente. A valorização e preservação do patrimônio cultural também são a essência dos museus. Mas, é importante perceber, no entanto, que se espera que esses fundamentos estejam a favor da transformação de uma realidade social objetiva, que influa diretamente em melhores condições de vida para o conjunto da sociedade. (GOUVEIA; PEREIRA, 2016, p. 734).

Importa ressaltar que a referida lei está em consonância com a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, tendo em vista que dentre os princípios fundamentais dos museus estão a dignidade humana, a cidadania, sua função social e a valorização do patrimônio e, ainda, encontra-se, em pauta a defesa da vida como patrimônio. O estatuto de museus é, portanto, uma proposta de museologia ativa, participativa, cidadã, democrática e humanizada.

É interessante destacar também, para melhor compreensão dessa perspectiva museológica mais viva, em rede, e, em sua essência, ativa, a Lei 11.906 de 20 de janeiro de 2009 que cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) resultado de um amplo e longo trabalho coletivo, de

mobilização social em defesa do patrimônio cultural brasileiro no campo museal brasileiro e de articulação e diálogo entre as partes interessadas.

O IBRAM é um desejo antigo que gradualmente vai se realizando. Assim como os museus, ele suscita sonhos, abriga a nossa humanidade e nos projeta no futuro, sem que com isso se perca o pé do presente. Os museus e a museologia no Brasil estão mesmo em movimento, estão na dança e em mudança e, por isso, estão enfrentando e superando desafios, alcançando e ressignificando objetivos. (MINISTÉRIO DA CULTURA-BRASIL, 2007, p. 36)

Fruto de um projeto coletivo, é necessário reafirmar a importância da continuidade do IBRAM, e estimular seu fortalecimento para a efetivação de seu papel e atuação, enquanto, não apenas como política pública, mas enquanto uma força social, que tem funcionalidade e aplicabilidade para, (na e com) a sociedade. Tendo como compromisso a gestão democrática e participativa, além do desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social.

O caráter coletivo das políticas públicas culturais e, sobretudo, museológicas também tem reflexo no Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM – o qual exprime o planejamento e a agenda política museológica para a próxima década (2010 a 2020). A participação coletiva contribuiu para

a reflexão sobre o diagnóstico de demandas, para a avaliação de prioridades, bem como para o estabelecimento de uma agenda política pra a cultura, no caso, para o setor de museus. A preocupação, sempre presente, é que a agenda política cultural, em especial, a de museus, reafirme a correspondência do Estado com as dinâmicas sociais. (MINISTÉRIO DA CULTURA-IBRAM, 2010, p. 7).

Importa ressaltar que na estrutura do IBRAM, a museologia articulou as dinâmicas museais às dinâmicas da vida, sendo o Estado um dos responsáveis no incentivo as tais articulações e práticas, tendo com a museologia social o exercício pleno da função social dos museus. De acordo com Inês Gouveia e Marcelle Pereira,

Na estrutura do IBRAM, a museologia social inaugurou a correspondência em termos de administração pública, representada por uma coordenação de Museologia Social e Educação e, dentro desta, uma divisão de Museologia Social. A possibilidade de concentrar a atenção nesse aspecto da política museológica ocasionou o desenvolvimento do Programa Pontos de Memória, um eco efetivo para a dimensão social de que já se falava. (GOUVEIA; PEREIRA, 2016, p. 735).

O Programa Pontos de Memória³⁰ trabalha com comunidades populares e com a valorização da memória e, possibilita aos mais variados grupos e setores sociais a terem o desejo, a vontade e o direito à memória. Compreende-se, assim, que “a memória tem sido cada vez mais utilizada como meio de elaboração de narrativas contra hegemônicas, repercutindo em museus comunitários, populares, sociais e ecomuseus.” (GOUVEIA; PEREIRA, 2016, p. 731). O uso e apropriação que esses grupos e setores fazem da memória, do patrimônio e do território são importantes iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social no que tange a diversidade social, étnica, religiosa e cultural do Brasil, como forma de democratização de acesso à cultura e ao próprio museu.

Com base nessa perspectiva, as novas experiências museais fazem cada vez mais dos museus lugares de prática e exercício da liberdade. Interessante pontuar que as discussões em torno da museologia social foram fortalecidas a partir, principalmente, da implementação do Programa Pontos de Memória. Articulou-se, no bojo desse programa, teoria e prática que possibilitaram resultados e impactos visíveis, principalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento, entre diferentes grupos sociais, de uma sensibilidade latente que se desdobrou em ricas experiências em torno dos saberes e dos fazeres. Observa-se, dessa forma que

Os documentos produzidos em 1972, (durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile), e em 1984, (durante a reunião internacional de Quebec), produziram impactos teóricos e práticos no Brasil. Os desafios de pensar e desenvolver práticas de uma museologia popular e comunitária e os desafios de refletir e agir sobre o patrimônio, considerando-o como agente de mediação, foram assumidos por praticantes da museologia. (MINISTÉRIO DA CULTURA-BRASIL, 2007, p. 18)

Nos dias atuais, a museologia social é a esperança de continuidade dos museus; de fazer, de sentir e viver os museus. Além disso, é maneira pela qual grupos antes vistos como minoritários, marginalizados e excluídos podem vir a se tornar protagonistas de suas histórias e a assumir outras formas de dar a conhecer a museologia. Portanto,

³⁰ Juliana Veiga, em sua dissertação intitulada “A experiência da Rede de museologia social do RJ no fortalecimento de políticas de direito à memória das comunidades”, faz uma excelente abordagem da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. A dissertação, defendida em 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da UFF, aborda o Programa Pontos de Memória e destaca que o mesmo “foi concebido, a partir do Programa Cultura Viva, que instituiu os Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, dentro do entendimento de que muitos Pontos de Cultura apresentavam grande interface com trabalhos vinculados à memória. Nesse sentido, a experiência do Museu da Maré, no Rio de Janeiro, foi fundamental, já que este se institucionalizava a partir da premiação como Ponto de Cultura, apesar de ter no nome, termo referente à memória, o *museu*.” (VEIGA, 2017, p. 45).

A museologia social diz respeito às iniciativas desenvolvidas por e para as comunidades, que conjugam o despertar para a consciência patrimonial, para orgulho de si, dos saberes e fazeres, ligados ao território, e ao trabalho sociocultural que multiplica potenciais. Identidade, memória e pertencimento são palavras-chaves dessas iniciativas. (VEIGA, 2017, p. 25-26).

A museologia social é o meio pelo qual se democratiza a cultura, a história e o próprio museu. É o meio pelo qual é possível desatar os nós que amarram os museus a instituições colonizadoras, de instituições de reprodução do padrão europeu – que enaltecem os “feitos” europeus e ocultam o outro lado da história, por exemplo, da escravidão, das invasões - e de instituições segregadoras, elitista e excludente. Esse movimento de renovação da museologia busca integrar uma dada realidade e suas práticas sociais ao desejo e vontade de valorização da memória e do patrimônio de determinados grupos. É a construção de alteridade a partir da museologia. Diante dessa movimentação é importante salientar que,

(...) A intenção desse movimento não era renunciar aos museus tradicionais, clássicos e especializados, mas propor uma nova concepção acerca de sua relação com a sociedade através de práticas sociais locais, mais horizontalizadas. Pensar a realidade, intervindo com propostas de valorização da identidade local, traria um auxílio importante para uma educação permanente da comunidade. (VEIGA, 2017, p. 31).

Com os nós desatados é possível começar a produzir laços. Fazer dos museus instituições que estreitam os laços com a sociedade, com a diversidade, com a memória, com o patrimônio, com a cidadania, com a história e com o próprio museu. Esses laços são fortalecidos na medida em que há o reconhecimento do somatório de esforços daqueles que se comprometem com a transformação da realidade sociocultural e com o exercício do olhar, ouvir e falar dos sujeitos em prol do coletivo. O fortalecimento em conjunto permite práticas museológicas inovadoras, transformadoras e comprometidas. É a movimentação e mobilização social que faz a museologia social ter vida e sentido. Dentre essas práticas inovadoras podemos incluir a Remus-RJ que advêm da própria prosperidade e apropriação das diretrizes da museologia social.

No Rio de Janeiro, movimentos sociais e as iniciativas da sociedade civil fomentaram na articulação da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ). A Remus se organiza em rede, em movimento, em coletivo. Constrói, fortalece e estreita os laços, ecoando vozes, afetos e resistência, possibilitando a grupos, histórica e sistematicamente marginalizados e silenciados durante muito tempo, a terem direito à memória, à história, à cultura, à educação; a terem direito à dignidade social. É interessante sublinhar que

A Rede de Museologia Social do RJ foi criada em 2013 a partir de reuniões feitas entre museólogos, iniciativas de memória e museologia social, e gestores culturais. As primeiras conversas partem de um grupo de consultores do Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). (VEIGA, 2017, p.4).

A Remus surge, portanto, com intuito de potencializar grupos, como uma forma de inclusão e de transformação social, ouvindo e fazendo serem ouvidas as muitas narrativas que fazem o Estado do Rio de Janeiro ser tão diversificado. É um coletivo amplo e diverso que contribui, ao integrar outras formas de experimentar a museologia e o patrimônio, para a visibilidade e dignidade de comunidades periféricas, quilombolas, indígenas, rurais, e tantas outras. Contribui, ainda, para a luta contra o preconceito, a discriminação e a intolerância. A Remus-RJ é um coletivo que assume expressiva importância na medida em que integra e interage (com) essas comunidades. É um ato de resistência, que tem como horizonte o direito de cada um contar sua própria narrativa. Para isso,

É fundamental dizer que esta Rede de Museologia Social é um movimento político, no qual questões relacionadas ao direito à memória das comunidades são constantemente colocadas em pauta. Aliás, é essa pauta que permeia suas reuniões: as possibilidades de visibilidade e viabilidade dessas iniciativas museais de memória, imbricadas no território em que vivem as comunidades (...) Além de serem valorizados os saberes e fazeres daquela comunidade, o que se considera como seu patrimônio, partilham-se nos Encontros as dificuldades das iniciativas, principalmente em se manter, bem como as formas encontradas de reivindicar e de resistir. Na verdade, o existir no contexto da museologia social já é por si só resistir. (VEIGA, 2017, p. 5).

Observa-se que na Remus-RJ as conexões são feitas de modo a integrar agendas, pois é o fortalecimento das lutas que em rede se transformam em lutas coletivas, a partir da busca por alternativas de transformação da realidade social. Na Remus, através da museologia social, os museus são espaços socialmente responsáveis, que abrigam sonhos, histórias, memórias, lutas, resistências, afetos e desejos. São espaços que abrigam vidas. E, é por isso que,

a museologia social, nos termos como a praticamos e pensamos, escova o museu e a própria museologia a contrapelo, afirma a dignidade das classes populares, a potência dos povos indígenas e dos povos afro-brasileiros, a força dos movimentos feministas e LGBTI, a ecologia dos saberes e a mobilização afetos poéticos e políticos a favor da potência da vida. A museologia social, como aqui é compreendida, está inteiramente a serviço da vida. Fica o que significa. (CHAGAS; PIRES, 2018, p. 297).

Se museus são lugares de memória e de patrimônio, não apenas seus prédios e os acervos que abrigam têm relevância. O território e a população do qual o museu se insere também devem

ser entendidos enquanto pertencentes ao museu, repletos de memória e de patrimônio. É, por isso, que no movimento de renovação da museologia o tripé: território + patrimônio + população³¹, em oposição ao tripé do museu tradicional: edifício + coleção + público, é tão importante. Por essa perspectiva, compreende-se que “mais importante que a construção edificada do museu, é o seu território, já que este é permeado por lugares de memória de uma população e, por isso, seria imprescindível a participação desta nestes novos museus”. (VEIGA, 2017, p. 33).

O território assume, portanto, nessa concepção museológica, expressiva relevância, o reconhecimento do território é o reconhecimento do direito à cidade. As diversas experiências museais que se articulam, sob o viés da museologia social, nos permitem compreender a memória, a identidade e o território como atos políticos que resultam na construção de novos museus. Há, portanto, uma forte dimensão política na sociedade civil, dimensão que nos leva ao reconhecimento dessas experiências museais enquanto reconhecimento social dos sujeitos e de seus territórios.

Essas práticas museológicas não pedem permissão para ser, elas simplesmente, são. E, são porque resistem, porque são criadoras, comprometidas e transformadoras, são porque impactam, porque provocam, porque conectam, porque se movem, porque lutam, porque sonham e porque vivem. Na Remus-RJ, essas práticas dialogam e interagem: Museu da Maré, Museu Casa Bumba Meu Boi Raízes de Gericinó, Museu Sankofa e Memória da Rocinha, Museu do Horto Florestal, Museu das Remoções, Museu de Favela, Museu Vivo do São Bento, Museu da República, Museu de Arqueologia de Itaipu. Esses são alguns dos Museus que, juntos, se fortalecem na Remus e, juntos, fortalecem a Remus.

Muitos desses museus nasceram como resposta às necessidades de grupos sociais específicos para proteger e divulgar memórias, patrimônios e expressões culturais; mas nasceram também da compreensão sagaz de que é possível utilizar os museus, sem nenhum pudor, à semelhança do que sempre foi feito pelos grupos sociais dominadores, a favor de determinados projetos, de lutas bem específicas. Boa parte desses museus desconhece as teorias e práticas museológicas convencionais, bem como a cadeia operacional dos museus, no entanto, desenvolvem trabalhos importantes na proteção e divulgação de seus patrimônios e memórias. (CHAGAS; et al, 2018, p. 98).

³¹ Esse tripé ou quadro esquemático como é conhecido foi proposto por Hugues de Varine. Segundo Chagas e Pires “esse deslocamento apontado por Varine (que, de grosso modo, consagrava a “passagem” de uma museologia tradicional para uma “nova” museologia), viu-se o estabelecimento de um novo paradigma para a área, já agora baseado no reconhecimento da chamada ‘função social do museu’.” (CHAGAS; PIRES, 2018, p. 13).

Em entrevista realizada com a articuladora e diretora do Museu Vivo do São Bento, Marlúcia de Souza³², pode-se observar a importância da Remus e dos museus sociais, ou museu de pobre – como ela também os chama – estarem articulados em rede. Além disso, também é possível observar a importância de museus federais, considerados tradicionais durante muito tempo, estarem caminhando em conjunto com a museologia social, estando a serviço da sociedade, cumprindo sua função social, assim como todos deveriam:

- Marlúcia de Souza – Diretora do Museu Vivo do São Bento: “estamos na luta, nunca dizemos não a escola pública, aos movimentos... vamos para as universidades conforme as nossas possibilidades, vamos aos outros museus, participamos da criação da Remus, que é a rede da museologia social, poxa, todo museu de pobre, museu de movimento, museu quilombola, museu de favela, isso não é qualquer coisa não. Nós conseguimos construir duas ementas parlamentares que alimentaram as ações desses 34 museus esse ano, agimos de uma forma coletiva, visitamos esses museus, quando um tá ameaçado vai todo mundo lá para ajudar. (...) Por último, como é que a gente vai ganhando os outros ditos museus tradicionais para o nosso lado, como eles também vão se tornar museus sociais, como todos deveriam ser, na nossa rede, por exemplo, Museu da República vai estar, Museu de Arqueologia de Itaipu, todos eles são federais... a gente faz reunião no Museu Histórico Nacional... Nós já estivemos no Museu da República e ano que vem ele vem para o Museu Vivo do São Bento, Getúlio Vargas... a presença varguista e sua influência nesse território de Caxias. Então quer dizer, as conexões dos museus tradicionais que vão assumindo a sua função social estabelecido na Carta de Santiago do Chile que é ‘um museu que não serve para a vida, não serve para nada.’ Então se o Museu Vivo do São Bento não servir para a vida, não serve para nada, que morra. Não tem caminho certo, não tem receita, as experiências vão sendo construídas nas experiências. A gente vai aprendendo com os outros. É isso que nos move, assim como a pesquisa ela também tem que servir para a vida, a história, a ciência... o museu tem que servir para a vida é sua função social.”

Esses museus sociais nascem da luta e da vontade social, têm, portanto, responsabilidade social. Compreendem os territórios enquanto espaços socialmente construídos e marcados por disputas e tensões, sejam elas políticas, econômicas, sociais, culturais. Esses territórios guardam as marcas das histórias, dos sujeitos que por lá viveram (vivem), guardam as marcas do capital que segrega, que apaga e que mata. Mas também guardam as marcas das esperanças e dos sonhos de resistir para construir novos horizontes de futuro com uma sociedade melhor.

A Baixada Fluminense, região onde está localizado Duque de Caxias, município no qual se encontra o Museu Vivo do São Bento, como foi abordado ao longo do capítulo anterior, é uma

³² A entrevista foi realizada no dia 25/10/2018 na sede administrativa do Museu Vivo do São Bento.

região marcada pelo preconceito, estereotipo e discriminação. O precário investimento e a quase nulidade de políticas públicas em saúde, segurança, saneamento, moradia e educação fez - e, ainda faz - com que a essa população fossem renegado direitos sociais básicos. Essa situação colabora para o apagamento, silenciamento e negação da história e memória sobre a região e também colabora para que os próprios moradores não se reconheçam enquanto sujeitos transformadores, não se reconheçam enquanto sujeitos que têm direito à memória e à museu. É uma realidade social difícil, injusta e desigual, como revela Rosenilda Santos que atua no Museu Vivo do São Bento.

Rosenilda Santos – Núcleo de acervo e arquivo do Museu Vivo do São Bento³³: “E aí aqui, podemos começar pela base, que é o projeto Jovens Agentes do Patrimônio e com as Mulheres Artesãs, mas aí existe outras coisas tão fortes, outras necessidades tão essenciais, tão pontuais, nessa comunidade que as pessoas não querem olhar para o que a gente quer falar. O menino que começou aqui com 10 anos e hoje tá com 18 ele precisou ir trabalhar, nós corremos até atrás, Marlúcia, Nielson, Augusto, Leu, correram atrás pra conseguir uma bolsa de estudo para esse jovem permanecer aqui, inclusive como guia, não conseguimos. Porque nenhuma autoridade governamental, política não quer. Conseguimos por tempo, porque a gente trabalha com projetos, mas aí, esse menino é responsável pela casa dele, ele é responsável por pagar uma luz, pagar a passagem, responsável por ajudar a mãe ou o pai e aí ele não pode ficar aqui. Então, é desigual. É uma luta, uma disputa desigual. Mas a gente tenta, a gente tem os cursos aqui, o pré-vestibular gratuito aqui, toda atividade que é feita aqui nada tem fundo financeiro. É que realmente o que precisa é uma informação mais direta.”

Essa é a realidade pela qual o Museu Vivo do São Bento permanece na luta para transformá-la. Nessa dimensão ampla de museologia, a museologia social, expressa pela experiência do Museu Vivo do São Bento, em Duque de Caxias, possibilita a essa população, por vezes renegada, uma dimensão de construção de sentido. Permite que esses se reconheçam como sujeitos atuantes e transformadores de um território, que se encontra carregado de histórias e de sentidos, que os fazem se sentirem pertencentes a sua localidade.

Marlúcia de Souza: “O direito a pesquisa, garantir o direito a autonomia, do direito a memória, do direito a história, do direito ao patrimônio, acabou permeando a nossa vida. Defender o patrimônio da Baixada Fluminense era também defender o direito a memória e a história. Não basta só patrimonializar tem que ficar lutando pelo patrimônio. As prefeituras não tinham secretaria de patrimônio, de cultura... não tinha nenhum museu na Baixada, como é que um

³³ Entrevista realizada no dia 18/10/2018 na sede administrativa do Museu Vivo do São Bento.

território com quase quatro milhões de habitantes não tem um museu para contar sua história?! Há uma segregação territorial poderosíssima, cultural, econômica... queríamos entender por que a Baixada é o que ela é, nós vivemos em um território em que não tem nada, somos vistos como categoria de último, mas nós podemos e queremos e temos o direito de pensar as nossas cidades e alterar... não somos acadêmicos por sermos, somos antes de tudo, militantes. Pensar esse território, pensar alternativas, pensar políticas, pensar preservação. Desnaturalizar as coisas é fundamental. Esses percursos se tornaram potências, porque você sensibiliza, cada vez você possibilita que as pessoas enxerguem o que está acontecendo no território, é um olhar vigilante, reconhecimento de um território de potencialidades.³⁴ ”

Pensar as potencialidades do território fez do Museu Vivo do São Bento um museu de percurso. O caminhar pelo território possibilita conhecer “lugares de memória” tão importantes não apenas para o bairro São Bento, mas para o município de Duque de Caxias e toda Baixada Fluminense, pois neles estão guardadas as histórias da região e muitas formas de apropriações dos espaços. Esses lugares também (res)guardam o cotidiano social, as lutas, as celebrações, as manifestações religiosas, as festividades, as manifestações culturais, ou seja, (res)guardam a resistência do território, da população e do patrimônio.

Duque de Caxias ainda é uma cidade produtiva e rica em arrecadação, mas continua com a população na miséria e sofrendo com a realidade desigual. Duque de Caxias possuiu uma realidade difícil, mas suas manifestações culturais sempre afloraram no cotidiano e os professores partilham dessa cultura. A cidade tem como potência suas lutas e culturas, que são fundamentais para os movimentos populares. Essa cultura está presente no cotidiano nas comunidades, nos terreiros de umbanda, nos terreiros de candomblé, nas rezadeiras, nas festividades do reisado e nas comemorações de São Cosme e Damião. (VIANA, 2016, p. 175-175).

Observa-se, portanto, que o Museu Vivo do São Bento e tantas outras experiências e práticas museológicas, ao compartilharem das ideias e ideais da museologia social assumem um compromisso social. Fazem do museu uma instituição não com importância relativa, mas que seja visto, pensado e compreendido como instituição transformadora e cidadã, alinhando educação e museologia como prática da liberdade, como forma de empoderar os sujeitos e suas histórias e, de mostrar que a luta em defesa da humanização, da vida – que é nosso maior patrimônio – vale a pena.

Tal compreensão de museologia “social” – mobilizada “a partir da” interação entre sujeitos e suas causas, alinhada com a antropologia e o método etnográfico,

³⁴ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 109.

tributária da pedagogia da autonomia e da libertação paulofreiriana, herdeira das metodologias participativas da segunda metade do século XX, prática militante e produtora de com 112.hecimento por partes dos próprios agentes – é (...) um instrumento de resistência, mais do que simplesmente de preservação da memória. Não é uma prestação de serviço a alguém, mas aquilo de que alguém se vale para se servir (e servir a própria vida), simplesmente à vida – pois museologia que não serve para a vida não serve para nada. (CHAGAS; PIRES, 2018, p.21-22).

O trilhar desse caminho não é um mar de rosas como diz o dito popular, é um caminho desigual e de percalços, mas também é marcado por vontades, por afetos e resiliências à revelia daqueles que insistem em renegar o direito às expressões e manifestações culturais, às práticas museológicas, e à memória. À revelia daqueles que ameaçam políticas culturais tão importantes, expressas, por exemplo, pela extinção do IBRAM em prol de uma agenda neoliberal; à revelia daqueles que ameaçam à vida dos negros, dos pobres, dos homossexuais, das mulheres, fomentados por um discurso de ódio e fascista. Mas, se de um lado há censura, repressão, opressão e preconceito, de outro, há poesia, sonhos, lutas e resistência e, isso faz a luta valer a pena.

- Marlúcia de Souza: “Então, nós temos uma rede hoje de patrimônio na cidade de Duque de Caxias que também articulamos, nos ajudamos, temos uma rede estadual, participamos de toda luta pela criação do IBRAM, pela criação dos pontos de memória. Quando os pontos de memória foram criados três experiências foram tidas como concretas e exemplares: Museu Vivo do São Bento, Museu da Maré e Museu do Amazonas.... é uma riqueza, é um presente, só isso já vale a luta.³⁵”

A museologia social é a museologia da esperança, da dignidade humana, do afeto. São, sobretudo, as experiências que tecem uma museologia em rede, em movimento e em coletivo que incita e convida à luta em prol de uma conjuntura política e econômica favorável a uma agenda social e cultural integradora. É preciso existir, resistir e não desistir, pois memórias não se queimam, vidas não se apagam. É preciso deixar que a museologia do afeto nos encante.

³⁵ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 110.

2.2 Novos olhares e novas vozes ao patrimônio cultural: a experiência do Museu Vivo do São Bento

O Museu Vivo do São Bento atua de forma combativa e participativa na região de Duque de Caxias na Baixada Fluminense e as demandas da sociedade local são as pautas principais do museu, que, inclusive, se entende como uma ferramenta a ser apropriada pela população como forma de resistência, mobilização, conhecimento e desenvolvimento. Cabe destacar que a região do grande São Bento, que se constituiu como espaço expressivo do museu, é um território pobre, carente de saneamento, moradia, educação, direitos básicos e essenciais aos cidadãos. É uma realidade dura e árdua, e, por isso, a luta e a mobilização em busca de melhorias da qualidade de vida, encontra-se entrelaçada à luta em defesa do patrimônio cultural, como realça o trecho abaixo destacado oriundo da entrevista realizada com a Marlúcia de Souza, presente na tese do Uhelinton Viana (2016)

Estávamos um tempo aqui nessa comunidade, mas a carência aqui é muito grande de tudo. Uma das lutas das mães aqui é a creche. Quando elas viram o prédio sendo reformado, pensaram na necessidade delas, que era a creche. E que era juta, mas achávamos que a luta em defesa do patrimônio não precisava ser excluída para manter a outra. Daí começamos a articular a luta pela creche. (p. 195)

Aqui não tem como, esse território do grande São Bento abrange uma das regiões mais pobres da cidade. Tem ocupações na beira do Rio Sarapuí e mais que quinze mil pessoas em situação de precariedade em favelas. Uma situação sem infraestrutura e uma população extremamente pobre. Por conta disso, aqui não podemos ter um museu, por exemplo, mostrando a coroa do imperador e dando as costas para a comunidade. Se você quiser fazer uma defesa pelo patrimônio local, você tem que interagir com outras demandas das lutas sociais. Porque não podemos dar as costas para aquela mulher que trabalha e não tem creche para seu filho. Mas, ao mesmo tempo, nosso trabalho é mostrar à comunidade que esse espaço é dela e que ela pode transformar este espaço em um espaço de reunião, de organização de suas lutas, mas, também, de preservar os seus guardados, sua herança, seu patrimônio. (p. 196)

Suas atividades e ações nos mostram que o Museu atua, portanto, em defesa do patrimônio cultural, das relações sociais, da vida em sociedade, na luta por direitos sociais básicos, contra as desigualdades sociais, a intolerância religiosa e os preconceitos étnico-raciais. Essas questões fazem parte da militância dos professores que atuam e colaboram no Museu, e, por conseguinte, são preocupações presentes antes mesmo de sua criação. Convém sublinhar que,

A luta pelo Museu e pelo patrimônio não é isolada, está articulada às lutas das comunidades por moradia, saneamento, luz, educação. O Museu não está deslocado no bairro São Bento, mas a serviço das comunidades e tem como proposta integrar a comunidade não somente na questão das memórias e do patrimônio, mas aos problemas da localidade. O Museu se faz na comunidade e se produz a partir de sua realidade e não sobre ela. Reivindica com a comunidade, com as Associações de Amigos do Museu, sindicalistas, etc; e cobra do poder público condições dignas para as camadas desfavorecidas das populações que habitam e circulam pelas adjacências. (VIANA, 2016, p. 192)

A criação do museu reafirmou a necessidade de debater tais pontos e, assim, o mesmo tornou-se, pouco a pouco, um expressivo “lugar de fala” da população da Baixada Fluminense. Isso se torna perceptível e está muito presente e vivo nas ações, nas exposições e pesquisas, nos projetos, programas e cursos desenvolvidos pelo Museu. A exposição “Mulheres em Movimento na Cidade de Duque de Caxias”, a pesquisa “Tempo da Conquista Lusitana” e o seminário “Patrimônio: sentidos e conflitos na cidade de Duque de Caxias” são alguns desses exemplos. Exemplos que nos trazem as vivências, as experiências bem como os saberes e fazeres da gente dessa localidade tão estigmatizada. Exemplos que nos mostram a riqueza da cultura brasileira em sua pluralidade. Exemplos que tecem novas perspectivas identitárias sobre a própria Baixada Fluminense.

A exposição itinerante “Mulheres em Movimento na Cidade de Duque de Caxias”, por exemplo, traz a trajetória de quinze mulheres militantes que ocuparam espaços e tiveram importante inserção social na luta por direitos e que enfrentaram e se mobilizaram contra as desigualdades e injustiças sociais. Essa exposição torna pública a história e a memória dessas mulheres que viveram e atuaram na cidade de Duque de Caxias e que deixaram um importante legado de luta e resistência. A imagem abaixo mostra a sutileza da exposição pela qual o Museu tece e borda as memórias das lutas femininas, reafirmando a importância do conhecimento sobre essas histórias.



Fotografia 1: Exposição "Mulheres em movimento na Cidade de Duque de Caxias" exposta no 1º Encontro de Pós-Graduandos em História e Patrimônio UFRRJ, evento realizado na UFRRJ campus Nova Iguaçu. A foto encontra-se disponível na página do evento: <<https://www.facebook.com/encontrohistoriaepatrimonio/>> Último acesso em 11 de jan, de 2019

A pesquisa “Tempo da Conquista Lusitana” desenvolvida em parceria com o CRPH, desperta, na população, por sua vez, o interesse em conhecer a História da região ao fomentar o conhecimento sobre o território da antiga Fazenda do Iguaçu e das Cercanias da Guanabara no século XVI. Compreende-se que,

o Museu Vivo do São Bento tem procurado contribuir para o conhecimento da história da local – seja da região do Grande São Bento, do município de Duque de Caxias ou mesmo da Baixada Fluminense -, trazendo à memória a história tanto das pessoas que viveram nessas localidades em outras épocas como a das que vivem no presente. Ao expor essas histórias, valoriza-se o protagonismo dos sujeitos comuns – aqueles que não têm visibilidade social e, por isto, passam anonimamente pela história oficial – e revela-se uma outra história (GOMES, 2016, p. 56).

É interessante mencionar, ainda, o seminário “Patrimônio: sentidos e conflitos na cidade de Duque de Caxias”, realizado em 2016, na sede administrativa do Museu, que se voltou para o debate sobre políticas públicas e ações coletivas no campo patrimonial e tratou das temáticas “Patrimônio em um mundo de propriedades”, “Patrimônio e Museologia social: o Museu Vivo do

São Bento em foco”, “A vida como patrimônio” e “Patrimônio, África e Cultura Afro Brasileira”. Esses temas são bastante significativos, pois se inscrevem dentro da perspectiva ampliada e democrática de patrimônio cultural e museologia, além de serem importantes para a constituição de redes de solidariedades a partir de vivências e experiências no âmbito das demandas e preocupações da população local.

Essas práticas museais, ao serem compartilhadas, criam mecanismos de sensibilização que agem no sentido de integrar a sociedade, e, ainda, inserem-se em um processo mais amplo e plural, pois, tornam-se práticas políticas já que integram questões como a dignidade e a justiça social. Além disso, contribuem para a constituição de uma relação afetiva com o lugar, de reconhecimento com os “lugares de memória”, que ao englobarem a memória, a história e o patrimônio, integram também o afeto, o sentimento, a sensibilidade para a vida. Além disso, essas práticas também demonstram a importância do fomento e constituição de políticas de resistências e lutas pelo patrimônio capazes de transformar vidas.

A percepção do alcance e do sentido mais amplo da prática museológica do Museu Vivo do São Bento é fundamental. Compreender que museus têm função social é compreendê-los como pertencentes a uma museologia de prática libertadora e que contribui para a construção da dignidade humana. A museologia social enfrenta desafios complexos, pois, em sua essência, preocupa-se com o desenvolvimento local, com o território do qual está inserido e, mais que isso, preocupa-se com a vida, com a população do seu entorno. Por isso, entende-se que, “lidar com pessoas é muito mais complexo do que lidar com objetos, mas esse é o desafio dos museus que buscam o caminho das relações e das convivências humanas.” (CHAGAS, 2002, p. 33). E, esse é um desafio que se percebe nas atividades acima referenciadas inscritas e difundidas a partir do espaço museal da região do São Bento em Duque de Caxias.

Lidar com pessoas é perceber que os museus são feitos por vidas e por isso não são e não podem ser abstratos, isolados da sociedade. Os museus devem ser concebidos e entendidos como espaço de luta, de reivindicação e, sobretudo, como um espaço de relações criativas. Esses espaços devem ser ocupados pela população como meio de mobilização e intervenção da realidade sociocultural. Assim é o Museu Vivo do São Bento: nasce do movimento. É um movimento... E, como a vida está sempre em movimento. Interessante observar que, como os demais espaços museais que integram a Remus, “o Museu Vivo do São Bento está em

permanente processo de construção, não está acabado e pronto, mas se faz e acontece nas lutas e com a comunidade.” (VIANA, 2016, p. 199).

Como exposto anteriormente, no Museu Vivo do São Bento, os espaços são ocupados e apropriados pela população através também dos programas/projetos promovidos pelo Museu. Merecem realce, em virtude de seu alcance social, os projetos “Mulheres Artesãs” e “Jovens Agentes do Patrimônio”. Tais programas/projetos têm como intuito favorecer as trocas culturais e patrimoniais além de promover a constituição de iniciativas análogas em outras áreas do município e incentivar a produção artística cultural dos cidadãos da Baixada Fluminense, especialmente na região do São Bento. Contribuem, portanto, para a construção de sentimentos de pertencimento e de coletividade, e incitam e convidam à experimentação da perspectiva da noção do patrimônio cultural.

O projeto “Mulheres Artesãs” é vivenciado por mulheres moradoras da comunidade local que trazem consigo saberes, sabores e experiências que compartilhado com o coletivo ganham forma e expressão através do artesanato e culinária. O coletivo se reúne semanalmente, as quintas-feiras, e suas criações são divulgadas no espaço do Museu e, em feiras e eventos culturais, suas artes também são vendidas, contribuindo para a renda das artesãs. Para os atores sociais do Museu “através de múltiplas linguagens e sabores, numa ambiência afetiva e reflexiva, elas ensinam e aprendem, trocam e destrocam, acumulam e desapegam, insistem e desistem, experimentam a arte no mistério, nas conversas, nos desejos, na dúvida, nas diferenças, no coletivo.”³⁶.

Nas vivências do Museu Vivo do São Bento, as mulheres que participam desse projeto materializam suas ideais através do artesanato e culinária, criam e recriam saberes e sabores, como nos conta uma das participantes do projeto em questão.

Maria do Socorro – Participante do Projeto Mulheres Artesãs:³⁷ “Faço todo tipo de artesanato, porque aqui é assim, o que uma faz, passa para outra. Aqui não tem professor, vem sim, sempre alguém que é convidado para passar a novidade pra gente, mas a gente, uma vai passando o que aprende para a outra.”

Depreende-se da fala de Maria do Socorro, que essas mulheres se apropriam do Museu

³⁶ Retirado do site do Museu Vivo do São Bento, disponível em: <<http://www.museuvivodosabento.com.br/projetos/mulheres-artesas>> Último acesso em 26 mar de 2018.

³⁷ Entrevista realizada no dia 18/10/2018 na sede administrativa do Museu Vivo do São Bento.

não apenas como um espaço de socialização, mas também como um espaço de trocas e experiências, como um meio de aprimorar seu saber-fazer, de sentir-se pertencente a um coletivo que fomenta e estimula os laços de pertencimento, a cidadania e as trocas culturais. Dessa forma, “os encontros constituem-se em *espaçotempo* de tecer narrativas e memórias das comunidades e de troca de saberes.” (VIANA, 2016, p. 223).

O projeto “Jovens Agentes do Patrimônio”, por sua vez, contribui para que os jovens da comunidade local construam um referencial de valorização e preservação do patrimônio cultural através de processos de experimentação da própria perspectiva patrimonial. Tais processos de experimentação do patrimônio são vivenciados através de diálogos, reflexões e rodas de conversas para se construir o referencial de patrimônio coletivamente, através da atribuição de valor, identificação, reconhecimento e sentimento/afetividade. Além disso, o projeto estimula esses jovens a compreenderem o museu e o patrimônio como elementos fundamentais para o desenvolvimento local. Esses jovens, uma vez incitados a refletirem sobre o patrimônio, em sua dimensão mais viva, acabam descobrindo-se sujeitos ativos, pois,

lembramo-nos mais uma vez que os jovens de hoje são os tomadores de decisão de amanhã. Eles devem, portanto, estar em plena posse de sua cultura viva e de suas heranças culturais e naturais para poder desempenhar seu papel de atores da comunidade e de seu desenvolvimento (VARINE, 2013, p. 91).

Nos encontros, os jovens agentes do patrimônio, procuram pensar a perspectiva patrimonial a partir das suas referências, das suas realidades, do seu cotidiano. Fomenta-se, assim, um encontro com as perspectivas de patrimonialização, a preservação e valorização dos bens e das práticas culturais que são socialmente reconhecidos pela própria comunidade local. Essa ideia torna-se perceptível no conceito³⁸ criado por esses próprios jovens. Para eles

patrimônio é o caminho das formigas... os botões que a Jacqueline achou enterrados³⁹, é a tristeza e é a morte⁴⁰, é a comunidade⁴¹. Todas as coisas ao nosso redor são patrimônio: o que é importante e o que parece não ser

³⁸ Esse conceito criado coletivamente pelos jovens, como destaca Mario Chagas (2016), tem uma dimensão poética de Manuel de Barros (“é no ínfimo que vejo a exuberância”). O caminho das formigas atravessa a dimensão natural e cultural e possibilita o repensar de outros e novos caminhos a serem (re)descobertos.

³⁹ A referência textual pode ser vista também como uma analogia aos Sambaquis. O Sambaqui do São Bento é sítio arqueológico na região, que guarda os vestígios das ocupações humanas pré-cabralinas nas cercanias da Guanabara, destinado à instalação do Museu dos Povos das Conchas.

⁴⁰ Trata-se de referência aos exemplos de patrimonialização ancorados na dor, tristeza e morte, como as cidades de Pompéia e Herculano, na atual Itália, destruídas pelo Vulcão Vesúvio. (CHAGAS, 2016).

⁴¹ Ressalte-se que, na perspectiva dos jovens participantes do projeto, noção de pertencimento à comunidade, as relações sociais também constituem a noção de patrimônio.

importante⁴², a conversa com a amiga, o dia-a-dia, as pessoas, a vergonha. É um patrimônio saber que a gente é uma comunidade... (CHAGAS, 2016, p. 3).

O conceito criado por esses jovens demonstra que a vida é o patrimônio. E, por isso, as práticas e as relações sociais e culturais são o patrimônio dessa comunidade que não precisa de um aval oficial para ser reconhecido como tal. Entender a perspectiva patrimonial por essa óptica é fundamental para que a concepção de patrimônio cultural seja democrática e contribua para a formação identitária e cidadã que ajude a romper paradigmas e estereótipos associados à região da Baixada Fluminense por muitas vezes discriminada. Para a jovem Jacqueline, que participa do projeto, as contribuições são fundamentais para a descoberta de sua própria história.

Jacqueline de Oliveira – Participante do projeto Jovens Agentes do Patrimônio:⁴³ “Tenho aprendido que eu preciso valorizar mais a minha história. Não só patrimonial material, mas imaterial, não só as coisas que a gente vê, tipo os monumentos, mas também as pessoas que têm história.”

Ao incitar aos frequentadores do Museu a experimentar a perspectiva de patrimonialização de seus bens e suas práticas culturais entra em curso o exercício do “rememorar” que se desdobra na formação de redes de identificação e pertencimento. Por isso, associar o patrimônio cultural aos “lugares de memória” funciona como um mecanismo para revitalizar e potencializar a identidade e a memória coletiva local. Dessa forma,

faz-se necessário o diálogo entre a sociedade, o significar e a identificação e salvaguarda do patrimônio, que deve ocorrer na sua formação enquanto memória coletiva e acima de tudo na formação dos mais diversificados lugares, capazes de traduzir o ser e sua contribuição temporal, espacial e simbólica para a nação, a sociedade e à própria cidade (ANGELO, 2016, p. 18).

Nessa perspectiva, o Museu Vivo do São Bento apresenta resultados que podem ser presentificados no cotidiano já que a sociedade local passa a (re)conhecer a História regional, interagindo com o espaço museal e promovendo trocas culturais nas festividades e eventos. Reafirma-se, assim, e se difundem as tradições da comunidade, já que é a comunidade quem integra as vivências do Museu. O mesmo ocorre com a experimentação da própria perspectiva de patrimônio cultural, já que, em museus ancorados na museologia social, é a sociedade que deve atribuir valor e significado aos bens e as práticas culturais bem como ter plena liberdade para apropriar-se dos mesmos usá-los e conservá-los, e (re)significá-los, pois,

⁴² Convém destacar que para os atores sociais do Museu Vivo do São Bento, patrimônio não está restrito apenas àqueles reconhecidos em caráter oficial seja pelo IPHAN, seja pelo INEPAC, por exemplo.

⁴³ Entrevista realizada no dia 25/10/2018 na sede administrativa do Museu Vivo do São Bento.

os fazeres/saberes do Museu têm como referência a cumplicidade com a população local. Desta forma, imprimem a educação patrimonial como um processo que se dá nas relações sociais. São, ainda, a garantia de um fazer/refazer com os sujeitos locais, a comunidade, os profissionais da educação, os pesquisadores, os alunos, articulando museu e escola viva e amorosa em relação à tessitura do homem/mulher como sujeito sempre em movimento⁴⁴ (MVSBS, [entre 2008 e 2016], p. 3).

Como observado, para os atores sociais do Museu Vivo do São Bento, o patrimônio e sua importância maior está no sentimento e na memória que ele abriga, que não engloba apenas valores econômicos, mas também e, principalmente, valores afetivos e simbólicos, como a noção de memória afetiva que consolida a noção de patrimônio no indivíduo, despertando vínculos que o levam a querer exercer sua cidadania.

Essa ideia é fundamental para que se tenha “uma ampliação do espectro daquilo que é visto como patrimônio” (NAJJAR, 2010, p. 142), por isso, é preciso que se incluam outros atores sociais para que assim a perspectiva patrimonial seja inclusiva e não exclusiva. Sendo o patrimônio um campo social e também político, há, portanto, uma seleção para determinar o que se enquadra ou não como patrimônio, e como destaca Márcia Chuva

a patrimonialização de práticas culturais (ou de bens culturais de natureza imaterial) promove a concorrência e, por vezes, a dissensão entre grupos, vivenciada através de tensões e disputas, num contexto de lutas de representação, lutas por legitimidade e lutas políticas, que redundam em disputa por recursos direta ou indiretamente (CHUVA, 2012, p. 74).

O Museu Vivo do São Bento idealizado e criado por professores e concebido sob a perspectiva da nova museologia, valoriza e inscreve em suas atividades as perspectivas de socialização e sensibilização para o patrimônio que não poderiam se dar de outra maneira, se não pela educação. Pedagogia do afeto, memória do afeto e museologia do afeto, tão presentes e marcantes no Museu Vivo do São Bento. Coloca-se, ali, a cada atividade proposta, em prática o exercício do estranhamento e de desnaturalização para, assim, vivenciar que museu tem em si um mundo de possibilidades e experiências, como nos conta Risonete.

Risonete Nogueira - Coordenadora do programa Jovens Agentes do Patrimônio⁴⁵: “Sem dúvidas, o Museu Vivo do São Bento desempenha uma

⁴⁴ Trecho retirado do documento Museu Vivo do São Bento - Histórico do projeto. Instituto Rio Carioca, Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias. Disponível no acervo do Museu Vivo do São Bento.

⁴⁵ Entrevista realizada no dia 25/10/2018 na sede administrativa do Museu Vivo do São Bento.

função educacional. De muitas maneiras, sendo um museu aqui no segundo distrito de Duque de Caxias, de um lugar onde muitas pessoas nunca tinham ouvido falar de um museu, do que era um museu. Mas principalmente na sua transfiguração do que seja museu, numa mentalidade que a gente já carrega há muitos anos, que a transfiguração de um lugar que era reservado para alguns para um lugar que deve ser construído por todos, por muitos e por todos. Então essa função educativa ela é muito grande, só na sua existência ela já se afirma e depois em tantos movimentos que se faz, na receptividade, nas trocas, nas experiências, na colhida de todo mundo, na nossa predisposição de estar em movimento por aí, por onde faz sentido estar. Então tudo isso é função de educar.”

Ao desempenhar sua função social, o Museu Vivo do São Bento, também desempenha sua função educacional. É uma via de mão dupla. É a museologia e a educação como práticas da liberdade. É a educação e o museu como patrimônio a serem usados, compartilhados e transmitidos.

Marlúcia de Souza: “Temos muito trabalho pela frente... limitados pela escassez, na medida do possível, por exemplo, hoje você faz um concurso para Duque de Caxias tá lá sambaqui, tá lá a história da cidade, ninguém sabia o que era antes.

Nós acreditamos que a educação patrimonial ela tá em tudo, está no trabalho de campo que eu faço... tudo, tudo é educação para a vida, patrimônio edificado, histórico, ambiental, arqueológico... é o conceito dos jovens ‘patrimônio é o caminho das formigas, é a vida, o cotidiano’, esse é o trabalho que a gente faz, poderia ser mais potente, temos que fazer mea culpa...mas os ataques vêm de tantos lados que as vezes não temos reação imediata, é muita coisa pra dar conta⁴⁶.”

Essa perspectiva educacional, passou a ser denominada e conhecida por muitos como educação patrimonial. Atrela-se, assim, práticas educativas tendo como foco o diálogo com o patrimônio cultural, e, assim, trabalha-se, com o desenvolvimento e o estímulo à memória, a cidadania, a identidade.

O seu vínculo de fundo e o seu diferencial estão situados na confluência entre a educação, a memória, a cultura, o patrimônio e a preservação. De outro modo: a expressão em análise constitui um campo e uma prática de educação socialmente adjetivada e não está especialmente vinculada a nenhuma metodologia, a nenhum autor, a nenhum lugar, a nenhuma data em particular. (CHAGAS, 2013, p.5)

A, então, expressão “educação patrimonial” nada mais é do que educação. Por isso a importância de desenvolver a perspectiva de trabalhar a educação como patrimônio, pois, assim

⁴⁶ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 113.

como o patrimônio, a educação também é uma prática sociocultural, por isso,

É que se pode falar no caráter indissociável da educação e da cultura ou ainda na inseparabilidade entre educação e patrimônio. Não há hipótese de se pensar e de se praticar a educação fora do campo do patrimônio ou pelo menos de um determinado entendimento de patrimônio. Por este prisma, a expressão “educação patrimonial” constituiria uma redundância⁴⁷, seria o mesmo que falar em “educação educacional” ou “educação cultural”. No entanto, não se pode negar que a referida expressão tenha caído no gosto popular. Resta, nesse caso, compreender os seus usos e os seus significados. (CHAGAS, 2013, p.4).

A inscrição da educação, no âmbito do Museu Vivo do São Bento, contribui para a constituição de mecanismos que estimulam à produção de sentidos e ensinam que há um direito à memória, à História, à museologia e ao patrimônio. Como nos incita a refletir Risonete, a educação é um referencial que está para muito além do espaço formal escolar. Ela é ampla e dialoga com a perspectiva patrimonial e as memórias mais profundas e afetivas que dão sentido à vida dos homens e mulheres

Risonete Nogueira: “Eu fui agregando olhares e possibilidades de enxergar esse lugar e de estar nesse lugar que é a escola, não é a educação, mas a escola, porque a educação para mim é uma coisa muito mais ampla que a escola deveria agregar. E que eu acho que tem tudo a ver com o patrimônio, patrimônio para mim está relacionado ao afeto, educação sem afeto, para mim, não existe. Os afetos eles redimensionando sempre e continuam redimensionando o que eu aprendo, o que eu desaprendo, é o que vai determinar. E o que a gente aprende e tem a possibilidade de desaprender para mim se constitui o maior patrimônio, porque não é fixado, é nessa abertura que eu entendo o conceito de patrimônio.⁴⁸”

O Museu Vivo do São Bento atua, para tanto, na tênue fronteira que se estabelece entre a experimentação do patrimônio cultural e da sua função educativa, no viés da museologia social. É interessante observar, então, que

a educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco principal o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (IPHAN, 2014, p. 19).

É, por isso, que os programas e os projetos do Museu são importantes. Eles se inscrevem dentro da perspectiva daquilo que seria a patrimonialização das práticas culturais e, portanto,

⁴⁷ Ainda que o uso da referida expressão possa configurar numa redundância, dado a sua naturalização e recorrente utilização, ao longo do texto poderá ser feito uso da mesma.

⁴⁸ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 93.

inserem-se também numa perspectiva social mais ampla de (re)significação de estigmas e estereótipos vinculados à Baixada Fluminense. Além disso, se propõe a pensar e, principalmente, a combinar, em uma rica tessitura, novas possibilidades de formação identitária a partir das memórias e identidades individuais, que ao serem (com)partilhadas tornam-se coletivas, como ressalta Nora,

a ideia de que são os coletivos que têm uma memória implica numa profunda transformação do lugar dos indivíduos na sociedade e de sua relação com o coletivo; é lá que está o segredo, por trás da emergência misteriosa de algo mais: a identidade (NORA, 2009, p. 9).

Nesse viés, é fundamental conceber a educação – entendida aqui como patrimônio e como forma de aproximação com o patrimônio - como um direito e um dever de todos, como um instrumento de conhecimento, cidadania, cultura e resistência, de criatividade, de trocas e de desenvolvimento e, principalmente, como uma prática social aberta ao exercício do novo, por isso,

seu objetivo é claramente o desenvolvimento local e, não uma mera aquisição de conhecimentos sobre o patrimônio, ou uma animação cultural. A proposta visa levar o maior número possível de membros da comunidade a conhecer, a dominar e a utilizar o patrimônio comum dessa comunidade (VARINE, 2013, p. 137).

As ações do Museu Vivo do São Bento em torno do estímulo ao sentimento de pertencimento e sua apropriação e vivência pela sociedade civil permite a (re)inscrição dos processos de patrimonialização de práticas culturais que envolvem os grupos da Baixada Fluminense. Essas singularidades estão fortemente marcadas nas memórias individuais e precisam ser reconhecidas e socializadas para não ficarem no esquecimento. A atuação do Museu Vivo do São Bento vincula-se, dessa forma, a esse sentido da memória e da própria reconstrução dos “lugares de memória.” Como salienta Nora,

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p.13).

O Museu Vivo do São Bento articula em seus programas e projetos, novos caminhos para se pensar o patrimônio cultural e integra a experimentação do patrimônio em suas diferentes

perspectivas, inscrevendo-o como algo natural e cultural, material e imaterial, e ainda como a própria História e a memória, pois acredita que,

o patrimônio (natural, cultural, vivo ou sacralizado) é um recurso local que só encontra sua razão de ser em sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Ele é herdado, transformado, produzido e transmitido de geração em geração. Ele pertence ao futuro (VARINE, 2013, p. 21).

Dentre as ações desenvolvidas pelo (e no) Museu Vivo do São Bento, também é possível mencionar a recente elaboração do seu inventário participativo⁴⁹, o que possibilitará maior apreensão do seu engajamento social e também da sociedade para com o mesmo. Tendo, assim, a mobilização da comunidade, junto ao Museu Vivo do São Bento, o que proporciona visitas, levantamentos e divulgação de documentos, dados, informações e depoimentos, que colaboram para o exercício da cidadania, na identificação das referências culturais e patrimoniais locais. É importante destacar que o inventário participativo

considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria da qualidade de vida (IPHAN, 2016, p. 5).

Nessa perspectiva, tem-se a participação direta dos cidadãos, no qual a própria população define o que entende por patrimônio. Em sua essência, o inventário participativo,

trata-se de escutar os habitantes e de lhes pedir para designar aquilo que consideram como sendo o patrimônio de sua comunidade e de fornecer o maior número de informações sobre o assunto. Isso para que se constitua a base de um corpus patrimonial que poderá, em seguida, mas somente em seguida, ser enriquecido por pesquisas científicas, históricas ou administrativas mais aprofundadas. [...] se os elementos mais evidentes do patrimônio são recenseados sem dificuldade, outras escolhas, menos “clássicas”, revelam a importância que a população dá aos lugares, objetos e documentos que balizam sua história social e cultural, mesmo se não correspondem aos critérios tradicionais. (VARINE, 2013, p. 54).

O inventário participativo é uma ferramenta de manejo do patrimônio democrática, da qual a identificação, o reconhecimento e a gestão do patrimônio são feitas pelos detentores do bem, que usam e apropriam do mesmo, entendendo o patrimônio não só como uma referência

⁴⁹ Todo o material que compõem o inventário, fichas de cadastros, depoimentos e placas de sinalização está em fase de revisão final, para posteriormente ser divulgado.

histórica do passado, mas como pertencente à realidade presente da comunidade, sendo um elo entre o passado-presente-futuro. É uma experiência enriquecedora, que possibilita conhecer as grandezas do território, mostrando que “meu quintal é maior que o mundo⁵⁰”

Marlúcia de Souza: “O curso de inventário participativo que foi feito aqui, mas a Remus toda participou, a Remus toda não, mas quem dela pode participar. Tivemos vários participantes, conhecimento para todos. O mais interessante é o conteúdo do inventário, não é aquele inventário que o INEPAC vinha dá o curso, fomos pensar uma possibilidade de inventário ampliado, as potências de você construir diferentes formas de inventário. Confesso, que foi um processo difícil, apesar dos conflitos, foi uma experiência que nos enriqueceu bastante, o grande avanço foi a ficha de cadastro dessas nossas edificações, conseguimos a finalização das fichas, gravação dos depoimentos e vai sair agora umas placas de sinalização. Então eu penso que nós aprendemos a fazer inventário, foi uma experiência rica, vimos muitas possibilidades, achamos que começamos porque agora não vamos parar mais, aprendemos o caminho. O ponto elevado foi que alguns jovens, dos jovens agentes de patrimônio participaram... os prazos eram apertados, mas valeu a pena, temos algo de concreto, as fichas, um banco de imagens e de depoimentos dos moradores, sabemos mais de cada lugar e aprendemos... valorizar. Aprendemos o que fazer para não errarmos mais.⁵¹”

As imagens abaixo nos mostram o quanto enriquecedora é a experiência de poder se aproximar da perspectiva de inventário participativo. Possibilita democratizar o acesso e conhecimento acerca das referências e dos patrimônios culturais. É dar voz àqueles que os vivenciam cotidianamente.

⁵⁰ A frase faz menção ao poema Apanhador de Desperdícios de Manoel de Barros. O poeta fala do respeito a coisas e aos seres desimportantes. O poema também está presente na antologia “Meu quintal é maior que o mundo” (2015).

⁵¹ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Páginas 111 e 112.



Fotografia 2: Registro dos participantes do Curso de Inventário Participativo realizado no Museu Vivo do São Bento. A foto encontra-se disponível na página do Museu no Facebook: <<https://www.facebook.com/museuvivodosabento/photos/a.849540675167049/1409324205855357/?type=3&theater>> Último acesso em 11 de jan. de 2019.



Fotografia 3: Jacqueline, participante do projeto Jovens Agentes do Patrimônio, como guia do percurso do Museu Vivo do São Bento para os participantes do curso de Inventário Participativo. A foto também está disponível na página do Museu no Facebook <<https://www.facebook.com/museuvivodosobento/photos/a.1411396875648090/1411451378975973/?type=3&theater>> Último acesso em 11 de jan. de 2019.



Fotografia 4: Os Jovens Agentes do Patrimônio junto com o Profº Antônio Augusto, guias do percurso, contando a história do Casarão de Vivenda da Fazenda Iguçu do São Bento. Mais um registro do Curso de Inventário Participativo, disponível na página do Museu no Facebook: <<https://www.facebook.com/museuvivodosabento/photos/a.1411396875648090/1411454692308975/?type=3&theater>> Último acesso em 11 de jan. de 2019.

As atividades e ações do Museu Vivo do São Bento promovem conhecimento, reconhecimento e identificação com elementos do cotidiano que, então, passam a ser apreendidos e vivenciados como referências e práticas culturais e patrimoniais. Por isso, é fundamental pensar museus, patrimônio e educação em perspectivas críticas, para assim se tornarem ferramentas participativas.

Entender que museus e patrimônios não se restringem ao fato de serem para a comunidade, pois isso já está dado desde o momento em que são vistos como construções sociais. É preciso compreender e desenvolver que museus e patrimônios estão com a comunidade. Esse entendimento leva a uma construção inclusiva e participativa e faz com que a museologia social e o patrimônio cultural sejam ferramentas, de fato, democráticas.

Nesse viés, as práticas culturais da sociedade civil da Baixada Fluminense em articulação com as atividades do Museu Vivo do São Bento viabilizam a apreensão de como o Museu inscreve a noção de patrimônio, que tem como pauta não a sua materialidade ou tangibilidade, mas sim o sentido, valor, significado e afeto atribuído, já que no âmbito do Museu o patrimônio se afirma e reafirma no cotidiano.

Capítulo 3 – As dimensões da construção social do patrimônio no Museu Vivo do São Bento

Eu tenho um vintém

Iaiá me dá dois

Pra comprar de fita pra laçar meu boi

Ai, ai, ai, meu boi que me dá?⁵²

Novelo de linhas, pontos e cores

Pra bordar vidas e tantos amores

Ai, ai, ai, meu boi que me dá?

Lá na ufrj

Tijolo, carvão, pintura, demora...

Ai, ai, ai, meu boi que me dá?

Pé de moleque e maria fumaça

Ganhamos na serra de Minas, e além

Ai, ai, ai, meu boi que me dá?

Casca de coco, giz, parafina

Barbante, pavio, ô vela tão fina

Ai, ai, ai, meu boi que me dá?

Num dia de chuva no meio da horta

Colhemos alface, tomate e memórias

Ai, ai, ai, meu boi que me dá?

Pastilha quebrando, alicate na mão

Arte, mosaico, o tal do alemão

Ai, ai, ai, meu boi que me dá?

A casa, os meninos, sua mãe tão linda

Patrimônio, formiga e tantos caminhos

Ai, ai, ai, meu boi que me dá?

Filó, sua horta e muitos sorrisos

Mandalas, cuscuz, cachorro latindo

Ai, ai, ai, meu boi que me dá?

Histórias antigas, o urso falando

Escuta, Gregório, memórias reinando

Ai, ai, ai, meu boi que me dá?

Prestando as contas, a gente faz ninhos

Reolhando o percurso pra seguir o

caminho

Ai, ai, ai, meu boi que me dá?

⁵² Esse é o testamento, criado pelos Jovens Agentes do Patrimônio, do Boi Gentileza. O Boi Gentileza foi criado em conjunto com os jovens e as Mulheres Artesãs. O testamento é uma síntese do que os jovens vivenciaram no programa. No coletivo, rememoram suas vivências, histórias e memórias, numa construção social do patrimônio de maneira afetiva e amorosa. O testamento foi apresentado na Prestação de Contas do Museu Vivo do São Bento no dia 11/12/2018.

3.1. Construção de sentidos no Museu Vivo do São Bento: educação, patrimônio e afeto

Educação. Inquietação. Luta. Mobilização. Resistência. Direitos. Sonhos. Passado. Presente. Futuro. Palavras que expressam, de maneira tão simples e, ao mesmo tempo, tão profundas e marcantes, o processo de criação do Museu Vivo do São Bento. O Museu que se faz no (e do) movimento e está sempre em movimento, marcado pelo desejo de ser e de estar a serviço da sua comunidade, exercendo sua função social, conectado e integrado com as mudanças e demandas da sociedade. Um Museu no qual as dimensões da construção social do patrimônio estão presentes em seu corpo, no exercício dos sentidos: exercício do olhar, exercício do ouvir, exercício do tocar, exercício do saborear, exercício do falar. Os exercícios dos sentidos se materializam no Museu Vivo do São Bento, sobretudo a partir da importância e do valor que se dá ao afeto sempre tão presente em suas ações.

As dimensões da construção social do patrimônio no Museu Vivo do São Bento passam pela educação, pela museologia, pela memória, pelo afeto, pelo pertencimento e pela própria perspectiva de patrimônio. Dimensões simbólicas, permeadas de subjetividades, a partir das quais se experimentam e se vivenciam sensações, interpretações, sentimentos e sentidos em um constante processo de criação e reinvenção, de atuação corajosa e apaixonante e de ações criativas, criadoras e transformadoras.

“É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está *no* mundo, mas *com* o mundo. Estar *com* o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é.” (FREIRE, 1967, p. 39). É com essa citação de Paulo Freire que começaremos a abordar a construção de sentidos no Museu Vivo do São Bento a partir do pilar da educação. Alinhado com o pensamento de Freire, o Museu Vivo do São Bento vive porque existe, não apenas estando no mundo, e sim, por estar nele e com ele. Assim é sua relação com a comunidade local, pois o mesmo incita ao reconhecimento de outros modos de ser e estar no mundo. Abre janelas, possibilitando enxergar, nas suas grandezas a sutilezas, a si próprio, e é capaz de projetar um olhar voltado para novos e múltiplos horizontes de futuro. Maria do Socorro, participante do projeto

“Mulheres Artesãs”, pôde vivenciar e experimentar essa sensação quando saiu de dentro para fora e trouxe o de fora para dentro.

Maria do Socorro: “Então, na verdade o trabalho de mulheres artesãs foi uma iniciativa para trabalhar a autoestima, autonomia financeira, entendeu?! E, essa questão mesmo da descoberta, outras mulheres que nem estudavam se envolveram, tem até uma poetisa. Então você percebe a influência do museu nessas iniciativas de autonomia da mulher e é uma coisa legal, poucas são as pessoas que têm esse olhar, entendeu. Eu saí de dentro para fora e trouxe o de fora para dentro. É muito bom.⁵³”

O relato de Maria do Socorro mostra que experiências e sensações únicas e individuais, contudo, quando compartilhadas, tornam-se plurais e coletivas. No Museu Vivo do São Bento, a partir das interações e relações sociais, das relações com a realidade, do incentivo ao diálogo e ao debate, a educação se faz sempre presente.

Essa mesma educação, associada principalmente às dimensões do patrimônio, possibilita uma leitura de mundo crítica, sem conformismo e comprometida com a transformação social, a partir do reconhecimento dos próprios sujeitos e, portanto, “a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a.” (FREIRE, 1967, p. 43).

A luta por uma educação libertária, emancipadora, que considera e reconhece os saberes e fazeres populares, sempre esteve presente no trabalho dos professores que formam o Museu Vivo do São Bento,

Risonete Nogueira: “O trabalho que eu fazia com os meninos, realmente é o trabalho que eu já realizava há muito tempo, que sempre foi um trabalho de muito diálogo, muito voltado para a memória, para a construção disso. E, recentemente conforme eu fui estudando a museologia social uma das coisas inquietantes e curiosas foi a descoberta de que um dos pensamentos que fundam a museologia social é o pensamento de Paulo Freire que o Varine foi pesquisar. E na verdade foi o educador que também foi fundante daquela pedagogia que eu praticava a vida inteira, então em cenários diferentes, com outros pares a gente estava compartilhando daquilo que eu acho que sintetizava o começo desse caminho que é a pesquisa, pesquisa íntima de quem somos e de quem chega para gente. Então esse respeito pela pesquisa de quem chega, com quem chega e junto, caminhando junto que tá lá no Freire eu descobri que

⁵³ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 102.

estava também na museologia.⁵⁴”

Mesmo quando não adjetivada a educação com o termo ‘patrimonial’, o Museu Vivo do São Bento desenvolve e estimula uma educação corajosa, provocativa, atuante, transformadora: uma educação para a vida. Longe de ser uma utopia, a educação tem o poder de transformar o mundo e o Museu por ser uma instituição que não pode e não deve ser neutra, que tem contornos políticos, ideológicos e poéticos, deve assumir sua função educativa⁵⁵.

O museu é um centro de referência para a produção do conhecimento e para a ação dialógica, para estabelecer olhar qualificado sobre a realidade e o patrimônio e para isso precisa observar, analisar, interpretar o mundo. (...) A ação educativa é social, cultural e pode ser sensibilizadora e transformadora da pessoa e da realidade, pode e deve afirmar a dignidade humana, combater os preconceitos e as desigualdades, assegurar acessibilidade. O museu tem que ser ético, poético, estar atento para a teoria da enunciação. A ação educativa tem um papel central na aproximação das pessoas com o museu, de aproximar as pessoas uma das outras e do patrimônio. (SOUZA, 2018, p. 46).

Professores da rede municipal de Duque de Caxias, militantes, engajados política, educacional e socialmente. A função educativa do Museu Vivo do São Bento já estava demarcada antes mesmo da sua consolidação, a luta pelo direito à memória, pelo direito à museu e pelo direito ao patrimônio enunciam o patrimonial da educação. Em diálogo profícuo com Paulo Freire, o museu, assim como a educação, deve ser considerado lugar de conscientização e da prática da liberdade e deve ser usado também como ferramenta de construção de identidade, cidadania e dignidade humana.

Por uma educação que por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação, que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus de poder de captação do homem brasileiro da mais alta imporda no sentido de sua humanização. (FREIRE, 1967, p. 57).

⁵⁴ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 93 e 94.

⁵⁵ O tema da função educativa dos museus entrou em voga no Brasil, principalmente, após a realização do Seminário Regional Latino Americano da Unesco. O seminário tratava do papel educativo dos museus e foi realizado, em 1958, no Museu de Arte do Rio. O relatório final escrito por Georges-Henri Rivière, então presidente do ICOM, e elucida a importância de ações museais comprometidas com questões educacionais, sociais, políticas e econômicas.

Diálogo. Sabedoria. A construção do patrimonial na educação que é desenvolvida no Museu Vivo do São Bento se faz justamente pelo diálogo e sabedoria, que é marcada principalmente pelo afeto, e se faz presente, especialmente, a partir de sua contribuição em torno da construção do referencial de responsabilidade social que todos os sujeitos deveriam cultivar. “Pela prática do diálogo e não da polêmica. Pela receptividade ao novo e pela não-recusa ao velho, só porque velho, mas pela aceitação de ambos enquanto válidos.” (FREIRE, 1967, p. 60). Assim, se faz a educação no Museu Vivo do São Bento, em constante diálogo com o outro, do novo e do velho. E, dessa interação, sempre se deixa um pouco de si no outro e carrega-se muito do outro em si. Essa relação pôde ser observada no testamento do Boi Gentileza, feito pelos Jovens Agentes do Patrimônio e referenciado no início desse capítulo. Risonete, em sua fala abaixo, também deixa evidente essa perspectiva de interação constante que o Museu promove em suas atividades e ações.

Risonete Nogueira: “Acabei de perguntar para eles como é que a gente podia construir uma síntese do trabalho que a gente realizou nos últimos anos e fomos trazendo as memórias, trazendo, trazendo...e entre tantas coisas que a gente viveu eles elegeram uma que era justamente a construção do boi-gentileza e por que? Porque eles fizeram juntos com as artesãs e tem sabedoria. Então esse encontro de gerações, que a gente fala ‘ai tem uma sociedade que não liga para os velhos’ não é mentira isso, mas assim, qual é o nosso investimento pra transformar isso? Que dentro deles têm possibilidades, eles querem olhar, eles querem reconhecer e quais as oportunidades de convivência que eles têm com os mais velhos, com os saberes e fazeres deles?⁵⁶”

⁵⁶ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 97.



Fotografia 5: Registro feito da Apresentação do Testamento do Boi Gentileza pelos Jovens Agentes do Patrimônio durante a Prestação de Contas do Museu Vivo do São Bento 11/12/2018 (Arquivo Pessoal)

Quem sabe ou saberá dizer a imensidão que um ato, aparentemente simples, pode ter. No Museu Vivo do São Bento suas atividades não só ganham sentido, como também dão sentidos as pessoas, as coisas... Pensa-se maneiras de democratizar a cultura, democratizar o museu, democratizar o patrimônio e democratizar a educação. Sendo o Museu um corpo vivo exerce-se seus sentidos: devora, escuta, fala, enxerga, toca, e, dessa forma, assume o compromisso de integrar relações, gerações, saberes e, assim, trabalha-se o afeto, num exercício de deixar ser afetado por aqueles que têm muito a nos ensinar, os jovens...

Risonete Nogueira: “Então eu acho que olhar para eles, vê esse movimento deles, tão respeitoso em direção ao outro, brincando, dizendo sim para a vida, dizendo sim para coisas ‘inúteis’ e cheias de beleza, então eles me lembram que o mundo pode ser mesmo especial a partir dos jovens, a gente não precisa ficar velho para ter sabedoria, os jovens trazem uma sabedoria enorme dentro deles mas só que precisa tá em movimento, precisa ter oportunidade de exercício: exercício de gentileza, exercício de bem aventurança, exercício de bom dar, eles me lembram

disso e aí eu não posso descansar, porque eu preciso exercitar isso com eles. É principalmente isso que eu aprendo com eles.⁵⁷”

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem.” (FREIRE, 1967, p. 97). Uma educação patrimonial desenvolvida num museu social na Baixada Fluminense é um ato de coragem, de resistência e de amor. Segundo Marlúcia Santos, “eu acho que é maluquice nossa, mas a gente aprendeu que só uma ferramenta de luta não basta na Baixada e mesmo com muitas ferramentas fica difícil⁵⁸”, essa ‘maluquice’ revela a força da sanidade dos professores atuantes no Museu que não se deixam conformar, que lutam, que enfrentam e não desistem, pois são comprometidos com a vida e com a esperança de dias melhores e, assim, inspiram o velho, o novo...

Foi pensando numa educação patrimonial que se comprometesse com a juventude, concebendo-a como estado de travessia, que nasceu o Programa Jovens Agentes do Patrimônio, sendo uma das ações de educação patrimonial do MVSb. (...) Os jovens têm a oportunidade de sair do seu lugar de costume e caminhar por outras possibilidades de enxergamento do que antes era apenas imaginado. Ou nem. O ponto de vista se desloca. O lugar de fala se desloca, a potência reflexiva e dialética se desenvolve. (NOGUEIRA, 2018, p. 43)

Não por acaso, a educação também é um ato de criação, de transformação, de humanização. E, assim, são as ações de educação patrimonial do Museu Vivo do São Bento: uma integração entre cultura, arte e educação. São práticas que possibilitam o olhar do sujeito, a partir do seu próprio lugar, pautadas numa relação entre iguais. É a aposta em relações mais democráticas, inclusivas e afetivas, amplificando a percepção, significação e reconhecimento do patrimônio.

E, portanto, assim o Museu vai reafirmando sua função social, também por meio da educação, com práticas voltadas para o reconhecimento e respeito à diversidade cultural, para a valorização da memória e dos saberes e fazeres populares e para a construção de identidade, cidadania e alteridade.

A construção de sentidos no Museu Vivo do São Bento passa, portanto, pela construção social do patrimônio. O patrimônio que não é uma coisa dada, mas, que, principalmente, se faz e se refaz no cotidiano, nas relações, nos saberes, no afeto, na vida.

⁵⁷ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 97.

⁵⁸ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 110.

Entender que o patrimônio é aquilo que está permeado de significações, sentimentos, subjetividades, que é interpretado por uma coletividade como um bem simbólico, não apenas pela sua materialidade ou imaterialidade, mas também pela sua afetividade: aí está a construção social do patrimônio.

A noção hegemônica de patrimônio traz um vetor patriarcal e patrimonialista incapaz de abarcar os múltiplos sentidos e solidariedades implicados na produção e comunicação das culturas, onde estão presentes as condições para o reconhecimento de uma herança que se constrói e se comparte aqui e agora, e que pode ser denominada como fratrimônio e soromônio, integrando o natural e o cultural, o material e o imaterial. (DECLARAÇÃO DE CÓRDOBA – MINOM; 2017, não paginado).

“O patrimônio antes de mais nada é um fato social” (MENESES, 2009, p. 33). Sabe-se bem que o campo do patrimônio é complexo e marcado por forças, interesses e negociações, portanto, pode-se afirmar que o mesmo é construído socialmente. Durante muito tempo foi negado às comunidades pobres o direito ao patrimônio e, assim, as suas memórias e histórias foram silenciadas. O Museu Vivo do São Bento nasce justamente da necessidade e importância de lutar por esses patrimônios. Memória, história, patrimônio, museu, vida, questões tão caras a Baixada Fluminense, mas que estão no bojo das ações de um museu vivo.

Um museu que carrega em seu nome a palavra VIVO tem todo um significado e importância. Vivo não apenas por causa das pessoas que fazem dele ser o que é, mas também, vivo por compreender que a vida é nosso maior patrimônio, portanto, valorizá-la e preservá-la é sua missão. O Museu Vivo do São Bento compreende que museu e patrimônio devem ser usados a serviço da vida e, são campos que devem ser apropriados em prol da valorização humana, da dignidade social, para o cumprimento da cidadania e de uma efetiva democracia.

Não por acaso, o Museu Vivo do São Bento, reafirma, em suas ações, a importância da defesa da vida. Na região no âmbito qual o Museu se integra a crescente violência torna a vida banalizada. Com base na taxa de letalidade por violência, na taxa de homicídio doloso e na taxa de homicídio decorrente de intervenção policial⁵⁹ os números de mortos na

⁵⁹ Tais taxas foram elaboradas pelo Instituto de Segurança Pública, com base em informações da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Faz-se um levantamento desses dados nos últimos 27 anos, no Estado do Rio de Janeiro, na Capital, na Baixada Fluminense, na Grande Niterói e no Interior. Interessante apontar que os mesmos encontram-se disponíveis

região, no ano de 2017, aumentaram se comparado ao ano anterior. Para se ter uma ideia, a taxa⁶⁰ de homicídio decorrente de intervenção policial cresceu de 5,6, em 2016, para 9,0 em 2017. Esses números mostram o descaso do poder público com a população e a crescente violência demonstra a inversão de valores a partir da qual o bem material (carro, moto, celular...) vale mais que uma vida. Esses tristes números nos revelam, assim como diz a letra da música dos Paralamas do Sucesso (1986), que “a cidade (não apenas a cidade do Rio de Janeiro, mas todo o Estado) que tem braços abertos num cartão-postal, com os punhos fechados da vida real, lhes nega oportunidades, mostra a face dura do mal.”

Marlúcia de Souza nos lembra muito bem do quão necessário é preciso aprender e depreender com essas mortes. Para que possamos nos lembrar diariamente da importância de garantir o direito à vida e de lutar por políticas públicas de segurança, de educação, de inclusão, de oportunidades para tantas outras vidas

Marlúcia de Souza: “Nós vivemos na Baixada Fluminense onde a vida vale muito pouco, estamos acostumados com o extermínio, mas não devíamos, somos acostumados com a impunidade, mas não devíamos, estamos acostumados a perder parentes, amigos e vizinhos, mas não devíamos. Então num território em que a vida humana não vale nada, eu acho que a nossa luta é por esse maior patrimônio, eu tô cansada de ver alunos, amigos e parentes mortos. Na Baixada, além dos outros patrimônios ambientais, arqueológicos, históricos, a vida aqui também é um patrimônio e não é considerada, é muito descartada...então se você tem um museu que defende a vida, você tem que pensar essa vida, ela é o maior patrimônio, não é o edifício, não é nada... é necessário garantir o direito à vida, num território com tantas mortes, ainda querem mais?! Então não estamos aprendendo nada com essas mortes, é papel do museu atuar em defesa da vida.⁶¹”

Quando se tem num museu a palavra VIVO pensa-se em vida, em pessoas, em movimento, em morte. Situado na Baixada Fluminense ele nos remete ainda mais, a necessidade de cuidado, de atenção. Em sua essência, o Museu Vivo do São Bento anuncia a vida como patrimônio e tantos outros patrimônios presentes na região e que carecem de serem preservados, para Risonete Nogueira “a gente tá dizendo isso, a gente sabe da nossa

em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf> (último acesso em 09 de janeiro de 2019).

⁶⁰ Taxa por 100 mil habitantes.

⁶¹ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 112.

precariedade e por isso precisa tanto de atenção aos dias, ao cotidiano.⁶²” Entendendo um museu como um corpo, sabe-se que os corpos anunciam vida e morte, por isso, o movimento vida-morte-vida está sempre presente no Museu Vivo do São Bento.

Embora o Museu Vivo do São Bento esteja situado numa Área de Preservação Ambiental do Grande São Bento (APA-SB), no seu corpo, por todos os cantos, há o prenúncio da morte: da flora, da fauna, das águas, do ar, das edificações históricas tombadas e não-tombadas, das pessoas. Se reconhecer como um corpo vivo talvez seja a forma mais pungente daquilo que é vivo se reconhecer e se anunciar como um corpo sempre prestes a morrer ou sempre, sempre morrendo. Ao se declarar vivo, quem sabe tal reconhecimento poderia lhe conferir certa imunidade para encarar a morte sempre à espreita da vida, e vice-versa? (NOGUEIRA, 2018, p. 36).

Sendo uma instituição pública, engaja-se naquilo que é de interesse público, do coletivo. Sendo assim, o Museu Vivo do São Bento ganha corpo nas representações sociais e no próprio imaginário social. Seu corpo, ao cumprir sua função social, passa a ter muitas mãos, muitos braços, muitas pernas, muitas vozes. Seu corpo tem desejos: desejos de ter direito à memória, à história, ao patrimônio, à vida.

Marlúcia de Souza: “Se a verba é pública nós temos que discutir por que a verba pública financia somente o almoxarifado da burguesia ou da classe dominante e não financia a memória dos pobres, da periferia?! Essa é a questão, nós queremos direito a memória, direito a patrimônio, direito à história, queremos direito a vida, não dá para ficar mais apostando nas exclusões, então essa ideia de vivo era nesse sentido. Cada museu tem que fazer sua escolha se ele vai continuar na morte, estático, ou se ele vai vir para a vida, a serviço da vida.⁶³”

Assumindo e cumprindo sua função social, o Museu Vivo do São Bento, constrói coletivamente, o sentido do patrimônio, que não é algo estático, imutável. Mas, aquilo que está no interior das relações sociais, do mais simples ao exuberante. O Museu compreende que a fruição do patrimônio se dá cotidianamente, no reconhecimento do território, da história, no vínculo com a comunidade, no saber-fazer, na religiosidade. Por isso, os Jovens Agentes do Patrimônio, nos dizem, ao mostrar a sutileza e variadas possibilidades, que patrimônio é o caminho das formigas⁶⁴.

⁶² Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 98.

⁶³ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 112.

⁶⁴ Para lembrar o conceito criado pelos jovens: “Patrimônio é o caminho das formigas... os botões que a Jacqueline achou enterrados, é a tristeza e é a morte, é a comunidade. Todas as coisas ao nosso redor são

Ao criar esse conceito, eles expressaram a maneira como são afetados pelas histórias forjadas a partir de suas relações consigo, com o território e com outros sujeitos e histórias. Eles elegeram e elencaram como patrimônio, de forma espontânea e colaborativa, elementos intangíveis, e mesmo enterrados. Mas, no mesmo instante em que declaram que “todas as coisas são importantes”, parecem ser atravessados pela necessidade de enfatizar que estão cientes de que algumas coisas são negligenciadas, que não são vistas ou consideradas da mesma maneira, ou da maneira como deveriam ser consideradas; e completam: “o que é importante e o que parece não ser importante”. Quando fazem esse adendo, estes jovens parecem dizer – *principalmente aquelas coisas para as quais não damos tanta atenção, elas devem ser consideradas um patrimônio*. E mais, eles podem estar dizendo: *inclusive aquelas coisas das quais ainda não temos consciência, elas são da maior importância*. (NOGUEIRA, 2018, p. 44).

Os jovens também nos lembram que o saber ser uma comunidade é um patrimônio, logo reconhecem a importância do coletivo. A dimensão do afeto está presente e marcada no que os jovens consideram patrimônio. Não apenas nos jovens, mas, a dimensão do afeto tem relação intrínseca com a construção de sentidos no Museu Vivo do São Bento. Educação, patrimônio e afeto, se cruzam, se entrecruzam e se descruzam, nunca por acaso, nunca em vão. Nos marcam e deixam suas marcas, assim como as pegadas de um museu de percurso.

patrimônio: o que é importante e o que parece não ser importante, a conversa com a amiga, o dia-a-dia, as pessoas, a vergonha. É um patrimônio saber que a gente é uma comunidade...”

3.2. Museologia, memória e pertencimento: vida pulsante no Museu Vivo do São Bento

No Museu Vivo do São Bento a vida está sempre em movimento. Há engajamento, solidariedade, construção coletiva e social do patrimônio, resistência. É, portanto, um espaço a ser apropriado como um mecanismo de reconhecimento e valorização social. Com foco na transformação da realidade social, com vista a superar as dificuldades e injustiças tão presentes no território, integra saberes, estimula uma educação autônoma e de conscientização, incentiva o afeto e envolve poesias, contribuindo para reflexões e perspectivas críticas das relações com o mundo, não se conformando mas buscando transformá-lo.

Tendo por princípio básico o compromisso com a vida e ao dialogar com perspectiva da museologia social, tem por base a participação e o envolvimento coletivo. É, portanto, um museu eticamente, politicamente, socialmente, poeticamente, fraternalmente comprometido. Marlúcia de Souza elucida bem o papel que os museus devem assumir e, assim, desvela o quanto o Museu Vivo do São Bento se apropria das diretrizes da museologia social.

Fica evidenciado que o papel dos museus não é o de salvador das sociedades ou da mera reprodução das estruturas existentes. É um papel interveniente na medida em que se coloca a serviço de atuar conjuntamente com as sociedades na construção das transformações necessárias em direção à superação da imensa desigualdade existente no planeta; do enfrentamento dos seus efeitos perversos como a fome, as doenças, a ausência de saneamento, o intenso processo de imigrações forçadas que expõem quantitativos cada vez mais elevados de pessoas a condições desumanizadoras e a morte; do enfrentamento a violência urbana, as guerras, ao racismo, ao machismo, a homofobia e ao racismo religioso. É papel interveniente na construção de práticas e de alternativas de sustentabilidade do planeta, do enfrentamento das injustiças e tragédias ambientais que ameaçam a dignidade humana e o seu patrimônio ambiental. É um papel interveniente educativo de afirmação da vida e de relações sociais mais afetivas entre os homens. (SOUZA, 2018, p. 10-11).

Por essa ótica, os museus descem de suas torres de marfim e se assumem enquanto instituições comprometidas e transformadoras. A museologia social, portanto, surge num contexto histórico de transformação e renovação da própria museologia, de crítica institucional e social. É a museologia que se faz e se refaz no seio das relações

sociais, compreendendo que museus não são mercadorias e sim um direito de todos. Como bem se sabe, é essa museologia que marca o cotidiano do Museu Vivo do São Bento e orienta o conjunto de suas ações e atividades.

É a museologia para a liberdade, com influência no pensamento de Paulo Freire. O Museu Vivo do São Bento inscreve em sua prática diária a museologia para a autonomia, para a conscientização e para a libertação dos sujeitos. Museus sociais não se enquadram em padrões específicos e excludentes e não se preocupam apenas com seu acervo. Preocupam-se, sim, com a construção e difusão de referenciais de direito à memória, à cultura e ao patrimônio e voltam suas ações para a constituição do respeito e do cumprimento dos direitos humanos. Sendo assim,

É estimulante compreender a museologia social como uma ferramenta de trabalho colocada a favor da cidadania, dos direitos humanos, dos direitos dos trabalhadores, dos direitos à terra e à moradia, dos direitos das mulheres, dos direitos dos povos indígenas e negros, dos direitos da comunidade LGBT e outros direitos. (CHAGAS, et al, 2018, p. 96).

Num exercício crítico do direito à vida, os grupos sociais engajados politicamente se organizam em prol de oportunizar a comunidade a ter direito e acesso aos patrimônios de seu território, ao exercício de suas práticas culturais e religiosas, incluindo, oportunizando e dando visibilidade aos sujeitos, respeitando a diversidade e o pluralismo cultural, com força e potência afetiva, transformadora e agregadora. Entendendo que a força vem do afeto e da esperança. De mãos dadas, juntos, constroem coletivamente seus museus. As mãos que criam, que rezam, que inventam, que escrevem; as mãos que lutam, que transformam, que mobilizam. No Museu Vivo do São Bento há mãos e braços e corpos.

Experiências como a do Museu Vivo do São Bento mostram o quanto é rico, hoje, o campo da museologia social. Campo esse que atua em prol da própria construção social do(s) patrimônio(s). Os museus devem ser, portanto, tomados como espaços de construção social do patrimônio e também da memória, pois se constituem como espaços não só do passado, mas também do presente e do futuro. Espaços que não temem mudanças, que encaram os desafios, que se fortalecem no coletivo, que incentivam o direito à pesquisa dos grupos populares, que lutam pela democratização da cultura, que investem na permanência e continuidade de direitos culturais e sociais. Museus que sabem da importância de se reafirmarem enquanto museus, de ocuparem espaços e resistirem, ainda que a conjuntura

política não seja favorável a respeitar e colocar em prática a Constituição Federal. É, por isso, é necessário que

As noções de cultura, patrimônio, memória, comunidade, educação, participação, diferença, processos museal, diversidade e territorialidade, tão caras à sociomuseologia, precisam ser (re)desenhadas e (re)contextualizadas à luz de uma perspectiva crítica para que se possa enfrentar problemas contemporâneos que passam pelos processos de urbanização e gentrificação, de mercantilização cultural e de transnacionalização de bens culturais; pelas questões produzidas pelos movimentos emigratórios, pelos refugiados e suas memórias e patrimônios; pelos problemas gerados pelos megaeventos e também com grandes investimentos em megamuseus, frente ao desprezo e ao desrespeito em relação à manutenção da dignidade da vida humana e pelos enfrentamentos cada vez mais recorrentes entre os defensores de um paradigma político laico-humanista e os defensores de um paradigma político religioso, teocrático e monoteísta. (CHAGAS, et al, 2018, p. 99-100).

Cada museu é um corpo e os museus são sociais são organismos vivos. Em seu meio, como nos mostra a experiência do Museu Vivo do São Bento descrita acima, há vários atores sociais estão envolvidos, articulados e mobilizados. Museus são espaços de construção de conhecimento, no âmbito dos quais se ensina e se aprende cotidianamente. Museu é o lugar do encontro, da alteridade, do reconhecimento. É interessante observar, a partir da experiência do Museu Vivo do São Bento, que a museologia social não está no campo das idéias. Ela (re)existe, pois, além de ser imaginação museal, são sonhos que se realizam no coletivo. Por isso, é indispensável,

(...) olhar, conhecer e acompanhar esses museus é ver a museologia no seu cotidiano. Eles não pediram licença para nascer, resistir, sobreviver. É pura imaginação museal: museus relâmpagos andando nas ruas, nos varais; museus como sistema vivo, como chá de museu, casa flor, como microcosmos sociais. (SOUZA, 2018, p. 33).

E, é no coletivo que o Museu Vivo do São Bento se reinventa, que se (re)existe porque não é e não está sozinho. Rosenilda pôde vivenciar a potência transformadora do Museu Vivo do São Bento, quando o mesmo ampliou sua visão de mundo, a fez questionar relações que antes não a incomodavam, dado o grau de naturalização com que certos padrões nos são impostos.

Rosenilda Santos: “Museu é um lugar de construção, de transformação. O meu olhar antes era para o museu clássico, né, para mim, hoje, todo museu é lugar de transformação. Hoje quando eu vou ao Museu Imperial eu já tenho um outro olhar, eu falei: ‘cadê a participação dos meus aqui?’

Não tem.’ E, antes eu nem tinha reparado nisso, que coisa estranha, né. A leitura que a gente faz... hoje eu olho e penso: ‘cadê as memórias dos meus?’ Só tem as memórias deles. Então hoje museu é lugar de transformar, de construção de reflexão, o que que eles estão querendo contar para gente? E aí, o Museu Vivo, a nova museologia social... eu tô falando do Museu Vivo porque é a minha realidade, mas a nova museologia ela quer contar isso para gente e que antes a museologia era uma clássica que guardava a lembrança de quem sempre esteve no poder, de quem sempre esteve no domínio, hoje a nova museologia quer contar quem constrói, quem é que faz, não é só um grupo. A nova museologia veio oportunizar que se conte a história dos dois lados, de quem dominou e do dominado.⁶⁵”

Por esse viés o Museu Vivo do São Bento assume o lugar de transformação, conscientização, enunciação, socialização e reivindicação das demandas da comunidade e também da sua própria visibilidade e manutenção ao potencializar a fruição das práticas culturais. Ele é (re)interpretado e apropriado de diversas maneiras, sendo expressão da vida social a partir de seu trabalho com a educação, com os patrimônios, com as referências culturais e com a memória.

A memória assume, portanto, expressiva relevância no trabalho desenvolvido pelos museus sociais e no Museu Vivo do São Bento não seria diferente. Trabalha-se a importância e a valorização do direito à memória, sendo essa um processo permanente de construção e reconstrução. Na experiência do Museu Vivo do São Bento a memória é compreendida e tomada como uma ferramenta de luta, resistência, empoderamento e transformação social.

A memória, para todos nós, constitui uma forma deliberada de resistência, de luta contra a destruição dos modos de vida que não se enquadram em nenhuma forma de colonialismo, entre as quais se encontram o sistema capitalista, o patriarcado e outras. A memória, é ao mesmo tempo, a afirmação dos valores humanos, da dignidade e da coesão social, colocando-se como ação propositiva de ocupação do presente e invenção de futuros. (DECLARAÇÃO DE CÓRDOBA – MINOM; 2017, não paginado).

De modo consciente ou inconsciente, a memória é seletiva, sabendo disso, a memória, no Museu Vivo do São Bento, é utilizada de modo a possibilitar a constituição de narrativas outras que produzam o conhecimento acerca da história e do território no âmbito do qual o Museu se insere. O reconhecimento da história, estimulado também no percurso

⁶⁵ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 104.

do Museu, pode ser potencializado pelo patrimônio, que atua também como meio de estruturar a memória, “discursiva e afetiva, a memória é uma conversa que se dá em dimensões plurais de cada ser, na administração do que atravessa, do que espera, do que lateja.” (NOGUEIRA, 2018, p. 30).

Aí está mais uma vez a dimensão do afeto e do patrimônio. Educação, patrimônio, afeto, museologia, memória e pertencimento redimensionam a construção de sentidos no Museu Vivo do São Bento. Portanto, a construção social do patrimônio, no Museu, fomenta o reconhecimento da diversidade cultural presente no território, incentiva o exercício da cidadania e, ainda, estimula relações mais afetivas dos sujeitos com o seu território. Dessa forma, desenvolve-se também a construção de afetividade em relação às memórias. Risonete Nogueira nos mostra, em sua fala abaixo referenciada, da importância de se trabalhar nessa perspectiva.

Risonete Nogueira: “Porque a memória se for seca, sem um sentido, que é um sentido compartilhado, que seja um sentido compartilhado, eu acho que não se faz memória. Então a importância da memória vem relacionado com a importância do afeto que a gente tá disposto a imprimir em cada relação, em cada gesto nosso. Então um trabalho da memória para mim é um trabalho com o afeto.”⁶⁶”

Ao estimular o afeto, estimula-se também o sentimento de pertencimento. Pertencimento que se vincula às relações mais sensíveis e as histórias de vidas, as histórias do território que integram a própria história do Museu. É na pluralidade do lugar – e das pessoas que compõem o lugar - que o museu é construído socialmente, se nutre e se mantém vivo. (CASTELLO, 2005).

Sendo um lugar com dimensões vivas, o incentivo às práticas culturais favorece a comunidade a criar laços de coletividade e pertencimento. A comunidade não apenas participa, mas é quem faz ter sentido as ações do museu. Jacqueline, com uma doce sutileza, em seu depoimento, sabe que ela é construtora do seu museu e que sua história o fortifica, “sinto, porque a gente faz parte. É como se fosse uma das construtoras do nosso museu, porque a nossa história fortifica mais ainda”⁶⁷.

A dimensão social da perspectiva de pertencimento vivenciada no âmbito do Museu

⁶⁶ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 94.

⁶⁷ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 100.

Vivo do São Bento se dá a partir da construção de redes de solidariedades e fraternidade. Assim, é interessante, salientar que para além de um mero lugar de acesso à cultura, um museu é lugar que nos toca, nos sensibiliza, nos move, nos afeta e nos une. O autor Ulpiano Bezerra de Meneses ressalta a importância do afetivo nos museus,

O museu (sempre se soube) tem entre suas principais aptidões a de articular o cognitivo e o afetivo, o que aumenta exponencialmente a eficácia de sua atuação. Afeto e emoção são palavras que participam do mesmo campo semântico, associado a movimento. *Ad-factum*, vem de *ad-facere*, girar, tocar; *emotio* se conecta a *emotus* do verbo *movere*, mover. Portanto, o museu tem o condão não apenas de dar a conhecer, informar, educar, etc., mas de mover os indivíduos, de tocá-los, empurrá-los. (MENESES, 2018, p. 6-7).

A vida pulsante do Museu Vivo do São Bento presente desde a museologia da qual tem por práxis, se faz também nas memórias e na construção do sentimento de pertencimento impulsionados a partir do incentivo aos sujeitos de ocuparem seus espaços: o museu, a cidade... O Museu Vivo do São Bento é uma instituição que se fortifica cotidianamente e que cotidianamente procurar incentivar na comunidade seu maior potencial, com seus saberes e fazeres, suas memórias, suas histórias. Ao se sentirem pertencentes ao Museu, cria-se o desejo de estar juntos e no coletivo redescobrem sua força e grandiosidade, como nos mostra Maria do Socorro.

Maria do Socorro: “Sim, tudo que tem a gente tá incluída. Vai ter uma festa, chama as artesãs, vai ter uma apresentação fora, a gente vai. O bom é que a gente vai conhecer coisas novas, faculdades, na UFF, no Fundão. A gente já foi em Tiradentes, Paraty, Vassouras. Quer dizer, eu digo ‘conheci tanta coisa e se fosse sozinha não ia’.”⁶⁸

Ao assumir e cumprir seu papel social, o Museu Vivo do São Bento sensibiliza para a importância da museologia assumir compromissos de valorização da vida, que incentivem e estimulem grupos a terem acesso e direito à museus, nos quais suas memórias possam ser lembradas, a partir da dimensão do afeto. Museus nos quais suas histórias possam ser conhecidas e seus patrimônios e suas referências culturais possam ser valorizados e reconhecidos. Assim, o museu deixa a sua marca, pois seu maior valor, significado e representação se encontra no sentimento que transmite para a comunidade.

“O museu significa muita coisa, local de história, local de permanência, de luta,

⁶⁸ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 102.

luta pela educação da gente. Muita coisa. E também de nunca desistir dos nossos sonhos e querer cuidar das nossas coisas.⁶⁹” Quando Jacqueline nos diz que para ela o Museu significa nunca desistir dos seus sonhos e querer cuidar das coisas, ela nos diz também que o Museu Vivo do São Bento está cumprindo sua função social, pois desperta a vontade de sonhar e a vontade de cuidar. “Muita coisa”, demonstra variadas possibilidades de redimensionamento dos sentidos que o Museu pode ter, ao sonhar, ao cuidar, ao tocar e ao transformar cada um que o conhece.

⁶⁹ Conferir entrevista na íntegra no Anexo da dissertação. Página 100.

CONCLUSÃO

Patrimônio, memória, museu e educação são construções sociais e, portanto, campos de disputas. Constrói-se e se disputa o que é considerado patrimônio, quais memórias devem ser lembradas, o que é museu e quem tem direito a museu e que tipo de educação deve ser difundida. Dessa forma, tenta-se defini-los e enquadrá-los num só padrão, mas, se esquece, muitas vezes, que esses campos são permeados de singularidades e afetividades, características que os fazem ser portadores de sonhos, de esperanças e, por isso, vez ou outra, insistem em fugir aos padrões e definições. Daí advém a importância desses campos e a construção, no coletivo, de sentidos, capazes de transformar a própria vida.

A pluralidade adjacente a esses campos garante suas dimensões e cunhos sociais. É a conexão entre pessoas, lugares, histórias, memórias e práticas que os ligam e possibilitam a construção de rico diálogo. E, assim, essa pesquisa pôde, através do estudo do Museu Vivo do São Bento, ligar e dialogar com tais campos. Essa interação, observada, sobretudo, a partir do convívio e contato com o Museu possibilitou apreender a necessidade da ampliação e da construção social de patrimônios e museus.

Cabe destacar que se buscou, na construção dessa dissertação, mostrar a importância e o alcance de uma perspectiva mais integrada e integradora de patrimônio e museu. Pensá-los de modo a cumprir sua função social, ao servirem, quando apropriadas pela comunidade, como ferramentas de dignidade social. São, por isso, ampliados e construídos coletivamente a partir das mais variadas formas de apropriações, fruição e de suas práticas. Práticas essas que não segue necessariamente uma teoria, mas que se fazem e se refazem no cotidiano ao integrar e respeitar a diversidade.

Tendo em vista a concepção de que patrimônio é algo dinâmico, integrar as perspectivas de museu, educação, sociedade e território é fazer viver o patrimônio. Nessa percepção, compreende-se que o Museu Vivo do São Bento ao desenvolver tais interações, torna-se um espaço de múltiplas possibilidades. Possibilidades que são apreendidas pela comunidade a partir das vivências, experiências e sentidos das ações do museu.

E, dessa forma, o Museu Vivo do São Bento é construído por todos e para todos. Ao ser apropriado pela comunidade também como uma ferramenta de luta, constroem-se laços de solidariedade e fraternidade e se incentiva que o museu ocupe lugar social e político para aqueles que o vivenciam. Os conflitos sociais tão presentes no território, a luta por direitos básicos como educação, saúde e saneamento, a luta em defesa da valorização da vida, ecoam no museu e faz dele ser um espaço de reivindicação em prol da garantia do cumprimento dos direitos da comunidade e do território. Essa mobilização social faz o Museu Vivo do São Bento ter vida e sentido.

Para além disso, no Museu também se trabalha com a ideia de que o lugar de todos é também no museu e, por isso, museu é um direito de todos. Sendo assim, no viés da museologia social, museu, patrimônio, memória e história constituem-se como importantes mecanismos de construção de justiça social.

O sentido, o papel e a importância do patrimônio cultural e seus desdobramentos no jogo das relações sociais possibilita compreender o valor simbólico de um bem ou uma prática cultural e, ainda, nos ajuda a perceber como o mesmo pode vir a ser apropriado pelos grupos de diferentes formas. Essa perspectiva patrimonial mais abrangente fomenta a construção de lugares de sentidos e, ao mesmo tempo, estimula o fortalecimento da construção identitária, de valorização do lugar e do exercício da cidadania.

Tendo em vista que o cumprimento do papel social do museu se dá cotidianamente e nas relações e diálogos que estabelece, suas ações devem visar o cumprimento e o respeito aos direitos humanos, fomentar a liberdade de expressão e incentivar práticas de uma educação crítica e conscientizadora. Além disso, deve integrar as expressões culturais, os saberes e fazeres da comunidade, valorizar os patrimônios e promover e incentivar o desenvolvimento do território do qual está inserido. E, o Museu Vivo do São Bento nos dá mostras bem interessantes dessa construção social em torno de referenciais mais igualitários feitas a partir do diálogo com o patrimônio.

Integrar a comunidade como o corpo que faz o museu ganhar vida, é fundamental para o cumprimento da sua função social. Ao longo dos dez anos, desde a oficialização da criação do Museu Vivo do São Bento, o Museu percorre longos e tortuosos caminhos. Estando sempre em movimento esses caminhos não são percorridos sozinhos. No coletivo,

ocupam espaços que deixam suas marcas pelo percurso. Espaços, por vezes, mais simbólicos do que concretos.

O Museu Vivo do São Bento, um museu social na Baixada Fluminense que resiste para poder continuar existindo, assim como todo e qualquer outro museu, principalmente os “museus de pobres”. Trata-se de um museu que resiste, pois, pela perspectiva educacional que inscreve em diálogo com o patrimônio, se eterniza. É importante lembrar que na memória daqueles que o vivenciam, o Museu Vivo do São Bento estará imortalizado, pois cumpre sua função social. A semente foi plantada, seus frutos são colhidos todos os dias quando, em rede, os museus se fortalecem e lutam em defesa do direito à memória, ao patrimônio e à vida em sociedade.

Por fim, é interessante destacar que se impõem a toda a pesquisa um limite. Limites da própria maturidade acadêmica e da relação com o objeto de pesquisa. Há muito a se apreender ainda do trabalho realizado pelo Museu Vivo do São Bento. Cada ação, cada atividade do Museu inscreve-se em um campo amplo que dialoga com a pluralidade da própria referência de patrimônio. Esse trabalho buscou, sobretudo, mostrar a dimensão mais ampla do Museu Vivo do São Bento como um Museu vinculado e em permanente e instigante diálogo com a museologia social. Há, portanto, muitos horizontes que se abriram e muitos caminhos para serem percorridos, na medida em que se reafirma a vontade de fazer esse Museu continuar sendo vivo.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. **A emergência do patrimônio genético**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2a ed. Rio de Janeiro: Lamparina: 2009, p. 34-48.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. **Os caminhos do processo de formação do patrimônio cultural: Ideais e perspectivas contemporâneas sobre a educação para a memória e o pertencimento**. In: ANGELO, Elis Regina Barbosa; SIQUEIRA, Euler David (Org.). *Concepções, Memória e Patrimônio Cultural. História, Sociedade e Educação em foco*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

BARRETO, Alessandra Siqueira. **Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores**. Campos (UFPR), Curitiba, Paraná, v. 5, n.2, p. 45-64, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História – Especialidades e Abordagens**. 9ª Ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

BARROS, Manoel de. **Meu quintal é maior do que o mundo – antologia**. Rio de Janeiro: Objetiva – 1ª ed., 168 p., 2015.

BRASIL. Lei nº11.904 de 14 de janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Brasília, DF, 14 de jan. 2009.

_____. Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009. **Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM**. Brasília, DF, 20 de jan. 2009

CASTELLO, Lineu. **Repensando o lugar no projeto urbano. Variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004)**. Tese. (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2005.

CASTRO, Fernanda Santana Rabello; SOARES, Ozias de Jesus. **Políticas públicas: garantia do direito à cultura e à memória**. *Mouseion*, Canoas, ISSN: 1981-7207, n. 30, ago.2018, p. 29-42

CHAGAS, Mario de Souza. **Patrimônio é o caminho das formigas....** In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, 2016.

_____. **A imaginação museal. Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Museu, literatura e a emoção de lidar**. In: *Cadernos de*

Sociomuseologia, 2002, nº 19, p. 5-41.

_____. **Diabruras do Saci: museu, memória, educação e patrimônio.** MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Vol. 1, nº1, p.135- 146 – Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

_____. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação.** In: Átila Bezerra Tolentino. (Org.). Educação Patrimonial - educação, memórias e identidades. Caderno Temático 3.. 1a.ed.João Pessoa: Iphan, 2013, v. 3, p. 27-31.

CHAGAS, Mario de Souza; VLADIMIR SIBYLLA PIRES (ORGS.). **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade.** Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

CHAGAS, Mario de Souza; JUNIOR, José do Nascimento. **Musas, museus e ritmos.** In: Revista MUSAS, 2009, nº 4, p. 4-5.

CHAGAS, Mario de Souza; GOUVEIA, Inês. **Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação).** Cadernos do CEOM - Ano 27, n 41 - Museologia Social. Dez. de 2014, p. 9-22.

CHAGAS, Mario de Souza; ASSUNÇÃO, Paula; GLAS, Tamara. **Museologia social em movimento.** Cadernos do CEOM - Ano 27, n 41 - Museologia Social. Dez. de 2014, p.429-436.

CHAGAS, Mario de Souza; STORINO, CLAUDIA. **Museu, Patrimônio e Cidade: camadas de sentido em Paraty.** Cadernos de Sociomuseologia 3-2014, vol. 47, p. 71-90.

CHAGAS, Mario de Souza; et al. **A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos.** Cadernos de Sociomuseologia, vol. 55, nº 11, 2018.

CHAGAS, Mario de Souza; LARDOSA, Nathália; CALIXTO, Luísa. **Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro: uma experiência de diagnóstico e cartografia.** [2015?]. Disponível em: <<http://rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com.br/p/rede-de-museologia-social-do-rio-de.html>> Último acesso em 11 de abril de 2018.

CHUVA, Márcia. **Por uma História da noção de patrimônio cultural no Brasil.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, nº 33, p. 147-165, 2012.

_____. **Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Perspectiva Histórica, Ética e Política.** In: Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil. Organizadores: Márcia Chuva e Antonio Gilberto Ramos Nogueira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CURY, Marília Xavier. **Museologia – marcos referenciais.** In: Cadernos do CEOM – Ano 18, nº 21 – Museus: pesquisa, acervo, comunicação. 2005, p. 45-74.

DECLARAÇÃO DE CÓRBODA/MINOM-ICOM. **XVII Conferência Internacional do MINOM – A museologia que não serve para a vida, não serve para nada.** Córdoba, Argentina – 12, 13 e 14 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.minom-icom.net/files/minom_2017_-_declaracion_de_cordoba_-_esp-port-fr-ing_1.pdf> Último acesso: 14 de jan de 2019.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1984. **Declaração de Quebec, princípios de base de uma nova museologia** - 1984. Cadernos de Sociomuseologia, América do Norte, v.15, n. 15, p.223-225, 15 jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342/251>>. Último acesso em março de 2018.

DECLARAÇÃO DE MOURA. MINOM-ICOM, **Movimento Internacional para uma nova museologia, Jornadas sobre a função social do Museu**, Moura, 7 e 8 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.minom-icom.net/files/declaracao_de_moura_2014_minom.pdf>. Último acesso em março de 2018.

ENNE, Ana Lúcia Silva. **Memória e Identidade Social.** Revista Contracampo, Niterói, v. 6, 2002.

_____. **Fluxos e interações da rede de memória e história na Baixada Fluminense.** Revista Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense, ano II, nº 02, p. 37-52, 2003.

_____. **Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações.** Ciberlegenda (UFF), n.n.14, 2004.

FEIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Editora: Paz e Terra, Rio de Janeiro, exemplar nº 1405^a, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Editora Paz e Terra, 64^o ed. Rio de Janeiro/São Paulo, 2017.

FONSECA, Maria Cecilia Londres da. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural.** In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.* 2a ed. Rio de Janeiro: Lamparina: 2009, p. 59-79.

GOMES, Marta Taets. **Patrimônios de Duque de Caxias: história e memória no Museu Vivo do São Bento.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional – PROFHISTORIA), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o Tempo Presente: entre a memória e o patrimônio cultural.** *Historiae*, Rio Grande, 3 (3): p. 27-46, 2012.

GOUVEIA, Inês; PEREIRA, Marcelle. **A emergência da museologia social.** *Pol. Cult. Rev.*, Salvador, v.9, n.2, p.726-745, jun./dez. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais LTDA. 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9a Ed. Rio de Janeiro: DP&A, P. 07- 97, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO - IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Texto de Sônia Rampim Florêncio (et al.) Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

_____. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Texto, Sônia Regina Rampim Florêncio (et al.) – Brasília-DF, 2016.

MAGALHÃES, Alex Lamonica (et al.). **Alma(naque)... da Baixada!** Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2013

MEDEIROS, Mércia Carréra; SURYA, Leandro. **A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio**. In: Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil. Organizadores: Márcia Chuva e Antonio Gilberto Ramos Nogueira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

MESA REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE – ICOM, 1972. **Princípios de base do museu integral**. ICOM, 1972.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (RIEB) nº 34– Universidade de São Paulo, p. 9-24, 1992.

_____. **Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática**. Conferência 10º Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina, 18.07.2018

_____. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão – Ouro Preto/MG. P.25-39. 2009

MINISTÉRIO DA CULTURA; INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – MinC/Ibram. **Plano Nacional Setorial de Museus – 2010/2020**. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA – BRASIL. **Política Nacional de Museus**. MinC, IPHAN, DMCC. Organização e Textos: José do Nascimento Junior, Mario de Souza Chagas. – Brasília: MinC, 2007.

_____. **Política Nacional de Museus: memória e cidadania.** Brasília: MinC, 2003.

MOUTINHO, Mário. **Sobre o conceito de museologia social.** In: Cadernos de Museologia, 1993, nº 1, p. 7-9.

_____. **Definição evolutiva de sociomuseologia: proposta de reflexão.** Cadernos do CEOM - Ano 27, n 41 - Museologia Social. Dez. de 2014, p.423-427.

MUSEU VIVO DO SÃO BENTO (MVSb). **Um OLHAR para o Museu VIVO do São Bento: Novos Caminhos para a Cidade de Duque de Caxias.** Duque de Caxias. [entre 2008 e 2016].

_____. **Dossiê: Campanha cidadã pelo direito a memória, a história e preservação patrimonial: do SOS Sambaqui do São Bento à construção do eco-museu no município de Duque de Caxias.** Escrito por: Marisa Gonzaga da Sliva e Marluvia Santos de Souza. Duque de Caxias. [entre 2008 e 2016].

_____. **Museu Vivo do São Bento – Introdução.** Instituto Rio Carioca - Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias. [entre 2008 e 2016].

_____. **Museu Vivo do São Bento – Histórico do Projeto.** Instituto Rio Carioca - Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias. [entre 2008 e 2016].

NAJJAR, Jorge. **Educação Patrimonial e Identidade: Algumas questões em debate.** In: CARNEIRO, Waldeck (et al) (org). Movimentos Instituintes em Educação: políticas e práticas. Niterói, Intertexto, p. 141-153, 2010.

NOGUEIRA, Risonete Martiniano de. **Desamparo... Patrimônio: Eco e Oco no corpo do Museu Vivo do São Bento.** Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj, Duque de Caxias, 2018.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** In: Projeto História, São Paulo, nº.10, dez, 1993.

_____. **Memória: da liberdade à tirania.** IN: Revista MUSAS, 2009, nº 4, p. 6-10.

PINTO, Suely Lima de Assis. **Museu e Arquivo como lugares de memória.** In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Museologia & Interdisciplinaridade Vol. 11, nº3, maio/junho de 2013.

PIRES, Vladimir Sibylla. **Metrópole, cultura e breve reflexões sobre os novos museus cariocas.** In: Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia, UFRJ, nº 35-36,

SET. de 2011-ABR. de 2012, p. 191-199.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 5, n. 10, 1992, p. 200- 215.

PRIMO, Judite. **Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação**. Cadernos de Sociomuseologia/ Declaração de Quebec – princípios de base de uma nova museologia, 1984. nº 15, Págs.223-225; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal.

RIVIÈRE, Georges Henri. **Seminário Regional de la Unesco sobre la función educativa de los museos**. Unesco. 7-30 de septiembre de 1958.

SCHWARTZ, Suzana; FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. **O óbvio na relação pedagógica**. In: Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 339-345, set./dez. 2009

SILVA, R. M.; JANUÁRIO, R. **Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro**. In: Cadernos do CEOM - Ano 27, n 41 - Museologia Social. Dez. de 2014, p.415-420.

SIQUEIRA, Euler David. **Vale Tudo? Identidade, Cultura e Patrimônio na Pós-Modernidade**. In: ANGELO, Elis Regina Barbosa; SIQUEIRA, Euler David (Org.). Concepções, Memória e Patrimônio Cultural. História, Sociedade e Educação em foco. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SOUZA, Marlucia Santos de. **IV Curso de Estudos Avançados em Museologia – Relatório Final**. (IV Curso de Estudos Avançados em Museologia) - Museu da República e Museu da Maré – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. 2018.

TRAMPE, Alan. Recuperando um tempo perdido. In: **Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972** / José do Nascimento Junior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos (organización). – Brasília: Ibram/MinC; Programa IberoMuseos, 2012.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade**. Aprovada em 17 de novembro de 2015 pela conferência geral da UNESCO em sua 38ª sessão. UNESCO, Paris, 2015. Tradução: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

VARINE, Hugues. **O museu comunitário como processo continuado**. Cadernos do CEOM - Ano 27, n 41 - Museologia Social. Dez. de 2014, p. 25-35.

_____. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução: Maria de Lourdes Parreiras Horta. 1ª Reimpressão – Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VEIGA, Juliana Leite Tavares. **A experiência da rede de museologia social do RJ no fortalecimento de políticas de direito à memória das comunidades**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal

Fluminense – UFF, Niterói, 2017.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Fundação Getúlio Vargas: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 1987.

VIANA, Uhelinton Fonseca. **Patrimônio e Educação: Desafios para o processo de ensino-aprendizagem**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. **A educação com o patrimônio e a educação como patrimônio: uma política na formação de professores**. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 2016.

ANEXOS

Com as entrevistas a seguir pretende-se apreender mais sobre o Museu Vivo do São Bento e suas ações, a partir da perspectiva de dentro, sob a ótica das pessoas que articulam, participam e vivenciam o Museu, cotidianamente. Dessa forma, visando conhecer melhor algumas das diversas narrativas do museu, foram entrevistadas: A articuladora do programa Jovens Agentes do Patrimônio, Risonete Nogueira. Jacqueline de Oliveira, participante do programa Jovens Agentes do Patrimônio. Maria do Socorro, participante do programa Mulheres Artesãs. Rosenilda Santos, integrante do núcleo de acervo e arquivo do museu. E a articuladora e diretora do Museu Vivo do São Bento, Marlúcia de Souza.

Essas entrevistas foram fundamentais para a consolidação da pesquisa, pois foi possível observar que no Museu Vivo do São Bento a construção de redes e laços de solidariedade e afetividade se dá de forma a consolidar o sentimento de pertencimento e da importância do museu para o reconhecimento do coletivo enquanto força motriz de transformação e mobilização.

Risonete Nogueira – Coordenadora do programa Jovens Agentes do Patrimônio**Fale um pouco sobre você, sua relação com a educação, com o patrimônio, com a museologia e com a cidade e/ou a região da Baixada Fluminense:**

“Com a educação a minha relação é mais antiga, porque a educação para mim ela não está restrita a escola, isso é uma coisa que eu aprendi desde pequenininha. Eu sou da Paraíba, não sou do Rio de Janeiro, eu morava no meio da floresta, com uma família grande e a minha mãe era uma pessoa muito coletiva. Dos irmãos todos ela foi a única a estudar e lá na Paraíba os homens todos vinham para o sudeste e não tinha ainda telefone, correspondência era por cartas e a minha mãe era uma escrevedora de cartas e eu lembro que ela era costureira e bordadeira autodidata e quando era finzinho do dia, eu lembro dela limpando o chão daqueles restinho de tecido e eu ajudava, mas aquilo tudo era muito rápido porque sempre vinha alguém bater palma, chamando ou para ela lê uma carta ou para ela escrever uma carta, eram as mulheres. E quando era no final do dia ainda, não tinha luz elétrica nem nada, era lampião, lamparina de querosene, ela reunia a garotada da rua toda, na sala da nossa casa e ensinava a cartilha do ABC para gente. Ela dizia assim para gente: “aquilo que a gente aprende e a gente não compartilha não serve para nada”. Então, a educação para mim ela vem desse lugar, de que a gente aprende e compartilha, e até então eu nunca tinha ido à escola, então a gente compartilhava e via sempre a minha mãe sempre muito generosa, uma figura muito importante para mim e tá muito ligada a educação. Agora desde que eu fui para a escola eu nunca mais sai, porque eu entrei como aluna e antes de virar professora, de me formar, eu já comecei a dar aula na própria escola e depois que virei mãe eu agreguei ao olhar e ao sentimento da aluna e da professora, a mãe do aluno que é um outro lugar muito diferente. Então eu fui agregando olhares e possibilidades de enxergar esse lugar e de estar nesse lugar que é a escola, não é a educação, mas a escola, porque a educação para mim é uma coisa muito mais ampla que a escola deveria agregar. E que eu acho que tem tudo a ver com o patrimônio, patrimônio, para mim, está relacionado ao afeto, educação sem afeto para mim não existe, os afetos eles redimensionam sempre e continuam redimensionando o que eu aprendo, o que eu desaprendo, é o que vai determinar. E o que a gente aprende e tem a possibilidade de desaprender para mim se constitui o maior patrimônio, porque não é fixado, é nessa abertura que eu entendo o conceito de patrimônio.”

- Sobre o processo de criação do Museu Vivo do São Bento, qual seu envolvimento/participação?**O que te motivou a participar do Museu Vivo do São Bento?**

“Então, eu fui convidada pela Leu para vir para o museu, para o programa dos jovens, estava começando, bem no comecinho. E muito por conta dos trabalhos que eu já fazia nas escolas, eu já

conhecia a Leu de trabalhar na rede pública de Duque de Caxias, sala de leitura. Eu tenho um estudo muito voltado para a construção do leitor e da leitura, na compreensão de que todos nós somos leitores, de que existe um projeto para gente desacreditar que é capaz de lê. Então, toda vez que eu entro numa sala eu saúdo todos os leitores que estão na minha frente, com muita reverência e no entendimento de construção de educação, de plano e de currículo, como aquilo que chega e que pode ser construído. Então, por conta disso foi que Leu me chamou para fazer esse trabalho com os jovens, olhar para o patrimônio, que eram jovens agentes do patrimônio, como é que a gente ia agenciar esse patrimônio, que é o patrimônio que tá aqui nesse local que o Museu se constitui, mas, que é principalmente esse patrimônio que os meninos trazem com eles. E isso me interessava muito, é um projeto lindo, o projeto do Museu. Mas, eu confesso que antes de vir para o Museu eu nunca tinha ouvido falar de museologia social, nunca tinha ouvido falar de museu de percurso, eu cheguei e fiquei perguntando: “o que é museu de percurso?” eu não sabia. O trabalho que eu fazia com os meninos, realmente é o trabalho que eu já realizava há muito tempo, que sempre foi um trabalho de muito diálogo, muito voltado para a memória, para a construção disso. E, recentemente conforme eu fui estudando a museologia social uma das coisas inquietantes e curiosas foi a descoberta de que um dos pensamentos que fundam a museologia social é o pensamento de Paulo Freire que o Varine foi pesquisar. E, na verdade, foi o educador que também foi fundante daquela pedagogia que eu praticava a vida inteira, então em cenários diferentes, com outros pares a gente estava compartilhando daquilo que eu acho que sintetizava o começo desse caminho que é a pesquisa, pesquisa íntima de quem somos e de quem chega para gente. Então esse respeito pela pesquisa de quem chega, com quem chega e junto, caminhando junto que tá lá no Freire eu descobri que estava também na museologia. Então, eu chego no Museu desse jeito. ”

- Qual a importância da memória para o trabalho que você faz com os jovens?

“É principalmente o afeto. Porque a memória se for seca, sem um sentido, que é um sentido compartilhado, que seja um sentido compartilhado, eu acho que não se faz memória. Então a importância da memória vem relacionado com a importância do afeto que a gente tá disposto a imprimir em cada relação, em cada gesto nosso. Então, um trabalho da memória para mim é um trabalho com o afeto. ”

- Como incentivar a participação dos jovens na relação museu-sociedade?

“Eu acho que a pesquisa é uma coisa muito importante, a curiosidade. Porque o jovem já vem com essa curiosidade, a criança é muito curiosa, o jovem é muito curioso e, infelizmente, a gente tem um sistema educacional que não incentiva, que não erija isso que já vem no corpo deles, quer o contrário, quer adormecer isso que é tão visceral do ser humano de modo geral. Então, eu acho que quanto mais a gente acorda isso que é deles já, que é querer saber quem é aquele, o que é aquilo, por que e para que, para que tem museu, para quem é esse museu, essa comunidade se faz de que?! Então, esse gosto pela pesquisa, que é de procurar o sentido das coisas ou de impetrar sentido no que não se vê, um sentido amoroso, sempre amoroso e crítico porque ele precisa ser imbuído de criticidade, a amorosidade ela não está nunca alienada do crítico. Então, eu acho que o jovem se relaciona tanto com o seu território, tanto com o mundo a partir desse lugar que é confirmado nele de que ele é um pesquisador nato e cada vez mais. ”

- Você acredita que o Museu Vivo do São Bento desempenha uma função educacional?

“Sim, sem dúvida. De muitas maneiras, sendo um Museu aqui no segundo distrito de Duque de Caxias, de um lugar onde muitas pessoas nunca tinham ouvido falar de um museu, do que era um museu. Mas principalmente na sua transfiguração do que seja museu, numa mentalidade que a gente já carrega há muitos anos, que a transfiguração de um lugar que era reservado para alguns para um lugar que deve ser construído por todos, por muitos e por todos. Então, essa função educativa ela é muito grande, só na sua existência ela já se afirma e depois em tantos movimentos que se faz, na receptividade, nas trocas, nas experiências, na colhida de todo mundo, na nossa predisposição de estar em movimento por aí, por onde faz sentido estar. Então tudo isso é função de educar. ”

- Qual é a perspectiva de educação que o Museu Vivo do São Bento trabalha? É educação patrimonial?

“Olha, eu acho que especialmente num museu de percurso como o nosso, que ele foi construído de cacos, de fragmentos, de memória e de patrimônio que estão espalhados por aqui, considerando o que tá vivo e o que tá morto, da mesma maneira e com a mesma importância... um museu assim ele tá considerando, ele tá fazendo um caminho patrimonial. Recentemente eu concluí uma pesquisa de mestrado onde eu tava muito interessada nisso, exatamente em olhar o que seria essa patrimonial da educação, porque o Mario Chagas em alguns momentos ele apresenta a questão do patrimônio, a importância de patrimônio e até de patrimônio, de uma memória que se constrói. Mas eu tava muito interessada no patrimonial e aí fui fazendo uma pesquisa muito no viés da psicologia, onde eu associei, pude vislumbrar mesmo a importância dos fragmentos e de uma herança que é do pai, que a gente chama pai mas para a psicologia a gente tá considerando de função paterna, que é para psicologia, principalmente a junguiana, a função paterna ela é responsável pela força e pelo afeto, pela estruturação da psique. E a gente encontra isso exatamente naquilo que a gente pode reconhecer da terra dos pais, da pátria. Então olhar para esse território, para tudo que foi ficando pelos nossos ancestrais, nossos antepassados, é olhar para esse pai, para essa figura paterna, de afeto e de força, que vai, na verdade, construir isso dentro da psique de cada um. Então eu considero que é importantíssimo assegurar esse nome patrimonial numa educação desenvolvida num museu de percurso e que vai lidando com esses fragmentos de um território.”

- Os jovens que participam aprendem muito com você. Eu sempre vejo muita sensibilidade e afeto quando você fala deles e desse projeto... E, você, o que aprende com eles?

“Eu aprendo muitas coisas com eles. Muitas. Mas, eu acho que a ternura deles e essa disponibilidade para olhar, não é para olhar, é para lembrar a gente que os jovens querem muito olhar para isso que eles dizem que a gente ó (*apontando para o coração*). Eu me emociono quando falo deles, sempre. Acabei de perguntar para eles como é que a gente podia construir uma síntese do trabalho que a gente realizou nos últimos anos e fomos trazendo as memórias, trazendo, trazendo...e entre tantas coisas que a gente viveu eles elegeram uma que era justamente a construção do boi-gentileza e por que? Porque eles fizeram juntos com as artesãs e tem sabedoria. Então esse encontro de gerações, que a gente fala ‘ai tem uma sociedade que não liga para os velhos’ não é mentira isso, mas assim, qual é o nosso investimento pra transformar isso? Que dentro deles têm possibilidades, eles querem olhar, eles querem reconhecer e quais as oportunidades de convivência que eles têm com os mais velhos, com os saberes e fazeres deles? Então eu acho que olhar para eles, vê esse movimento deles, tão respeitoso em direção ao outro, brincando, dizendo sim para a vida, dizendo sim para coisas ‘inúteis’ e cheias de beleza, então eles me lembram que o mundo pode ser mesmo especial a partir dos jovens, a gente não precisa ficar velho para ter sabedoria, os jovens trazem uma sabedoria enorme dentro deles mas só que precisa tá em movimento, precisa ter oportunidade de exercício: exercício de gentileza, exercício de bem aventurança, exercício de bom dar, eles me lembram disso e aí eu não posso descansar, porque eu preciso exercitar isso com eles. É principalmente isso que eu aprendo com eles. ”

- Para você o que é o Museu Vivo do São Bento e o trabalho que desenvolve/desempenha nele?

“Dizer o que é o Museu Vivo do São Bento para mim é difícil, é bem difícil. Não sei definir o que seja o Museu Vivo do São Bento. Mas talvez, seja uma rendição, assim, do símbolo importante do que seja ruim, sabe. Eu acho que ele anuncia muitas mortes, muitos restos, muitas coisas carecendo de cuidar e ao mesmo tempo, junto com tudo isso, tudo que tá na eminência de nascer, de viver. Esse movimento de vida-morte-vida o tempo inteiro eu acho que o museu vivo traz muito forte na sua essência, na sua estrutura. Eu acho que o vivo que vem anunciado no nome é um pouco para dizer ‘olha, onde tem vida é porque tem morte’ a gente sabe bem disso, que tá tudo morrendo, então a gente tá dizendo isso, a gente sabe da nossa precariedade e por isso precisa tanto de atenção aos dias, ao cotidiano. Então eu acho que o museu vivo me fala disso, embora não seja uma definição, mas é alguma coisa que ressoa forte em mim. E, o trabalho que eu desenvolvo aqui é um trabalho que eu desenvolvo em muitos lugares e é uma alegria desenvolver aqui, principalmente porque aqui a gente compartilha com uma equipe, estar com uma equipe que compartilha conosco dessa forma de pensar o mundo, quando eu falo assim parece que todo mundo pensa em igual, mas não, é principalmente nessa forma de diálogo, que a gente pode ter ideia diferentes, mas que a gente dialoga com elas e cresce com outras, que a gente pode discordar... então, esse é o diferencial, é que as vezes a gente trabalha em alguns lugares que tem uma aridez muito grande, então embora seja um trabalho que faça em muitos lugares, nas escolas onde eu vou, com alunos de EJA, com alunos de educação infantil, eu não vejo realmente diferente, eu não vejo diferença em gente, eu trabalho com velho, com criança, com jovem, é gente, eu encontro essa vida pulsante em todo mundo, em todos os lugares, mas, estar com pessoas que compartilham com você desse respeito pela humanidade, pela sensibilidade, pelo um caminho que precisa ser construído todo dia isso faz toda diferença, e isso eu tenho aqui nesse espaço.”

Jaqueline de Oliveira – Participante do Programa Jovens Agentes do Patrimônio

- Como você conheceu o Museu Vivo do São Bento?

“Eu conheci o Museu Vivo do São Bento através de amigos, minha irmã... de pessoas que moram perto da minha casa.”

- Mas eles visitavam o museu?

“Sim, eles participavam do curso há um tempo.” *(Fazendo menção ao programa Jovens Agentes do Patrimônio)*

- Você participa de qual projeto?

“Eu entrei em 2012 nos Jovens Agentes do Patrimônio. E, do pré-vestibular social que agora tem aos sábados.”

- E por que você participa dos Jovens Agentes do Patrimônio?

“Eu participo porque eu gosto de me envolver com as coisas da história do meu bairro, saber mais sobre os antepassados. Eu passei a conhecer mais quando comecei no projeto. ”

- Que tipo de atividades você realiza nesse projeto?

“A gente já teve aula de campo, guias. Agora a gente faz roda de conversa as quintas-feiras.”

- Você já foi guia do percurso do museu?

“Já, várias vezes. Já guiei várias pessoas. ”

- Como você observa a relação que a região do São Bento tem com o museu? E qual a importância que o Museu Vivo do São Bento tem na região?

“É uma relação boa. Tem a APA-São Bento que o museu ajuda as pessoas que moram em área de risco a terem uma consciência. Ajuda a gente a ter mais consciência sobre o lugar que a gente mora. Tem uma importância grande de conhecimento, que aqui é histórico, que não pode destruir, de preservar a nossa história, de conhecimento de nossos antepassados, até dos nossos familiares. ”

- Antes do Museu Vivo do São Bento você já tinha ido a algum outro museu? E, depois de conhecer o MVSB passou a visitar mais museus?

“Já, o Museu Nacional. Aqui com Museu Vivo do São Bento eu já fui em vários. Muitos museus e a maioria deles tinha ligação com a história da baixada fluminense que a gente nem sabia que existia.”

- Acredita que o Museu Vivo do São Bento tem papel na sua formação educacional e cidadã?

“Tem muita, muita, mesmo. Com o Museu Vivo do São Bento eu descobri que eu tenho mais história, de onde eu moro, de onde eu nasci e eu aprendi a valorizar mais o lugar onde eu moro.”

- O que você aprende/aprendeu com o Museu Vivo do São Bento?

“Tenho aprendido que eu preciso valorizar mais a minha história. Não só patrimonial material, mas imaterial, não só as coisas que a gente vê, tipo os monumentos, mas também as pessoas que têm história. ”

- Você se sente pertencente ao Museu Vivo do São Bento e suas ações? Como e por quê?

“Sinto, porque a gente faz parte. É como se fosse uma das construtoras do nosso museu, porque a nossa história fortifica mais ainda. ”

- O que significa o Museu Vivo do São Bento para você?

“O museu significa muita coisa: local de história, local de permanência, de luta, luta pela educação da gente. Muita coisa. E também de nunca desistir dos nossos sonhos e querer cuidar das nossas coisas.”

Maria do Socorro – Participante do Programa Mulheres Artesãs

- Como você conheceu o Museu Vivo do São Bento?

“Eu conheci através dos professores, que antes eu fui aluna da Marlúcia, do Antonio Augusto, do Nielson, então eles quando fundaram isso aqui me convidaram pra fazer parte das Mulheres Artesãs e como eu já tenho um trabalho nessa área, vim e tô aqui até agora. ”

- Que tipo de atividades você realiza nesse projeto?

“Faço todo tipo de artesanato, porque aqui é assim, o que uma faz, passa para outra. Aqui não tem professor, vem sim, sempre alguém que é convidado para passar a novidade pra gente, mas a gente, uma vai passando o que aprende para a outra. Eu já faço parte de um outro grupo de artesã lá na minha comunidade, no ambulatório, eu aprendo lá e passo pra cá, aprendo aqui e passo pra lá e tô sempre pesquisando. E, minha vida toda foi isso, desde que eu cheguei aqui no Rio, porque eu não paro, eu sempre tô na ativa, quando não é com uma coisa é com outra, já fiz também, já trabalhei com as artesãs da Igreja de Santo Antônio, já fiz muito curso por aí, no Sesi, Sesc, quando era Sendas, aonde tinha eu tava ali aprendendo, é culinária, tudo faço um pouquinho, tudo eu aprendi.”

- Para você qual a importância que o Museu Vivo do São Bento tem na região?

“Ah, tem muita. Aliás, tudo que é cultura é importante. E o museu é um lugar de cultura, é um lugar que você tem acesso a história. Antigamente as pessoas achavam que museu era um lugar cheio de poeira, tanto que as pessoas fazem assim ‘ah, você parece um museu’. Assim, tem muito caco velho dentro de casa, muita coisa feia dentro de casa, ‘ih, tá parecendo um museu’. E, isso aqui não é, né. Museu é um lugar histórico, é um lugar onde você aprende, você vai buscar as coisas que aconteceu. É através do museu que você vai aprendendo o que.... eu vi uma frase, eu ia escrever porque eu sou muito ruim de guardar, eu achei

muito interessante que se eu não me engano fala assim... ai meu Deus, eu não vou lembrar... a frase é linda, mas, é assim, significa que o museu é o passado no presente para se estudar o futuro. É isso mesmo?! É, então, eu gosto muito dessa frase, porque você através do passado você sabe agora no presente o que aconteceu e a gente agora sabe, vai acontecer lá no futuro. Daqui há 100 anos vai dizer, ‘como é que é seu nome mesmo?’ (Tatiane.) ‘Tatiane fez uma entrevista com Maria do Socorro lá no Museu São Bento e ela falou disso, disso, disso’... daqui há 100 anos. ”

- Como você observa a relação que a região do São Bento tem com o museu?

“Pela falta de cultura ainda tá pouca a participação deles. Porque é aquele negócio, eles não têm noção da riqueza que têm, né. Então, eles...em questão de cultura, de conhecimento... olha, encontrei uma moça e ela falando ‘aquilo é um museu? Eu não sabia que era um museu.’ Aí eu digo, ‘olha, lá na frente tá escrito, tem uns banners, tem umas coisas.’ Mas a pessoa não tem nem curiosidade de olhar, de lê. Aí é a falta de atenção, de curiosidade. Eu fui a Cuiabá agora fui numa cidadezinha do interior, Lucas do Rio Verde e a cidade tá começando agora, tem 30 anos e tem 70 mil habitantes, aí eu disse ‘gente eu quero andar, não aguento ficar aqui só dentro de casa’. Aí eu e minha irmã, pegamos o ônibus e fomos andar, descobri um montão de coisa, uma pessoa pegando material para fazer artesanato e mandava para ela em João Pessoa. Eu descobri uma loja que vende de tudo para artesanato, é caro, mas você paga o preço, minha filha, aí vocês ganham dinheiro. É caro, mas você vai deixar de trabalhar por isso?! Num instante eu descobri um montão de coisa lá, você tem que ver, tem que lê, tem que olhar por onde tá andando. Aí a falta daqui, é a falta de observação, de entrosamento. ”

- Acredita que o Museu Vivo do São Bento tem papel na sua formação educacional e cidadã?

“Demais, é tanta coisa que acontece aqui. É livro que é lançado... eu sou formada em História, na Feuduc... a gente formou um Núcleo do Imigrante Nordestino, porque eu sou nordestina, e lá na minha igreja a gente já fazia uma celebração nordestina há muitos anos e quando foi pra fazer a minha monografia, Marlúcia, Antonio Augusto, Nielson ‘faz sobre o imigrante nordestino, porque não tem nada do nordestino aqui’, aí me interessei e fiz minha monografia em cima disso e ela disse ‘vamos deixar para apresentar lá na igreja’, não foi apresentada em banca da faculdade, os professores saíram daqui, olha só que chic, e foram para lá. E foi convidado todo mundo que entrevistei. Tem muita coisa interessante. E tá lá o Núcleo e foi através do museu que foi fundado. ”

- O que você aprende/aprendeu com o Museu Vivo do São Bento?

“A gente já fez horta, eu também tenho horta na minha casa através daqui essa horta era comunitária e cada artesã tinha que fazer uma em casa. Depois começou a faltar verba, essas coisas, aí acabou. Mas eu continuo lá em casa. Até as artesãs, a gente aprende aqui, vende e o dinheiro é para nós, o museu não reverte nada para ele. Então, na verdade o trabalho de mulheres artesãs foi uma iniciativa para trabalhar a autoestima, autonomia financeira, entendeu?! E, essa questão mesmo da descoberta, outras mulheres que nem estudavam se envolveram, tem até uma poetisa. Então você percebe a influência do museu nessas iniciativas de autonomia da mulher e é uma coisa legal, poucas são as pessoas que têm esse olhar, entendeu. Eu saí de dentro para fora e trouxe o de fora para dentro. É muito bom.”

- Você se sente pertencente ao Museu Vivo do São Bento e suas ações? Como e por quê?

“Sim, tudo que tem a gente tá incluída. Vai ter uma festa, chama as artesãs, vai ter uma apresentação fora, a gente vai. O bom é que a gente vai conhecer coisas novas, faculdades, na UFF, no Fundão. A gente já foi em Tiradentes, Paraty, Vassouras. Quer dizer, eu digo ‘conheci tanta coisa e se fosse sozinha não ia’.”

- O que significa o Museu Vivo do São Bento para você?

“Minha segunda casa. Eu fico envolvida nisso tudo.”

Rosenilda Santos – Núcleo de acervo e arquivo

- Como você conheceu o Museu Vivo do São Bento?

“Sou professora, também formada em História, sou professora da rede Municipal de Caxias, quer dizer, estou aqui como funcionária do município, já que o museu é vinculado à secretaria de educação, mas aí eu faço parte do núcleo de acervo porque aqui a gente tem um acervo que conta a história de Duque de Caxias, da Baixada Fluminense que é praticamente a base do museu, o que foi que sustentou a criação do museu, foi o início, né. Estou aqui por volta de 6 a 7 anos.”

- Para você qual a importância que o Museu Vivo do São Bento tem na região?

“A influência que o museu deveria fazer é essa, é esse efeito que você viu da Maria do Socorro. E, infelizmente, a gente tá aqui numa região de umas pessoas não que se percebem, não se reconhecem como sujeito transformador... tem uma área arqueológica, o sambaqui, e as pessoas do lado começam a fazer construção de alvenaria, sem se dar conta do que é aquilo ali, por que? Por falta de informação, as pessoas

não têm informação. Vestígios dos primeiros povos e não se dão conta. Não se dão conta e não se perguntam porque aquelas conchas estavam naquele terreno. Olha só, quando a gente encontra concha é aonde? No mar, no mar. E, no entanto, Caxias antigamente tinha praia, eu ia à praia da minha casa a pé, minha filha tem 36 anos e não conheceu essa praia. Então, quer dizer, essa falta de informação faz com que as pessoas tenham aqui o museu e não veem: Museu Vivo do São Bento, porque entende que museu é lugar de guardar coisa velha, sendo que o Museu Vivo do São Bento ele não guarda coisa velha, ele mantém uma história, mantém a nossa história, de onde nós viemos. E aí as pessoas, só têm um conceito de museu, mas nós estamos dentro de uma nova denominação que é chamada de nova museologia social e, quer dizer, tem um outro perfil, tem uma outra característica. Confesso para você que quando eu cheguei aqui fiquei ‘isso aqui é um museu, gente?’ Mesmo formada, desde 89, achava engraçado, porque qual é o museu que eu conhecia: Museu Imperial de Petrópolis, Museu Nacional... e aí quando eu fui tomando ideia do que é o Museu Vivo do São Bento eu falei assim ‘caramba!’, chegava em casa todo dia com uma novidade para contar pra minha filha ‘olha, museu é isso, museu é aquilo’. E eu fui buscar a nova museologia social, cara, que coisa bacana! Para nós que somos descendentes de negros, provavelmente também somos descendentes de índios e nós somos pobres e ninguém conta a nossa história direito, entendeu? Então, isso que é legal, você poder contar sua história conforme é a sua história, não pegar um livro didático que não tem nada a ver com o que eu, Rosenilda, vi e ouvi aqui no Museu Vivo do São Bento. Sou formada desde 1989 e os meus professores foram pessoas que estavam com informação anterior a essa pesquisa inclinada para o território de Duque de Caxias, então, é uma outra visão, um outro olhar. Antigamente se ouvia que Baixada Fluminense eram cidades dormitório, tinha colegas na faculdade que falavam assim: ‘eu saio de casa 5 horas da manhã, chego em casa meia noite, nem o cachorro me conhece.’ Cidade dormitório. O que mais você vai falar de Caxias, de Nova Iguaçu...se você não for pesquisar, Nova Iguaçu tem uma história linda... então aí, eu fui ter um olhar mais acentuado, e por que nova museologia? Para que a gente não se esqueça essa história, pra que a gente não se esqueça de onde veio, eu vim daqui, desse povo, dessa terra. e infelizmente a gente não tem muito apoio, a nível político, esse prédio é um prédio público, você ia deixar a sua casa cair? ‘ah, mas a gente não tem dinheiro’, mas alguma coisa, nem que seja uma pintura... mas a prefeitura não faz nada, porque isso aqui não dá voto e aí o próprio morador não se apropria daquilo que é dele, porque na verdade isso é do morador.”

- E como você acha que pode incentivar a apropriação e a relação da sociedade com o museu?

“A gente tem uma relação muito bacana com o fora, com o Rio de Janeiro... a nova museologia social tem um olhar carinhoso, afetuoso, respeitoso para o Museu Vivo do São Bento, fora. E aí aqui, podemos começar pela base, que é o projeto Jovens Agentes do Patrimônio e com as Mulheres Artesãs, mas aí existe outras coisas tão fortes, outras necessidades tão essenciais, tão pontuais nessa comunidade que as pessoas não querem olhar para o que a gente quer falar. O menino que começou aqui com 10 anos e hoje tá com 18 ele precisou ir trabalhar, nós corremos até atrás, Marlúcia, Nielson, Augusto, Leu, correram atrás pra conseguir uma bolsa de estudo para esse jovem permanecer aqui, inclusive como guia, não conseguimos. Porque nenhuma autoridade governamental, política, não quer. Conseguimos por um tempo, porque a gente trabalha com projetos mas aí, esse menino é responsável pela casa dele, ele é responsável por pagar uma luz, pagar a passagem, responsável por ajudar a mãe ou o pai e aí ele não pode ficar aqui. Então, é desigual. É uma luta, uma disputa desigual. Mas a gente tenta, a gente tem os cursos aqui, o pré-vestibular gratuito aqui, toda atividade que é feita aqui nada tem fundo financeiro. É que realmente o que precisa é uma informação mais direta. No projeto dos jovens a gente tem uma proposta, mas esse ano não foi possível materializar essa proposta, levar para as escolas ao nosso redor aqui, mas a gente pretende pra 2019, trabalhar junto a escola, junto ao aluno da escola pública para que ele faça essa reflexão, a gente tem que fazer algo atrativo, que o jovem goste e queira vir e ficar. Há propostas, mas a disputa é desigual e o público vai diminuindo.”

- Você falou que antes museu era lugar de coisa velha, hoje, para você, o que é museu?

“Museu é um lugar de construção, de transformação. O meu olhar antes era para o museu clássico, né, para mim, hoje, todo museu é lugar de transformação. Hoje quando eu vou ao museu imperial eu já tenho um outro olhar, eu falei: ‘cadê a participação dos meus aqui? Não tem.’ E, antes eu nem tinha reparado nisso, que coisa estranha, né. A leitura que a gente faz... hoje eu olho e penso: ‘cadê as memórias dos meus?’ Só tem as memórias deles. Então hoje museu é lugar de transformação, de construção, de reflexão, o que que eles estão querendo contar para gente? E aí, o Museu Vivo, a nova museologia, eu tô falando do Museu Vivo porque é a minha realidade, mas a nova museologia ela quer contar isso para gente e que antes a museologia era uma clássica que guardava a lembrança de quem sempre esteve no poder, de quem sempre esteve no domínio, hoje a nova museologia quer contar quem constrói, quem é que faz, não é só um grupo. A nova museologia veio oportunizar que se conte a história dos dois lados, de quem dominou e do dominado.”

- O que significa o Museu Vivo do São Bento para você?

“É uma extensão da minha casa. Aqui é um ambiente muito gostoso de ficar, não só por conta da nossa história, mas por conta das pessoas que estão aqui. É um lugar delicioso, eu não sei o que aconteceu, qual foi o arranjo que Deus fez e botou uma porção de gente bacana aqui. Eu pertencço a isso aqui. A estrutura física é uma coisa, mas é a humanidade, o que tem aqui de gostoso são as pessoas. É prazeroso, você sabe a situação que tá Caxias, sem pagamento e a gente vem pra cá e ainda sai rindo.”

Marlúcia de Souza – Articuladora e Diretora do Museu

- Fale um pouco sobre você, sua relação com a educação, com o patrimônio, com a museologia e com a cidade e/ou a região da Baixada Fluminense.

“Eu nasci aqui em Duque de Caxias em 1960, fui aluna de escola pública na primeira fase do ensino fundamental, no meu bairro não tinha ginásio público na época, então nos recebíamos uma chamada bolsa de estudo então eu fiz uma prova de admissão e fiz então numa escola privada do meu bairro, segundo grau também não tinha no meu bairro, era Jardim Primavera que fica no segundo distrito, onde fica a sede da prefeitura, pra você vê a escassez que a gente tinha que lidar, não tinha no meu bairro, não tinha em Campos Elíseos, não tinha no segundo distrito. Então, eu fui fazer o curso normal no centro de Caxias numa escola privada, eu consegui uma bolsa parcial e comecei a trabalhar aos 17 anos numa escola como estagiária, recebendo uma bolsa para pagar as passagens. Só que como estagiária eu assumi turma, já aos 17 anos. Eu estou com 58 anos, nunca saí de sala de aula, mesmo quando saí que eu fiquei aqui só no Museu, por pouco tempo, eu nunca deixei de dar aula, então a minha relação com a sala de aula é de muita intimidade. Se olhar para trás com muitos descaminhos, a gente aprende muito errando. Mas eu quando eu tinha já 15 anos fazia parte de uma igreja católica São Judas Tadeu, era ligada a uma paróquia que pertencia a diocese de Petrópolis que era ultra conservadora, mas posterior chegam aqui uns padres de Pádua e eles vêm muito influenciados pelos documentos de Medellín com a perspectiva de participação dos leigos na vida da igreja. Ainda não era a teologia da libertação, mas era pensar uma popularização maior da igreja frente a esse afastamento, você vê, a minha família chegou a ter missa em latim. Então aos poucos eles começam a criar uma série de mecanismos de envolvimento dos leigos na vida da igreja. E, eu, além de fazer catequese depois eu entrei para a cruzada, depois da cruzada eu entrei para ser catequista, com 15 anos nós tínhamos encontro de formação e já líamos Paulo Freire, seus primeiros escritos e quando veio da teologia da libertação nós lemos Leonardo Boff e toda aquela galera, no caso de Paulo Freire, eu acho que ele

revolucionou a minha vida. Eu comecei a trabalhar catequese com juventude e aí já saía com os pré-jovens para visitar os lugares, eu fiz o Caminho do Ouro com eles, fazia percursos pelo bairro para fazer uma pesquisa sobre Jardim Primavera, nós não tínhamos dinheiro para fazer painel então usávamos jornais, trabalhava com eles numa garagem, então, era tudo o que Paulo Freire falava que podia fazer em qualquer lugar e além da catequese, quando eu comecei a trabalhar em sala de aula, pronto, foi uma continuidade. Em 1979 dentro da minha paróquia começa o movimento de defesa dos direitos humanos, eu participei da primeira greve dos professores em 1979, eu era de um grupo de jovens e esses jovens sofreram um processo de formação muito intenso dentro da igreja e a gente fazia estudos, com músicas e discutíamos as letras, estudamos muito sociologia, o capitalismo, quando houve o início do pluripartidarismo nós estudamos todas as proposições partidárias e numa dessas formações tinha um teólogo que deu um curso para gente, Carlos Mestres, e aí ele dizia que um povo sem memória é um povo sem identidade e sem identidade é difícil ter um povo e sem um povo não temos como mudar porra nenhuma. E, assim, a gente já fazia uma série de formações e eu participei em 79 do movimento de defesa dos direitos humanos junto com Dom Adriano Hipólito e chegamos a organizar uma missa com mais de 200 jovens só para falar sobre direitos humanos e nós já participávamos desse movimento contra o extermínio na Baixada Fluminense e denunciávamos esses extermínios em 79 já estava na Associação de moradores do meu bairro e nós lutávamos por escolas, primeiro ensino médio público no meu bairro foi uma conquista da nossa associação, nós tínhamos grupos de mulheres e íamos já para os encontros feministas e em 79 participei da criação do SEPE-Caxias, quando ainda nem tinha sede, nos reuníamos num espaço cedido pela Igreja Metodista, pelo Centro Comunitário Duque de Caxias. Eu tô falando que todas essas militâncias me levaram também a me ajudar criar a Federação de Associação de Moradores de Duque de Caxias e nessa época das federações nós tínhamos parcerias com o MAB de Nova Iguaçu e a ABM de São João de Meriti e a Faberj, então nós tínhamos encontros da Baixada Fluminense para discutir mulher, saneamento...então, isso nós permitiu sair das fronteiras do município e ir no macro também. Mobilizados por tudo isso, participamos da passeata pela Anistia Geral e Irrestrita em 75, todos os movimentos de Diretas Já, então tudo isso vai nos formando. Quando eu participava da associação eu tive a oportunidade de conhecer todos os bairros de Duque de Caxias e toda essa realidade caxiense e quando eu entrei para o Sepe eu visitava todas as escolas, eu me lembro que na década de 80 nós construímos um dossiê sobre a realidade de todas as escolas municipais. Então, de um lado na educação e de outro lado no MUB e aí na igreja eu entrei para a Pastoral Operária, cheguei a participar no final da década de 70 de encontros da Pastoral a nível nacional, estadual...então, tive a oportunidade de conhecer todas as lideranças das oposições sindicais. Tínhamos aqui uma espécie de

núcleo de apoio, por exemplo, campanha da oposição sindical dos metalúrgicos, então nós visitávamos todas as fábricas metalúrgicas, retomada do sindicato químico, fazíamos juntos.. Era uma movimentação em prol de reconquistar, tirar das mãos da intervenção militar e garantir autonomia sindical para o novo sindicalismo, por exemplo, eu estive no Caneco fazendo campanha de oposição do sindicato do metalúrgico com Luís Inácio da Silva, quando ainda ele nem era conhecido assim, Lula, em 79 ele tava começando. Participei da construção do PT aqui. Tudo isso dá pra você uma bagagem de formação muito interessante. Mas, o que mais me preocupava era que toda essa minha militância, o reconhecimento da importância da memória e dessa história vou dar um último exemplo que foi a greve da antiga FNM (Fábrica Nacional de Motores) em 81, foram 42 dias de greve... fizemos apoio a greve, foi a primeira greve contra o desemprego e boa parte desses operários moravam nos nossos bairros, eram companheiros, então a gente se mobilizou muito, era uma militância sem parar. E, aí eu resolvi fazer história, tentei a Uerj, foi impossível, eu não tinha bagagem, nessa época, nos cursos de formação de professores a gente quase não tinha aula de matemática, de química, de física, aula de nada praticamente, era mais a parte pedagógica e, aí eu não consegui passar. Nessa época, quando eu terminei o normal fui contratada por essa escola que eu estava estagiando, comecei a trabalhar de carteira assinada, e bom, falei ‘se não passar eu vou tentar na FEUDUC’, a FEUDUC era a única faculdade da Baixada Fluminense não tinha nenhuma outra, a UERJ era muito concorrido, tinha muito pouca vaga, era praticamente impossível para pobre passar. Então fui para a Feuduc, só que naquela época não tinha História lá, era Estudos Sociais, olha só, então eu chego para estudar e muitos ali eram conservadores, porque a Feuduc foi construída na época da ditadura militar, com o aval dos militares, para formar professores e haviam os olheiros, que vigiavam aquilo que era dito. Então eu tive uma formação eclética, tenho um amigo que diz que sou mais geógrafa que muito geógrafo, porque tínhamos muitas aulas de geografia o que me permitiu pensar essa questão do território, também. Se de um lado, nós tínhamos uns professores muito conservadores, por outro, tínhamos uns marxistão daqueles clássicos, que foi o que nos salvaram, tivemos a oportunidade de conhecer o Materialismo Histórico, a Escola dos Annales, as correntes né... tínhamos professores que estudaram com todos os clássicos, os historiadores de ponta. A questão de pensar história e pensar o sujeito como sujeito da história, quem faz, quem constrói essa história, sujeito como construtor dessa história... só que quando nós estudávamos, não estudávamos a Baixada Fluminense, e eu ficava impressionada porque nós tínhamos aulas e aulas sobre medieval, antiga, aí eu falei ‘sei mais da Europa do que do Brasil’, a gente tinha pouca história do Brasil, baixada nem se fala.... eu ficava, ‘Pô, quando é que eu vou me vê?’ Aí nós criamos o movimento a história que não foi contada, dentro da federação da associação dos moradores e começamos a contar a história a partir da luta de resistência e começamos a trabalhar com a

história da Baixada Fluminense. Eu, na verdade, desde a época de 80 comecei a pesquisar sobre a história da cidade, essa história de sair da invisibilidade, por que que eu nunca vou me vê? Que sujeito é esse que é invisível, que é silenciado, que é calado? E, como professora, eu levava meus alunos aos museus: Museu Histórico Nacional, Museu da República, Museu de Petrópolis e também me gerava um certo desconforto, porque eu achava muito legal, muito bonito você ter museu e por que que a gente não tem nada aqui?! Você sair daqui e vê que em outros lugares têm coisas e no seu não tem nada... uma das coisas que mais me gerou desconforto foi quando eu fui à Salto, fui visitar meu irmão que morava em SP, primeiro que é uma cidade pequena, toda pavimentada, com saneamento, com iluminação, aí começou um loteamento novo e para mim foi um choque, porque já tinha tudo isso, eu nasci num lugar que não tinha um asfalto, não tinha iluminação pública, nós tivemos que ir para a Associação lutar por tudo isso, até por luz nas casas, então a gente lutou por tudo: por escola, por vaga, por asfalto, posto de saúde... Descobri que também não dá pra ficar esperando o sujeito aparecer, às vezes, você tinha que ir buscar esse sujeito. Percebi também outra coisa, que na minha época, havia uma distinção muito grande entre professor que era pesquisador e professor que era sala de aula, então nós que estudamos nas faculdades não federais e que tínhamos uma formação deficitária nós víamos como aqueles que deveriam estar em sala de aula, executando a produção alheia. Eu não me contentei com isso, até porque o cara que tá lá produzindo não tá produzindo sobre a minha realidade, se eu queria tirar essa invisibilidade e esse silêncio, queria dá visibilidade, me vê e vê essa população também como sujeito eu também tenho que caminhar para uma perspectiva de pesquisa coletiva. A gente sentia uma deficiência no campo da teoria, éramos bons em conteúdo, dá aula de história, sala de aula a gente era bom e aí criamos o projeto Repensando o Ensino de História e reunimos os professores da rede, eu coordenei aqui junto com o Augusto um encontro só com professores da rede estadual, era mensal. Aí depois, pensando em pesquisa, nós criamos a CLIO, Associação dos professores e pesquisadores de História, e a CLIO começou a organizar os congressos de 2 em 2 anos, resolvemos fazer um congresso sem hierarquizar os saberes, então, tanto a tese de doutorado quanto a produção do capoeirista, todas elas seriam valorizadas, sabemos que há distinção, que há níveis de profundidade, caminhos, tempos diferentes e não se deve desvalorizar nem um, nem outro, mas queríamos reconhecer o capoeirista também como uma potência de pesquisa, enquanto pesquisador de suas práticas. Começamos a estudar mais teoria para desenvolver a pesquisa em mestrado, contratamos professores para discutir teoria, chamamos Ilmar Mattos e ele nos indicou Manoel Salgado Filho. Todos nós dessa primeira geração da CLIO começamos nossos mestrados, que nessa época só tinha em universidade pública, e todos trabalharam Baixada Fluminense, cada um por um caminho, um escravidão, eu trabalhei poder e a cidade, outro o movimento negro... a partir daí começaram a se intensificar

os cursos para professores da rede pública em parceria com o sindicato.... tudo a gente que tinha que fazer, sem cinema, sem teatro, sem museu... daí a gente começa a ver a potência de um museu, primeiro nós criamos um Centro de Memória e Documentação da Baixada Fluminense em 1992, levantamos as produções sobre a Baixada.... nós queríamos museu e não tínhamos, então nós começamos a fazer os chamados trabalhos de campo, e como era: ônibus o dia todo, com os professores, conhecendo o território, a região do São Bento está inclusa. Uma coisa que ficou claro era que a pesquisa era fundamental para a própria realização do trabalho de campo. Isso nos permitiu ter um acervo fotográfico poderoso, documentação, depoimentos... tirando do zero a História. Nesse processo, um dos percursos mais visitados era esse aqui, porque dava para fazer a pé, ainda não tinha sido descoberto o sambaqui... o direito a pesquisa, garantir o direito a autonomia, do direito a memória, do direito a história, do direito ao patrimônio, acabou permeando a nossa vida. Defender o patrimônio da Baixada Fluminense era também defender o direito a memória e a história. Não basta só patrimonializar tem que ficar lutando pelo patrimônio. As prefeituras não tinham secretaria de patrimônio, de cultura... não tinha nenhum museu na Baixada, como é que um território com quase quatro milhões de habitantes não tem um museu para contar sua história?! Há uma segregação territorial poderosíssima, cultural, econômica... queríamos entender por que a Baixada é o que ela é, nós vivemos em um território em que não tem nada, somos vistos como categoria de último, mas nós podemos e queremos e temos o direito de pensar as nossas cidades e alterar... não somos acadêmicos por sermos, somos antes de tudo, militantes. Pensar esse território, pensar alternativas, pensar políticas, pensar preservação. Desnaturalizar as coisas é fundamental. Esses percursos se tornaram potências, porque você sensibiliza, cada vez você possibilita que as pessoas enxerguem o que está acontecendo no território, é um olhar vigilante, reconhecimento de um território de potencialidades.”

- Em sua perspectiva, qual é a importância do Museu Vivo do São Bento para a região e como ele pode contribuir para o desenvolvimento da mesma?

“Eu acho que é maluquice nossa, mas a gente aprendeu que só uma ferramenta de luta não basta na Baixada e mesmo com muitas ferramentas fica difícil. O Museu Vivo do São Bento é uma das frentes de ações. A potência desse museu é trazer, primeiro, as pessoas para conhecerem esse patrimônio muito ameaçado. E talvez estejamos agora em nosso momento mais crítico, de talvez perdê-lo, depois de 10 anos, o casarão está quase caindo, o terreno do sambaqui está com problemas sérios. Somos só nós aqui para lutar por esse patrimônio e o povo, não tem apoio institucional, é só a sociedade. Estamos na luta, nunca dizemos não a escola pública, aos movimentos... vamos para as universidades conforme as nossas possibilidades, vamos aos outros museus, participamos da criação da Remus, que é a rede da museologia social, poxa, todo museu de pobre, museu de movimento, museu quilombola, museu de favela, isso não é qualquer coisa não. Nós conseguimos construir duas ementas parlamentares que alimentaram as ações desses 34 museus esse ano, agimos de uma forma coletiva, visitamos esses museus, quando um tá ameaçado vai todo mundo lá para ajudar. Então, nós temos uma rede hoje de patrimônio na cidade de Duque de Caxias que também articulamos, nos ajudamos, temos uma rede estadual, participamos de toda luta pela criação do IBRAM, pela criação dos pontos de memória. Quando os pontos de memória foram criados três experiências foram tidas como concretas e exemplares: Museu Vivo do São Bento, Museu da Maré e Museu do Amazonas.... é uma riqueza, é um presente, só isso já vale a luta.”

- O Museu Vivo do São Bento integra a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, como se deu essa integração e qual a importância de estar articulado em rede?

“Primeiro, quando nós começamos a nos organizar em rede foi porque em 2008 nós fomos para o congresso nacional de museus em Santa Catarina e nós já fizemos parte de um núcleo para pensar políticas culturais de museus, museus comunitários, museus sociais. Isso nos permitiu conhecer uma diversidade de experiências museais pelo Brasil a fora. Comparado a outros lugares nós somos muito pobres em políticas culturais... nessa coisa de conhecer o que tá acontecendo nos outros lugares a gente aprende sobre o nosso lugar, divulga o que tá acontecendo aqui, mas também aprende e eu acho que a gente foi se articulando e nós museus de pobres, da periferia começamos a nos articular enquanto nova museologia. Também participamos da REM que é a rede de educadores em museus. Mas a Remus ela foi sendo construída como um processo, a gente começa a ir para a luta de defesa dos patrimônios, de defesa dos museus, dos pontos de memória e vamos nos articulando na Teia Nacional, até fundar a nossa rede. E, quando conseguimos as ementas

parlamentares, uma do Molon e outra do Chico Alencar foi uma forma de nós construirmos políticas públicas.... e vamos também fazendo a gestão. E também gostaria de finalizar com uma coisa que nos revelou tudo isso que é o processo de construção de uma decolonização, como é que você pode partir de outros paradigmas inclusive para construir políticas públicas e conhecimento.... outra coisa bacana é a nossa conexão com a UniRio e o curso de museologia, estudantes de lá tudo militando com a gente na Remus. Então há um processo em curso também da museologia social interferir na produção acadêmica da UniRio, a gente aprende com eles mas também altera padrões de pesquisas, influencia na escolha dos objetos, coloca o que se aprendeu ali a serviço desses museus sociais e, por último, como é que a gente vai ganhando os outros ditos museus tradicionais para o nosso lado, como eles também vão se tornar museus sociais, como todos deveriam ser, na nossa rede, por exemplo, Museu da República vai estar, Museu de Arqueologia de Itaipu, todos eles são federais... a gente faz reunião no Museu Histórico Nacional... Nós já estivemos no Museu da República e ano que vem ele vem para o Museu Vivo do São Bento, Getúlio Vargas... a presença varguista e sua influência nesse território de Caxias. Então quer dizer, as conexões dos museus tradicionais que vão assumindo a sua função social estabelecida na Carta de Santiago do Chile que é ‘um museu que não serve para a vida, não serve para nada.’ Então se o Museu Vivo do São Bento não servir para a vida não serve para nada, que morra. Não tem caminho certo, não tem receita, as experiências vão sendo construídas nas experiências. A gente vai aprendendo com os outros. É isso que nos move, assim como a pesquisa ela também tem que servir para a vida, a história, a ciência... o museu tem que servir para a vida é sua função social.”

- O Museu Vivo do São Bento a pouco tempo fez o inventário participativo, como foi esse processo e qual a importância desse inventário?

“O curso de inventário participativo que foi feito aqui, mas a Remus toda participou, a remus toda não, mas quem dela pode participar. Tivemos vários participantes, conhecimento para todos. O mais interessante é o conteúdo do inventário, não é aquele inventário que o INEPAC vinha dá o curso, fomos pensar uma possibilidade de inventariado ampliado, as potências de você construir diferentes formas de inventário. Confesso, que foi um processo difícil, apesar dos conflitos, foi uma experiência que nos enriqueceu bastante, o grande avanço foi a ficha de cadastro dessas nossas edificações, conseguimos a finalização das fichas, gravação dos depoimentos e vai sair agora umas placas de sinalização. Então eu penso que nós aprendemos a fazer inventário, foi uma experiência rica, vimos muitas possibilidades, achamos que começamos porque agora não vamos parar mais, aprendemos o caminho. O ponto elevado foi que alguns jovens dos Jovens

Agentes do Patrimônio participaram... os prazos eram apertados, mas valeu a pena, temos algo de concreto, as fichas, um banco de imagens e de depoimentos dos moradores, sabemos mais de cada lugar e aprendemos... valorizar. Aprendemos o que fazer para não errarmos mais. ”

- Marlucia, eu ouvi você dizer numa palestra da importância de valorizar a vida como o nosso maior patrimônio. Como você trabalha essa sensibilização no Museu Vivo do São Bento?

“Da onde surgiu essa ideia de vivo no nome... nós concebemos o nosso museu como vivo porque estamos trabalhando com o conceito de museu de território, embora nós nem soubemos que existisse esse conceito de território, a gente utilizava o conceito de Milton Santos de território usado, olhar para os vários atores que estão usando esse território, que disputas, que experiências são feitas... como trabalhamos com território estamos vendo esse território ser alterado continuamente, pelos vários atores sociais envolvidos... ainda tem as reações da natureza... então, você tem uma coisa vida, é diferente você pegar um museu tradicional que não cumpre a sua função social. Se a verba é pública nós temos que discutir por que a verba pública financia somente o almoxarifado da burguesia ou da classe dominante e não financia a memória dos pobres, da periferia?! Essa é a questão, nós queremos direito a memória, direito a patrimônio, direito à história, queremos direito a vida, não dá para ficar mais apostando nas exclusões, então essa ideia de vivo era nesse sentido. Cada museu tem que fazer sua escolha se ele vai continuar na morte, estático, ou se ele vai vir para a vida, a serviço da vida. Nós vivemos na Baixada Fluminense onde a vida vale muito pouco, estamos acostumados com o extermínio, mas não devíamos, somos acostumados com a impunidade, mas não devíamos, estamos acostumados a perder parentes, amigos e vizinhos, mas não devíamos. Então num território em que a vida humana não vale nada, eu acho que a nossa luta é por esse maior patrimônio, eu tô cansada de ver alunos, amigos e parentes mortos. Na Baixada, além dos outros patrimônios ambientais, arqueológicos, históricos, a vida aqui também é um patrimônio e não é considerada, é muito descartada...então se você tem um museu que defende a vida, você tem que pensar essa vida, ela é o maior patrimônio, não é o edifício, não é nada... é necessário garantir o direito à vida, num território com tantas mortes, ainda querem mais?! Então, não estamos aprendendo nada com essas mortes, é papel do museu atuar em defesa da vida. ”

- Você acredita que o Museu Vivo do São Bento desempenha uma função educacional?

“No seu limite sim, porque podíamos fazer muito mais, pois estamos sempre brigando com a escassez de recursos, poucas pessoas porque sempre somos boicotados, ninguém quer financiar um museu como esse, somente a gente e as universidades que têm nos apoiados. Temos muito trabalho pela frente... limitados pela escassez, na medida do possível, por exemplo, hoje você faz um concurso para Duque de Caxias tá lá sambaqui, tá lá a história da cidade, ninguém sabia o que era antes... milhares de escola que já vieram aqui...”

- No Museu Vivo do São Bento se trabalha com a perspectiva de educação patrimonial? – Qual a aplicabilidade da educação na museologia social?

“Nós acreditamos que a educação patrimonial ela tá em tudo, está no trabalho de campo que eu faço... tudo, tudo é educação para a vida, patrimônio edificado, histórico, ambiental, arqueológico... é o conceito dos jovens ‘patrimônio é o caminho das formigas, é a vida, o cotidiano’, esse é o trabalho que a gente faz, poderia ser mais potente, temos que fazer mea-culpa...mas, os ataques vêm de tantos lados que as vezes não temos reação imediata, é muita coisa pra dar conta.”